



resenha

de política exterior do brasil

número 34, julho, agosto e setembro de 1982

1. presidente figueiredo abre a xxxvii sessão da assembléia geral da onu
2. a viagem do presidente joão figueiredo ao Canadá
3. a visita do presidente do congo, denis sassou-nguesso
4. chanceler brasileiro visita trinidad e tobago
5. no brasil, o ministro das relações exteriores do chile
6. ministro dos negócios estrangeiros da Itália visita o brasil
7. a visita do primeiro-ministro de antigua e barbuda
8. em Brasília, o chanceler argentino, Juan Ramón Aguirre Lanari
9. Saraiva Guerreiro expõe, na esg, as linhas da política externa brasileira
10. Brasília recebe o presidente do conselho político nacional do suriname

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

presidente figueiredo abre a xxxvii sessão da assembléia geral da onu

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Nova York, em 27 de setembro de 1982, na abertura da XXXVII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Senhor Presidente,

Em nome do Governo e do povo do Brasil, desejo congratular-me com Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência da Trigesima-Sétima Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Saúdo vivamente os ilustres representantes dos Estados-Membros congregados nesta sala.

Estendo minhas calorosas saudações ao Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Embaixador Javier Pérez de Cuellar, brilhante diplomata que honra a América Latina.

Apresento ainda sinceros agradecimentos ao Senhor Ismat Kittani, Representante do Iraque, que presidiu de modo seguro e hábil os trabalhos da Trigesima Sexta Sessão.

Neste momento, em que vai iniciar-se o debate geral, manifesto a esperança de que esta Sessão da Assembléia Geral contribua, eficazmente, para a solução justa das controvérsias que abalam a paz e a segurança internacionais, e para a superação das ameaças à estabilidade da economia mundial.

Há algumas décadas, uma depressão econômica sem precedentes e tensões políticas incontroladas levaram a uma guerra catastrófica. A sociedade de Estados soberanos resolveu então criar, em 1945, uma vasta rede de instituições, destinadas à cooperação entre os Estados, para evitar a repetição de crises econômicas de tal profundidade, promover o desenvolvimento econômico e social, aliviar as tensões políticas e poupar as gerações seguintes do flagelo da guerra.

Reaparecem hoje sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 30.

Nova crise econômica, que atinge indiferentemente países de sistemas distintos, mostra-se refretária às terapias ortodoxas e assume dimensão global.

Criada para examinar e dirimir controvérsias entre os Estados, a Organização das Nações Unidas, paradoxalmente, se viu transformada, com excessiva frequência, em palco de confrontações estéreis.

Sabemos, porém, que outras formas de condução da vida internacional dependem, inevitavelmente, do arbítrio dos Estados mais poderosos, que, às vezes, se contrapõem à causa da liberdade e da justiça entre as nações e entre os homens.

Diante desse quadro o Brasil reitera seu compromisso de, com os demais países-membros, fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados. Não hesito em conclamar todos os Governos aqui representados a que observem estritamente, no âmbito internacional, os propósitos e princípios que orientam nossa Organização.

Lanço veemente apelo a que de novo nos congreguemos na tarefa de construção da paz.

Não há, nem pode haver, futuro no triste e inaceitável sucedâneo que é o equilíbrio do terror. Não é possível persistirmos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição.

Decênios de encontros e tentativas de negociação não impediram o aumento, o aperfeiçoamento e a diversificação dos arsenais nucleares, capazes de destruir a humanidade de diversas formas, em diversas circunstâncias, por diversas vezes.

Vejo, com enorme apreensão, a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as seqüelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute. Sabemos todos que a questão do Oriente Médio só encontrará solução quando forem desocupados os territórios árabes hoje sob ocupação militar e for reconhecido o direito do povo palestino a um Estado soberano, assim como o direito de todos os países da

região, inclusive Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas.

Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação da Namíbia, e por sucessivos atos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que ameaçam a própria paz internacional.

O êxito dos atuais entendimentos com o objetivo de alcançar rapidamente a independência da Namíbia, com base nas resoluções das Nações Unidas, é o verdadeiro caminho para a remoção de tensões que tanto têm entravado as justas aspirações dos povos da área ao desenvolvimento econômico e à autêntica independência.

Meu país vê com grave preocupação a ampliação do processo de transferência para as regiões menos desenvolvidas das tensões geradas pela confrontação entre as superpotências. A política de prestígio e de poder com relação ao Terceiro Mundo engendra divisões e afeta seriamente as propostas de cooperação entre as nações em desenvolvimento. É firme posição brasileira — e, para tanto, estamos dispostos a prestar nossa contribuição — que esse processo deve ser urgentemente estancado e revertido.

Não se pode aceitar que, em razão da política de blocos, ocorra a ocupação de países soberanos e a interferência em seus assuntos próprios e se imponham limites à sua liberdade, como sucede no Afeganistão. A rejeição do uso da força deve aplicar-se diretamente aos principais focos de tensão de nossos dias.

Na América Central, recrudescem manifestações de uma crise profunda, de proporções históricas e de alcance social, político e econômico. O Brasil, consoante os princípios de autodeterminação dos povos e de não-in-

gerência em assuntos internos de outros países, crê que a solução política do problema compete aos povos afetados, livres de toda interferência externa, ainda que velada. No campo econômico, não é possível isolar as dificuldades da América Central da crise mundial, nem minimizar a responsabilidade dos países industrializados pela criação de condições propícias à retomada do desenvolvimento econômico e social. A paz e a estabilidade nessa região são pressupostos da boa convivência hemisférica.

No Atlântico Sul, assistimos recentemente à marcha dolorosa das engrenagens da violência. O meu Governo desenvolveu consideráveis esforços, nos últimos meses, em prol de uma solução política e duradoura para a questão das Ilhas Malvinas e estamos determinados a dar-lhes prosseguimento, no interesse da paz, da segurança e da concórdia entre as Nações. O Brasil reconhece hoje, como desde o início desta controvérsia, no ano de 1833, os direitos soberanos da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas e defende, como sempre fez, a necessidade da realização de negociações como meio adequado para a solução desse problema.

Ressalto, pois, a importância do exame da questão das Malvinas pela Assembléia Geral, que requer, como passo vestibular de seu encaminhamento, a implementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança. É tempo de que os que com tanto vigor condenaram o emprego da força para a solução de controvérsias demonstrem a coerência e a autenticidade de seus propósitos.

É necessário que se iniciem negociações para afastar o risco de tensões crescentes em área cuja vocação é a da cooperação e prosperidade.

Senhor Presidente,

O Brasil vive em paz com seus vizinhos imediatos, com a América Latina e com

todas as nações que respeitam as bases da convivência internacional.

As relações entre o Brasil e os países amigos da América Latina constituem, na verdade, claro testemunho do êxito que se obtém quando se opta francamente pelo caminho do respeito mútuo, da não-interferência e da busca da convivência harmônica e profícua, acima de controvérsias ou divergências tópicas.

Como parte da América Latina, o Brasil está certo de que seus vizinhos saberão resolver suas divergências, mesmo as de natureza territorial, por meios pacíficos e conciliatórios, e espera que os países-irmãos da América Latina reforcem sua capacidade de diálogo e entendimento regional. Devemos todos trabalhar para que nossa região alcance níveis superiores de desenvolvimento, entrosamento e desempenho positivo na cena mundial.

Com os países-irmãos da África, nossos vizinhos do outro lado do mar, aos quais nos liga uma história comum, o Brasil tem por objetivo desenvolver as mais profundas, diretas e cordiais relações. Propósitos igualmente amistosos movem nossa política de aproximação com as demais nações do Terceiro Mundo.

Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas aspirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental de pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que faculta ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemônico de superpotências ou de pressões ideológicas adversas.

Com os países do Leste, o Brasil busca manter um relacionamento correto, em particular no campo econômico e comercial, com base no interesse mútuo e no respeito recíproco ao princípio de não-ingerência nos assuntos internos.

Para meu país, paz e desenvolvimento não constituem ideais dissociados dos nossos objetivos e ações de política externa. O Brasil efetivamente trilha a rota do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional.

Senhor Presidente,

É a gravidade da situação internacional que traz às Nações Unidas, pela primeira vez, o Presidente da República Federativa do Brasil.

Nunca, na história da Organização, foram tão sérios os riscos e ameaças à paz, à segurança e ao progresso das nações. Nunca foram tão grandes e tão importantes os desafios.

Conclamo os Governos de todos os Estados-Membros para que, juntos, empreendamos um esforço resolutivo no sentido de enfrentar os problemas internacionais que se avolumam e de fazer retroceder as forças que conduzem à desesperança.

É nosso dever comum corresponder às expectativas de nossos antecessores, que, havendo experimentado eles próprios as duras consequências da desorganização política, da depressão econômica e da guerra, comprometeram seu empenho e o nosso na promoção da paz e do desenvolvimento.

São demasiadas as deficiências do atual ordenamento internacional. Trata-se de um quadro pobre em realizações e rico em problemas; pobre em criatividade e rico em manifestações de desorganização; pobre, enfim, em eficácia e justiça e rico em desperdício e desequilíbrios. Não posso ficar indiferente a esse quadro. É imperativo corrigir os graves defeitos que nele sobressaem.

A sociedade das nações é essencialmente uma comunidade política. Como não se pode, ao nível nacional, decidir sem consulta aos interesses e anseios do povo, tam-

pouco se pode, neste foro, fazer **tabula rasa** das reivindicações justas e legítimas da grande maioria das nações e preservar as estruturas verticalizadas de poder internacional.

É crucial o papel político das Nações Unidas na luta contra o conformismo, a intransigência e as ambições de vitória absoluta. Só nesta Organização pode gerar-se a convivência democrática entre os Estados.

Senhor Presidente,

A vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra, construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor. Em consequência a interdependência entre as nações tornou-se uma necessidade histórica.

Foram poucos e insatisfatórios, contudo, os aperfeiçoamentos que conseguimos introduzir nas estruturas de convivência internacional.

Manifesta-se, lamentavelmente, uma regressão até mesmo nos débeis esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento. A interdependência entre as nações parece por vezes degenerar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de subordinação, que em nada contribuem para a prosperidade, seja no mundo industrializado, seja do mundo em desenvolvimento. Como em muitos casos praticada, a interdependência parece reduzir-se a um novo nome para a desigualdade.

Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da

solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação.

O desafio que a todos os países se coloca é o de como se ajustarem às novas realidades dos anos 80.

Para o Norte, trata-se de compreender em toda sua extensão — e em seu potencial de enriquecimento para o comércio internacional — o fato inelutável da definitiva emergência do Terceiro Mundo como parceiro dinâmico, e sua busca de uma posição de maior destaque no cenário da economia mundial.

Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre a América Latina, a África e a Ásia.

Devemos deixar claro — por nossas ações como por nossas palavras — que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitadas oportunidades de complementaridade econômica, e é fator de união, não massa de manobra para iniciativas — como a discriminação arbitrária entre os países em desenvolvimento — que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul.

Precisamos, também, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações. Estas, por mais justas que sejam, não nos devem levar a atitudes negociadoras rígidas e maximalistas — sob risco de assim acabarmos por enfraquecer nossos próprios princípios e ideais, a exacerbar ainda mais a intransigência que caracteriza alguns setores do mundo desenvolvido.

Senhor Presidente,

Têm sido infrutíferos os esforços do Terceiro Mundo no sentido de modificar — em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT, entre outras — quadros normativos, estruturas de decisão e regras operacionais discriminatórias.

Postulações repetidas há anos ou mesmo décadas chocam-se contra a impenetrável muralha do poder de veto de uns poucos, capaz de sobrepor-se às mais óbvias considerações de racionalidade ou às mais fundadas pretensões de equidade.

Onde estejam em pauta interesses das grandes potências, entretanto, multiplicam-se as iniciativas.

Não convém mobilizar o GATT em direção a novas tarefas normativas, em áreas como as de exportação de serviços e de políticas de investimentos, visando à criação de regras que poderiam dificultar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais e, até mesmo, sua capacidade de ordenação dos próprios mercados internos. Ao mesmo tempo, não se podem deixar de lado questões fundamentais relacionadas com o aprimoramento daquele organismo e como o atendimento de reivindicações de seus participantes em desenvolvimento.

Em foros de natureza financeira, são definidas — e por vezes adotadas contra a maioria, por força de sistemas decisórios defeituosos — medidas que restringem a flexibilidade das operações, aumentam as exigências de condicionalidade e discriminam os países em desenvolvimento.

Paradoxalmente, certos países procuram manter seu controle sobre organizações que parecem condenar, senão ao desaparecimento, pelo menos à insignificância, tão grande é a assimetria entre as necessidades crescentes de seus filiados em desenvolvi-

mento e os recursos financeiros colocados à sua disposição.

Os princípios do livre-comércio não podem limitar-se — seletiva e arbitrariamente — aos fluxos de capital, enquanto permanece cerceada a transferência de tecnologia e se inibe a capacidade de atuação por parte dos países em desenvolvimento importadores de capital.

Os ideais do livre-comércio não podem ser contraditórios com a preservação e mesmo o reforço da autonomia dos países do Terceiro Mundo.

A interdependência não pode ser conceito inimigo das soberanias nacionais.

Aos países em desenvolvimento, que por tanto tempo se bateram pela soberania permanente sobre seus recursos naturais, abre-se hoje o novo desafio de preservar a soberania sobre o seu espaço econômico próprio.

Tal não significa, contudo, que aos países em desenvolvimento seja aconselhável a hostilidade, ou sequer o desinteresse, quanto a maior interação no plano internacional, mesmo no que se refere aos fluxos de capital e tecnologia e às operações das transnacionais. Pelo contrário.

É inegável que a imensa maioria dos países em desenvolvimento — a começar por aqueles de expressão nitidamente ocidental, como o Brasil, mas incluindo outros de diferente conformação político-econômica — aspiram ao estreitamento e diversificação de suas ligações com o ocidente desenvolvido, fonte valiosa de fatores de produção necessários a seu desenvolvimento.

A preservação e fortalecimento do espaço econômico nacional desses países não limitará à expansão do sistema econômico internacional. Será, sim, fator de alargamento do espaço econômico global, para benefício de todos.

Senhor Presidente,

Impossibilitado, por motivo de saúde, de comparecer à Reunião de Cancún, acompanhei aquele acontecimento com interesse e esperança, e até com emoção.

Não posso, por isso, aqui deixar de expressar, em nome do Governo e do povo brasileiro, o sentimento de profundo desencanto diante da inexistência, até esse momento, de qualquer seguimento prático ao encontro de Cancún. Vemos com ansiedade, ao contrário, a continuada — até acelerada — erosão dos instrumentos e instituições que deveriam dar solução aos problemas internacionais.

Vemos com preocupação ainda maior a resistência de importantes setores do mundo desenvolvido ao que havia sido a grande conquista conceitual, de Cancún: o reconhecimento do fato de que os caminhos da solução da atual crise passam também pelos rumos do Sul, e devem transitar pela rota da cooperação entre as nações, e não depender apenas das incertezas do mercado. A crise que vivemos é global em mais de um sentido: atinge praticamente a totalidade dos países e é, ao mesmo tempo, financeira e comercial. Além de ampla, é profunda: o investimento produtivo está sendo asfixiado em escala planetária, ao impacto das elevadas taxas de juros e das incertezas sobre as perspectivas do comércio e do sistema financeiro internacionais.

Tudo se passa como se subitamente se houvesse paralisado uma grande potência econômica do mundo desenvolvido: 30 milhões de trabalhadores altamente qualificados estão desempregados na América do Norte e Europa Ocidental.

Mas o efeito de tal situação de crise sobre os países do Sul é ainda mais devastador: As economias em desenvolvimento não-exportadoras de petróleo experimentaram nos últimos três anos uma deterioração de relações de troca jamais observada em

sua história. Vale dizer, os esforços exportadores crescentes vêm sendo neutralizados com ingressos decrescentes de divisas, que configuram uma verdadeira espiral de pauperização.

Anos de paciente investimento na criação de uma infra-estrutura exportadora, que vinha permitindo aos consumidores dos países desenvolvidos adquirir produtos do Sul em condições vantajosas, são desbaratados por barreiras protecionistas intransponíveis.

Á persistência de altas taxas de juros retira a rentabilidade financeira de investimentos de longa maturação já efetuados, e ameaça inviabilizar economicamente projetos indispensáveis à superação das dificuldades atuais.

A elevação do custo de serviço da dívida externa cria para alguns países situações insustentáveis, como demonstram acontecimentos recentes que afetaram, de forma dramática, alguns dos mais promissores países do Sul.

Todo esse sacrifício ainda poderia ser tolerado se, em decorrência, a recomposição da ordem econômica internacional pudesse ser vislumbrada num horizonte de tempo razoável. Infelizmente, este não é o caso. A política econômica das grandes potências está destruindo riquezas sem nada construir em seu lugar. O enrijecimento dos fluxos financeiros e o processo de inibição das trocas internacionais destroem as perspectivas de superação das dificuldades presentes.

O momento impõe-nos a todos uma atitude recíproca de compreensão e flexibilidade. O diálogo Norte-Sul deve ser revigorado com urgência. Aos esforços a longo prazo — para o que se faz tão necessário o lançamento das negociações globais — é imperioso acrescentar desde logo a discussão dos aspectos de curto prazo da crise.

A definição da economia do futuro passa pela superação dos problemas do presente. A tarefa de reformular o sistema econômico internacional é impostergável, mas, nas atuais circunstâncias, temos de iniciá-la pelo esforço de evitar a própria derrocada do sistema.

Para tanto, é essencial que nas principais organizações internacionais se inicie, desde logo, um exame integrado e objetivo das medidas de emergência que se afigurem viáveis para o desafogo dos fluxos internacionais de comércio e finanças.

É imprescindível que os países desenvolvidos se disponham a tomar iniciativas com os seguintes objetivos:

- liberalizar o comércio;
- expandir os fluxos financeiros internacionais;
- adotar nova política de juros, e iniciar com urgência o trabalho de revisão do sistema monetário internacional.

Os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao déficit em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando seus déficits, sem criar um impulso suficiente para a recuperação da economia mundial. É preciso que os países desenvolvidos aceitem como inevitável a reestruturação de suas economias. Somente quando os países desenvolvidos abrirem mão da proteção de setores que deixaram de ser competitivos, poderão os manufaturados e semi-manufaturados dos países em desenvolvimento ocupar seu lugar nos mercados internacionais, em benefício dos consumidores do Norte e dos produtores do Sul.

É urgente aumentar ao mesmo tempo a disponibilidade de recursos sob controle das entidades financeiras internacionais e a participação das autoridades monetárias na preservação da liquidez e estabilidade do sistema financeiro internacional. Só assim poderá a comunidade internacional — e os países

em desenvolvimento em particular — livrar-se da camisa-de-força representada pela contração simultânea do comércio e dos fluxos financeiros de natureza oficial.

Quanto à questão das taxas de juros, não há divergência necessária entre os objetivos maiores da política econômica dos países do Norte e um gerenciamento de suas taxas de juros compatível com a viabilidade econômica e financeira das economias em desenvolvimento. Na verdade, atende aos interesses de todos evitar que a desarticulação das economias em desenvolvimento acarrete um efeito desestabilizador indesejável sobre os países do Norte.

De outra parte, é forçoso reconhecer que uma das condições essenciais para a reativação do comércio mundial é a recuperação de um mínimo de estabilidade no sistema monetário internacional, que não pode constituir-se num fator de turbulência, deixado ao arbítrio das variações unilaterais de política econômica de umas poucas grandes potências.

A solução da presente crise não é uma questão de ajuda para os países em desenvolvimento. Trata-se, sim, de assegurar condições para que eles possam saldar seus compromissos com a justa remuneração de seu trabalho.

Senhor Presidente,

Aqui venho para expressar as mais legítimas aspirações de meu país. Move-me acima de tudo a preocupação de assegurar o bem-estar de meu povo. Vimos realizando um esforço notável de desenvolvimento econômico, com resultados promissores que encham de esperança não só o povo brasileiro, mas também todos os povos que anseiam por conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e com o grau de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de nossa época.

É minha obrigação buscar condições inter-

nacionais propícias ao prosseguimento deste nobre esforço em que se empenha o meu povo, pois o Brasil não abrirá mão do lugar que lhe cabe no concerto das nações.

Espero que a concorrência vinda do Sul seja compreendida como expressão válida do dinamismo político e econômico dos povos que aspiram ao desenvolvimento. Que essa concorrência não seja pretexto para a acomodada preservação de padrões de relacionamento iníquos e ineficientes, mas sim impulso para a busca corajosa da renovação.

Estou convicto de que os Estados mais poderosos saberão responder de modo criativo à nova realidade consistente na emergência do mundo em desenvolvimento como parceiro ativo nos múltiplos cenários da vida internacional.

Tenho inabalável confiança na capacidade de renovação da sociedade internacional.

Hoje, contudo, o clima de conflito entre as nações, nos campos político e econômico, atinge níveis ameaçadores. É neste momento que se faz sentir, em toda a sua força, o imperativo moral e político da cooperação internacional, para que possam ser assegurados, de forma racional, os destinos da sociedade das nações.

A consciência de que a comunidade internacional hoje enfrenta o mais amplo desafio à sua capacidade de ação impõe esforços ingentes e impostergáveis nos seguintes campos:

- Solução, por via de negociação, das tensões e disputas que envenenam o panorama internacional, tanto no plano Leste-Oeste quanto em áreas do Terceiro Mundo.

- Valorização do diálogo e da conciliação e fortalecimento das instituições internacionais, a começar pela própria Organização das Nações Unidas.

- Efetiva retomada do diálogo Norte Sul, compreendendo o lançamento das negociações globais, como demonstração da dis-

posição de todos de responder aos anseios da imensa maioria das nações.

— Ação concreta e imediata, sem prejuízo para a retomada desse diálogo, sobre as mais prementes questões econômicas que ameaçam a comunidade internacional a curto prazo.

Senhor Presidente,

Faço os meus melhores votos para que os trabalhos desta Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas tenham pleno êxito. Exorto os representantes dos Estados aqui reunidos a assumirem por inteiro a responsabilidade

histórica intransferível de corresponder às expectativas dos que, em 1945, fundaram esta Organização, e de construir para as gerações futuras uma estrada mais larga no rumo da Paz e do Desenvolvimento.

Estamos no limiar de um mundo novo. Permita Deus que, graças a nossos esforços, seja ele um mundo melhor. O Brasil, eu vos asseguro, está pronto a cumprir sua parte nesse empreendimento.

Muito obrigado.

secretário-geral da onu homenageia o presidente joão figueiredo

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Nova York, em 27 de setembro de 1982, por ocasião de almoço oferecido, em sua homenagem, pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuellar.

Senhor Secretário-Geral,

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras de Vossa Excelência. No presente quadro internacional, afetado por crises políticas e econômicas de gravidade crescente, constitui motivo de tranqüilidade para todos nós o fato de que tenham sido confiadas a Vossa Excelência as árduas tarefas de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Ao longo de sua vida diplomática, Vossa Excelência tem dado prova de equilíbrio, de espírito público, e de todas as outras qualidades necessárias ao desempenho do cargo que ocupa.

Merece destaque o papel construtivo que Vossa Excelência desempenhou, faz pouco

tempo, na tentativa de serenar os ânimos por ocasião do conflito relativo às ilhas Malvinas. Se não foi possível evitar o então confronto armado, isto revela apenas as dificuldades, por vezes insuperáveis, que se antepõem ao primado da razão e da objetividade.

O empenho de Vossa Excelência, nessa como em outras situações difíceis, é motivo de alento para todos os que esperamos e confiamos em ver resolvidas, pela negociação e pelo entendimento, as disputas internacionais. Para tanto, poderemos sempre contar com a competência e o esforço incansável de Vossa Excelência.

Já no relatório sobre o trabalho da Organização apresentado à Assembléia Geral ora reunida, Vossa Excelência revelou também a dimensão inovadora de seu pensamento e de seus propósitos. Ao examinar questões fundamentais, que a todos nos preocupam, esse documento aponta soluções criativas e justas, essenciais ao encaminhamento adequado dos atuais problemas.

Não há mais dúvida, Senhor Secretário-Geral, de que a transformação da realidade internacional, em bases construtivas e consensuais, impõe-se como pressuposto necessário da paz e do desenvolvimento. Essa mudança é, na verdade, a única perspectiva sensata, pois é a única que permite, ao mesmo tempo, a realização das esperanças dos países em desenvolvimento e a própria solução eficaz dos problemas que afetam os países industrializados e a comunidade internacional como um todo.

O exame da situação atual, marcada por tão graves e tão urgentes questões — e o relato recente de Vossa Excelência a esse respeito é esclarecedor — revela a importância pri-

mordial de se revitalizarem os processos decisórios internacionais, especialmente os mecanismos de que dispõem as Nações Unidas.

O Governo brasileiro há muitos anos vem insistindo para que se tomem medidas de agilização diplomática das Nações Unidas, com vistas ao fortalecimento da paz e da segurança internacionais. A atitude de Vossa Excelência, vindo ao encontro de nossos anseios, recebe, de nossa parte, o mais firme apoio.

Senhor Secretário-Geral,

A América Latina está honrada pela confiança que a comunidade internacional deposita em Vossa Excelência. Não poderia haver melhor intérprete das contribuições positivas que, desde muito tempo, nossa região tem aportado ao desenvolvimento da boa convivência entre as nações.

Convido todos a brindarem pelo êxito crescente da Organização das Nações Unidas, pela paz mundial e pela saúde de Vossa Excelência.

presidente brasileiro participa de reunião do grupo latino-americano da onu, em nova york

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Nova York, em 27 de setembro de 1982, durante a sessão solene do Grupo Latino-Americano da Organização das Nações Unidas (ONU).

Senhor Presidente do Grupo Latino-Americano das Nações Unidas.

Agradeço as generosas palavras que acabo de ouvir de Vossa Excelência. Dirijo-me com prazer aos ilustres representantes dos Governos da América Latina aqui reunidos, para expressar meu reconhecimento pelas

manifestações de que fui alvo, e que me foram especialmente gratas.

O fato de ser Vossa Excelência, Senhor Chanceler da Venezuela, quem exerce, nes-

te momento, a Presidência de nosso Grupo Regional, me proporciona uma satisfação a mais. Das viagens aos países vizinhos do Brasil, que empreendi com o propósito de intensificar nossa cooperação igualitária e nosso espírito de unidade, guardo a melhor recordação da primeira, que me levou a Caracas, onde encontrei inesquecível hospitalidade.

Senhor Presidente,

Numa situação internacional alarmante pela incidência sucessiva de conflitos, com perigosos reflexos sobre a segurança coletiva, a América Latina tem papel especialmente construtivo a desempenhar. Meu Governo sabe valorizar a crescente convergência dos países da região nos foros internacionais, de que é exemplo a nossa solidariedade perante as práticas econômicas exclusivistas que nos afetam.

Os Governos representados nesta sala, unidos pela geografia, pela história e pela cultura, têm firme tradição de tratamento pacífico dos litígios internacionais. Essa tradição se projeta extra-regionalmente pela contribuição, atenta e dedicada, que a América Latina oferece às Nações Unidas para a busca da paz.

Senhor Presidente,

Honra-nos o fato de que um digno representante da tradição continental, o Embaixador Javier Pérez de Cuellar, responda, neste momento tão carregado de riscos, pelo cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Seu desempenho, durante o primeiro ano da difícil missão que lhe confiou a comuni-

dade internacional, diz muito das altas virtudes que todos nele reconhecem.

A nós, latino-americanos, cabe revigorar a cooperação internacional e superar as graves ameaças que ensombrecem o futuro da humanidade. Estou convencido de que teremos a energia e o otimismo necessários para empregar os meios hoje disponíveis, muito superiores aos do passado, e resolver muitos dos problemas que desafiam a comunidade internacional.

Os meios existem. Cabe-nos, em consequência, oferecer nosso esforço coeso à comunidade internacional. Devemos buscar o fortalecimento da organização, dinamizando mecanismos que efetivamente previnam e solucionem conflitos, na certeza de que estaremos assim atendendo às aspirações de nossos povos.

Ao lado de nossa luta pela paz, perseveremos no esforço comum pelo desenvolvimento econômico, pela mudança nas regras do comércio internacional; e pelo fortalecimento da cooperação entre os Estados. A América Latina se orgulha — com toda justiça — de sua contribuição política e doutrinária ao trabalho diplomático que os países em desenvolvimento têm realizado, na busca de melhores condições de vida para seus povos. Essa tarefa prossegue, hoje, no centro de nossas preocupações. O Brasil a ela continua fiel. Estamos decididos a honrar, com os demais países latino-americanos, as responsabilidades que nos cabem na criação de uma nova ordem econômica internacional, presidida pela razão e pela justiça.

Muito obrigado.

a viagem do presidente joão figueiredo ao Canadá

Discursos do Governador-Geral de Ottawa, Edward Schreyer, e do Presidente João Figueiredo, em Ottawa, em 18 de julho de 1982, logo após a chegada do Presidente brasileiro ao Canadá.

GOVERNADOR-GERAL DE OTTAWA

Senhor Presidente,

Em nome do povo e do Governo do Canadá, sinto-me satisfeito, esta noite, em dar a Vossa Excelência e à Sra. Figueiredo, as boas-vindas ao Canadá. Sua visita é uma ocasião histórica — a primeira vez que um Presidente do Brasil vem ao meu país. A presença de Vossa Excelência simboliza o reconhecimento rapidamente crescente de que nossos países têm muito o que ganhar trabalhando juntos.

Desde a posse de Vossa Excelência, em 1979, os contatos, a colaboração e as consultas entre nossos dois Governos e nossas duas sociedades não pararam de crescer e se ampliar em novos domínios. E não deveria ser de outra forma, pois somos vizinhos de hemisfério, freqüentemente percebemos a evolução da situação mundial da mesma maneira, nossas duas sociedades são comunidades de imigrantes, do novo mundo, orgulhosas de seu pluralismo cultural e étnico.

Como importantes potências médias, partilhemos a mesma preocupação segundo a

qual soluções eqüitativas devem ser encontradas para questões como desenvolvimento internacional e da utilização das riquezas dos oceanos. Concordamos na necessidade de soluções justas e pacíficas para os conflitos internacionais, dentro do princípio da não-intervenção. Econômica e comercialmente, cada um de nós tem muito a oferecer ao outro. Ambos os nossos países estão, portanto, engajados numa procura ativa e persistente de meios e caminhos para encorajar, ainda mais, uma forma de intensificar substancialmente as relações bilaterais que conseguimos alcançar nos três últimos anos.

O Brasil é um país especial que dominou a feliz arte de equilibrar conquistas intelectuais e tecnológicas marcantes com uma alegria de viver especial. Em consequência, os canadenses há muito admiram seu país e seu povo. Assim, é um prazer especial para mim receber Vossa Excelência no Canadá como um sócio, um vizinho e um amigo.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Governador-Geral,

Agradeço sensibilizado as palavras de boas-vindas de Vossa Excelência, que refletem o espírito generoso e hospitaleiro do povo canadense.

Muito me honra ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar o Canadá.

Nossos países mantêm frutuosas relações de amizade e cooperação, e estou seguro de que esta visita irá contribuir para o seu fortalecimento.

Não são poucas as semelhanças entre o Canadá e o Brasil com o vasto território, ambos os países são marcados pelas grandes distâncias e pelo esforço que desenvolvem no sentido de promover a integração nacional valendo-se de arrojados empreendimentos econômicos. A mobilidade social proporcionou aos que ocorreram a nossos países prosperidade individual e ocasião de contribuir para o progresso coletivo. Essa experiência comum, por si só, aconselharia conjugação de esforços, mutuamente benéfica, entre nossos países.

O Brasil apresenta características inerentes à sua condição de país em desenvolvimento,

e acentuadas pelo desafio da construção de uma sociedade próspera e dinâmica.

Temos viva consciência de nossa identidade Latino-Americana, pela qual pautamos nossa posição no hemisfério e no mundo.

Os contatos entre o Canadá e o Brasil por certo facilitam a compreensão recíproca das realidades próprias a um e a outro país.

O diálogo entre brasileiros e canadenses, enriquecido pela visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Pierre Trudeau em janeiro de 1981, e por numerosos outros encontros de alto nível, evolui de modo franco e objetivo.

Esteja certo, Vossa Excelência, de que atribuo especial importância às relações entre Brasil e o Canadá, e de que é firme a minha disposição de contribuir para o crescente aprofundamento da amizade entre nossos povos.

Senhor Governador-Geral,

Estou convencido de que os encontros que mantereí neste país, marcados pelo espírito fraterno que preside nosso entendimento, hão de contribuir para fortalecer os estreitos laços que vinculam o Brasil ao Canadá, representando o ponto de partida para a próxima fase de relacionamento entre as duas grandes nações.

figueiredo no Canadá: “povo do meu país vem realizando notável esforço de construção de um Brasil mais moderno”

Discursos do Governador-Geral de Ottawa, Edward Scheryer, e do Presidente João Figueiredo, em Ottawa, em 19 de julho de 1982, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente brasileiro.

GOVERNADOR-GERAL DE OTTAWA

Senhor Presidente,

Dadas as enormes distâncias geográficas e diferenças lingüísticas entre nós, poder-se-ia

perguntar a razão pela qual ocorreu a aproximação entre Canadá e Brasil. Mas nossa amizade não deveria causar qualquer surpresa àqueles que compreendem o grande

número de similaridades entre nossos dois países. Somos, ambos, sociedades do Novo Mundo, construídas pela visão e o vigor de povos de muitas outras terras. Somos ambos enormes países, em termos de extensão geográfica, cuja população está largamente concentrada ao Sul. Ambos fizemos esforços tremendos para ocupar os vastos interiores de nossos países, para desenvolver seu enorme potencial econômico. Nossas culturas partilham uma herança latina comum, mas com outras influências, indígenas e externas, que enriqueceram sua base européia.

Somos ambos, além disso, potências médias em termos de influência nos assuntos mundiais, a partilharmos a mesma visão sobre muitos problemas internacionais. Nossas economias são quase do mesmo tamanho e ambos somos importantes em termos de comércio. De qualquer ponto de vista as semelhanças entre Canadá e Brasil são cristalinas.

Uma ocasião como esta permite rever o relacionamento que tem crescido entre duas nações amigas. O Brasil desde há muito tempo tem atraído religiosos e homens de negócios canadenses, os quais estabeleceram sua presença em nossa terra no final do Século XIX. O Brasil foi a primeira nação latino-americana com que o Canadá estabeleceu relações diplomáticas. Isto foi em 1941, e logo seguido pelo primeiro Acordo Comercial e Cultural do Canadá no Hemisfério. Estados Unidos à parte, o Brasil é o único país no Hemisfério Ocidental no qual o Canadá estabeleceu mais de um posto diplomático e consular. Entretanto, esse começo promissor realmente não se desenvolveu até bem recentemente.

Durante os últimos anos, todavia, grandes passos foram dados nesse sentido. Em 1980, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil visitou o Canadá — a primeira visita de

tal magnitude em muitos anos. Em janeiro de 1981, o Primeiro-Ministro Trudeau foi o primeiro Primeiro-Ministro canadense a visitar o Brasil, e sua visita agora é a primeira vez que um Presidente do Brasil vem ao Canadá.

Esta é uma grande, na verdade uma histórica, oportunidade de construir laços novos e dinâmicos. Estamos estabelecendo e revendo mecanismos econômicos e políticos formais que governam nosso relacionamento, e explorando novas áreas menos tradicionais, tais como a cooperação entre nossos Institutos Nacionais de Cinema e relações benéficas no campo da ciência e da tecnologia. Nossos laços comerciais e econômicos nunca foram tão ricos e diversificados.

O Brasil é conhecido como “o país do futuro”. Animados do mesmo otimismo e da mesma vontade de “fazer avançar as coisas”, os canadenses e os brasileiros compartilham uma mesma quantidade de aspirações, de esperança e de sonhos em relação ao futuro. Não tenho dúvidas de que continuaremos a unir nossos esforços para realizar nossos objetivos comuns.

As relações, em suma, nunca foram tão boas, tão variadas, tão intensas ou tão visíveis. Em ambos os países as comunidades de homens de negócios, os meios de comunicação social, as universidades, os grupos culturais e os Governos, todos têm um importante papel a desempenhar. O Brasil é um país grande e orgulhoso, com um povo dinâmico e crescentemente ocupando um lugar central nos assuntos mundiais. Acredito que todos os setores da sociedade canadense têm reconhecido esta realidade e concordam inteiramente com a nossa ativa procura de uma crescente cooperação. Nós nos tornaremos, com mais freqüência do que antes, sócios em esforços mútuos. Essa é uma perspectiva que — estou certo — será de grande benefício e vantagem para ambos os povos.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Governador-Geral,

Encontro nas palavras de Vossa Excelência a expressão da amizade e da harmonia que regem as relações entre nossos países.

Minha mulher e eu, e os membros da minha comitiva, guardaremos grata lembrança da hospitalidade com que a Senhora Schreyer e Vossa Excelência nos recebem esta noite.

Há quase um século, empresários canadenses vêm contribuindo, em iniciativas pioneiras, para o progresso industrial do Brasil.

A presença do Canadá não se limitou, entretanto, a setores de relevância exclusivamente econômica.

Pioneira na área da cooperação técnica, foi a figura do geólogo canadense Charles Frederick Hartt, que tenho especial satisfação de evocar.

Participou da célebre expedição do sábio Agassiz, em 1865, depois nomeado pelo Imperador Pedro II para conduzir o trabalho de levantamento geológico do Brasil.

Hartt foi autor de importantes estudos dedicados ao conhecimento geográfico, geológico e social do nosso país. Depois, o intercâmbio entre Brasil e Canadá ampliou os horizontes dessa colaboração.

Em 1941, os dois países deram início às suas relações diplomáticas, tendo sido o Brasil uma das primeiras nações latino-americanas a estabelecer, formalmente, o relacionamento direto com o Canadá.

Senhor Governador-Geral,

Não apenas no âmbito das relações bilaterais encontramos terreno propício à cola-

boração eficiente e à convergência de pontos de vista.

O amplo leque de aspectos que compõem o cenário internacional de nossos dias tem ensejado, muitas vezes, ao Canadá e ao Brasil, a adoção de posições construtivas em favor das mudanças que este momento histórico reclama.

A distância existente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento tem gerado desequilíbrios perturbadores na convivência entre as nações.

A ordem internacional reinante não é benéfica, nem aos países ricos, nem aos pobres.

Incorporada à consciência do homem moderno, esta verdade tem sido assinalada com frequência por nossos países.

O desafio maior está, entretanto, em promover as mudanças necessárias, por meio de instrumentos pacíficos e justos.

O recurso às armas e à força não nos conduzirá aos dias melhores que todos almejamos.

As manifestações do Canadá em prol da paz e de uma justa ordem internacional são vistas com o mais elevado apreço por meu Governo, profundamente convencido de que a solução duradoura das grandes questões internacionais deverá ser encontrada pelo consenso e pelo entendimento.

Nação Latino-Americana, o Brasil tem recebido, desde os primórdios de sua história, uma diversificada contribuição étnica e cultural.

As raízes indígenas, européias e africanas de nossa civilização, vieram integrar-se, a partir do século passado, novos contingentes de população.

Essa síntese de culturas singulariza a Nação brasileira.

No curso das últimas décadas, o povo do meu país vem realizando notável esforço de construção de um Brasil mais moderno.

Conscientes, embora, do apreciável resultado de seu trabalho, têm os brasileiros a clara noção do muito que nos falta realizar, para atingir nível condizente com as potencialidades do país.

O Brasil permanecerá sempre solidário com as Nações pacíficas que, como nós, lutam em busca do pleno desenvolvimento.

Registra-se, nos últimos anos, o estreitamento de laços entre o Canadá e o Brasil, em todos os setores.

De fundamental importância, nesse contexto, tem sido a eficiente utilização dos mecanismos bilaterais de consulta.

Atribuo especial importância à assinatura, amanhã, do Memorandum de Entendimento que institui um sistema de consultas políticas amplas e regulares entre nossos governos.

Embora da maior significação, o nível atingido pelas relações entre o Canadá e o Brasil está ainda aquém do que poderíamos esperar, diante da potencialidade das duas grandes nações.

Estou convencido de que, na identificação de áreas de possível intercâmbio, já numerosas, iremos adotar o mais aberto dos horizontes.

Senhor Governador-Geral,

Nossa crença comum no fortalecimento da paz, no direito inalienável que têm os povos de escolher seu próprio destino, no advento de novo ordenamento internacional, conduzirá o Canadá e o Brasil, lado a lado, na direção de um futuro mais promissor. Possa minha visita ao Canadá contribuir para esse objetivo.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças à saúde de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, da Senhora Schreyer e do Governador-Geral Edward Schreyer, à prosperidade do povo do Canadá, e à nossa crescente amizade.

brasil assina acordo comercial e memorando de consultas políticas com o Canadá

Discursos do Primeiro-Ministro do Canadá, Pierre Trudeau, e do Presidente João Figueiredo, em Ottawa, em 20 de julho de 1982, por ocasião da cerimônia de assinatura do Acordo de Longo Prazo sobre o trigo e do Memorando de Entendimento para consultas políticas entre o Brasil e o Canadá.

**PRIMEIRO-MINISTRO
PIERRE TRUDEAU**

Senhor Presidente,

Acabamos de testemunhar a cerimônia de assinatura de atos internacionais, e, se jul-

garmos pela fisionomia dos signatários, as duas partes fizeram um bom negócio. Fize-

mos disso um ato solene, para ressaltar o significado dos dois documentos.

Assinamos um Acordo Comercial e um Acordo sobre Consultas Políticas. Isso não é apenas uma realidade, mas um símbolo do tipo de relações que desejamos manter com seu grande país.

Estamos interessados em acelerar o intercâmbio econômico entre nossos dois países e temos muitas evidências de que isso pode ser mutuamente benéfico para nossos povos.

Mas, também, estamos interessados em dispendar muito do nosso tempo e das nossas relações — como eu e o Senhor fizemos — discutindo questões políticas, particularmente aquelas concernentes ao hemisfério, mas também aquelas referentes a outros aspectos internacionais nos quais o Brasil e o Canadá têm um papel moral e político a desempenhar.

Gostaria de congratular-me com Vossa Excelência, Senhor Presidente, pela franqueza com que expressou seus pontos de vista e, de certo modo, o invejo por ser o líder de tão grande nação como o Brasil, que parece ter grande fé no seu futuro.

Os homens de negócios que encontrei aqui e no Brasil, há um ano e meio a despeito das dificuldades econômicas por que passa o mundo, tanto esses homens de negócios quanto os políticos, mostram grande fé no futuro do país.

E se nós, canadenses, não tomarmos cuidado, teremos que reescrever as palavras de um dos nossos antigos Primeiros-Ministros, que declarou que “o século XX pertencerá ao Canadá”. Se não tomarmos cuidado, ele pertencerá ao Brasil.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Meus Senhores,

Na oportunidade em que Canadá e Brasil firmaram documento de suma importância

para as relações entre os dois países, eu desejava dizer aos Senhores que as nossas conversações foram uma continuação daquelas que foram iniciadas no Brasil, quando da presença de Sua Excelência, o Senhor Primeiro-Ministro Pierre Trudeau na minha Pátria.

Tivemos ocasião de conversar, de discutir as nossas relações bilaterais, as questões multilaterais, questões políticas, questões econômicas de interesse de ambos os países, de interesse do mundo ocidental, de interesse da humanidade. Quero agradecer a Sua Excelência a paciência com que me ouviu e a oportunidade que me deu de permitir que eu, nas discussões com Sua Excelência, continuasse a ser eu mesmo, tratando de temas tão importantes para as nossas pátrias e para a humanidade, com uma franqueza que eu diria até rude, mas que me permitiu voltar à minha pátria sem deixar omitida nenhuma idéia, sem deixar escondido nenhum pensamento a respeito de todas as questões que foram abordadas.

Deus queira que, em alguns casos, eu não esteja com a razão. Mas tenho a certeza que Sua Excelência compreendeu meus pontos de vista e há de me perdoar, por certo, algumas passagens que forcei, por vezes, para que bem compreendesse o meu pensamento.

De uma coisa tenho certeza: voltarei para o Brasil certo de que as nossas conversações, minhas e do Primeiro-Ministro, dos meus Ministros com os Ministros canadenses, resultarão no aprofundamento das relações já profundas de amizade entre o Canadá e o Brasil.

E queira Deus, também, resultarão no reforço da nossa causa, que é a defesa da Democracia. Muito obrigado.

comunicado de imprensa relata os entendimentos do presidente figueiredo no Canadá

Comunicado de Imprensa Brasil-Canadá, divulgado em Ottawa, em 20 de julho de 1982, ao final da visita oficial do Presidente João Figueiredo ao Canadá.

A convite do Governador-Geral do Canadá, Sua Excelência o Senhor Edward Schreyer, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, visitou o Canadá no período de 18 a 22 de julho de 1982.

Em clima de muita cordialidade, o Presidente da República Federativa do Brasil e membros de sua comitiva mantiveram conversações com o Primeiro-Ministro do Canadá, Sua Excelência o Senhor Pierre Elliott Trudeau, e com membros do seu Gabinete.

Durante as conversações, o Presidente e o Primeiro-Ministro examinaram as relações entre o Brasil e o Canadá e verificaram com satisfação a profundidade e a riqueza crescentes destas relações, nos campos político, econômico e outros. Intercambiaram, igualmente, pontos de vista sobre a situação internacional.

Participaram também das conversações, do lado brasileiro:

- Sua Excelência o Senhor Senador Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor Doutor Angelo Amaury Stábile, Ministro da Agricultura;
- Sua Excelência o Senhor Doutor César Cals de Oliveira Filho, Ministro das Minas e Energia;
- Sua Excelência o Senhor Doutor Haroldo Corrêa de Mattos, Ministro das Comunicações;
- Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Danilo Venturini, Ministro-Chefe do

Gabinete Militar da Presidência da República;

- Sua Excelência o Senhor Professor João Leitão de Abreu, Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República;
- Sua Excelência o Senhor General-de-Divisão Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações;
- Sua Excelência o Senhor Professor Antônio Delfim Netto, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- Sua Excelência o Senhor Deputado Federal Ricardo Fiuza, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador Geraldo de Carvalho Silos, Embaixador do Brasil no Canadá.

Do lado Canadense:

- Sua Excelência A.L. MacEachen, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças;
- Sua Excelência Eugene Whelan, Ministro da Agricultura;
- Sua Excelência Marc Lalonde, Ministro da Energia, Minas e Recursos;
- Sua Excelência Francis Fox, Secretário de Estado e Ministro das Comunicações;
- Sua Excelência Hazen Argue, Ministro de Estado para a Junta do Trigo;
- Sua Excelência Mark MacGuigan, Secretário de Estado para as Relações Exteriores;
- Sua Excelência Ed Lumley, Ministro de Estado do Comércio;
- Sua Excelência R.S. MacLean, Embaixador do Canadá no Brasil.

O Presidente e o Primeiro-Ministro notaram que o Canadá e o Brasil estabeleceram rela-

ções diplomáticas há mais de 40 anos e que durante esse período o relacionamento entre os dois países foi sempre de amizade, harmonia e cooperação. Observaram também que, nos últimos anos, esse relacionamento adquiriu dimensões novas, mais amplas e um ímpeto que deve ser encorajado de todas as maneiras possíveis. Concordaram em que os dois Governos continuarão a desenvolver e intensificar as relações bilaterais em todas as áreas.

O Presidente e o Primeiro-Ministro expressaram especial satisfação com a assinatura, em sua presença, de um Memorandum de Entendimento que cria uma Comissão Consultiva Mista para Assuntos Políticos e concordaram em que as consultas regulares entre os Ministros das Relações Exteriores e altos funcionários do Canadá e do Brasil contempladas na referida Comissão grandemente realçarão a compreensão mútua de assuntos bilaterais e internacionais e refletirão a semelhança crescente dos interesses dos dois países em assuntos hemisféricos e mundiais. Os dois líderes demonstram igualmente satisfação com a assinatura de um Acordo de Longo Prazo sobre Trigo; que prevê a compra pelo Brasil de trigo canadense no período 1983-1985. Ambos os líderes notaram que estes acordos representam testemunho concreto da importância que ambos os Governos atribuem ao seu crescente relacionamento.

O Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram em que se deve dar atenção especial à intensificação das relações culturais entre os dois países como meio de aumentar sua compreensão mútua. A esse respeito, notaram os dois líderes o Acordo Cultural de 1944 entre o Canadá e o Brasil e o programa de cooperação entre o "National Film Board of Canada" e a Empresa Brasileira de Filmes — EMBRAFILME.

O Presidente e o Primeiro-Ministro repassaram o trabalho da Comissão Mista Econômica Brasil-Canadá e, em especial, os trabalhos de sua Quarta Sessão realizada de 9 a

11 de março de 1982, em Brasília, que foi aberta pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Secretário de Estado para Relações Exteriores do Canadá. O Presidente e o Primeiro-Ministro observaram que a Comissão examinara com proveito, diversas questões específicas de natureza comercial e financeira, assim como questões internacionais como o Diálogo Norte-Sul.

O Presidente e o Primeiro-Ministro observaram que as visitas das duas missões científico-tecnológicas canadenses ao Brasil, anunciadas por ocasião das sessões da Comissão foram subsequenteemente realizadas e que o desenvolvimento de relações mais amplas e mutuamente benéficas neste campo estava sendo ativamente promovido.

Os dois líderes observaram também com prazer que a nova fase de cooperação técnica bilateral recebeu impulso adicional durante as reuniões da Comissão e que uma missão brasileira planeja visitar o Canadá em setembro vindouro com o objetivo de definir projetos sob a égide do novo programa. O Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram em que o trabalho da Comissão Econômica Mista reflete plenamente a determinação dos dois Governos de desenvolver um relacionamento econômico bilateral vigoroso numa base ampla de cooperação mutuamente benéfica.

O Presidente e o Primeiro-Ministro examinaram as relações comerciais bilaterais entre o Brasil e o Canadá e concordaram com a necessidade de se incrementar e diversificar o comércio bilateral de forma mutuamente benéfica, sem se recorrer a medidas restritivas que possam prejudicar a busca de um padrão mais equilibrado nesta área.

Os dois líderes expressaram profunda preocupação com a atual situação econômica mundial, que afeta tantos os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, e que prejudica particularmente estes países em vista de sua maior vulnerabilidade. Ressaltaram a determinação pelo

comum de seus Governos de trabalhar para a retomada de conhecimento da economia internacional, para um maior fortalecimento do sistema aberto do comércio multilateral e, nesse contexto, de contínua resistência a tendências protecionistas. Observaram que a Reunião Ministerial do GATTI, em novembro vindouro, constitui oportunidade importante para tratar de problemas correntes de comércio e para desenvolver um programa de trabalho ativo para a década de 80, com plena consideração de questões de interesse especial para os países em desenvolvimento.

Os dois líderes acentuaram o papel que os investimentos diretos e a transferência de tecnologia desempenham no desenvolvimento econômico de cada país. O relacionamento estreito e mutuamente benéfico entre investidores canadenses e brasileiros do setor privado foi realçado como indicação clara da profundidade dos vínculos bilaterais. Frisaram ainda a importância de aproximar companhias canadenses e brasileiras para explorarem "joint-ventures" e oportunidade de "licensing" e, nesse contexto, o Primeiro-Ministro fez menção à Feira FEC-Can 82, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, a ser realizada em setembro na cidade de São Paulo.

O Presidente e o Primeiro-Ministro trocaram opiniões valiosas e informativas a respeito da atual situação internacional e reconheceram ter opiniões comuns sobre diversos temas discutidos. Realçaram a sua séria preocupação com o aumento de tensões em várias partes do mundo. Os dois líderes concordaram que todos os países têm a responsabilidade de fazer todo o possível para alcançar paz e estabilidade num quadro de justiça social e reafirmaram o compromisso de seus respectivos Governos de cooperar nos fóruns multilaterais apropriados com vistas a alcançar a paz e prosperidade para todos os países.

O Presidente e o Primeiro-Ministro expressaram sua firme determinação de traba-

lhar para o alcance de um desarmamento geral e completo, especialmente no que diz respeito a armas nucleares, sob controle internacional eficaz. Concordaram em que as crescentes tensões mundiais aumentaram a urgência de medidas concretas com vista a dar fim à corrida armamentista e a promover um desarmamento geral e completo.

Os dois líderes reafirmaram enfaticamente seu apoio às Nações Unidas e aos princípios da Carta, assim como concordaram que todos os membros das Nações Unidas devem também fazê-lo em favor daquela vital organização mundial e buscar meios de fortalecer sua eficácia.

O Presidente e o Primeiro-Ministro examinaram com preocupação a situação política da África Meridional. Reafirmaram sua condenação às operações militares da África do Sul naquela região e destacaram que elas não deverão persistir. Reiteraram seu apoio ao direito da Namíbia à independência com base na resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e tomaram nota com satisfação dos progressos alcançados nas consultas ora em curso. Expressaram, uma vez mais, sua repugnância à prática do aparteidismo.

O Presidente e o Primeiro-Ministro deploaram as ações militares recentemente empreendidas no Líbano. Conclamaram respeito total à integridade territorial, soberania e independência daquele país e endossaram fortemente as recentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que instam Israel a se retirar imediata e incondicionalmente do território libanês. Reiteraram a importância de alcançar uma solução pacífica, justa e duradoura para o conflito árabe-israelense. Expressaram séria preocupação com o continuado sofrimento imposto à população inocente palestina e libanesa no sul do Líbano e em Beirute e apoiaram os esforços internacionais para se prover assistência humanitária às vítimas da guerra.

O Presidente e o Primeiro-Ministro discutiram, pormenorizadamente, a situação da América Latina e particularmente da América Central e do Caribe. Concordaram, com respeito à inquietante situação na América Central, a qual se tornou um fator nas relações Leste-Oeste, que a negociação e o diálogo eram indispensáveis para a solução de crises políticas fundadas na injustiça econômica e social. O Presidente e o Primeiro-Ministro destacaram o direito dos povos da região a superarem seus problemas através da expressão livre de suas vontades sem interferência externa. Sublinharam a necessidade urgente de se melhorar as condições econômicas e sociais da área.

O Presidente e o Primeiro-Ministro examinaram temas referentes ao diálogo Norte — Sul a partir de Cancún e as perspectivas de um progresso futuro no diálogo entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Concordaram em que o bom desempenho econômico de cada um deles não deveria ser dissociado e que se deveria empreender maiores esforços no sentido de se promover uma cooperação econômica internacional em benefício de todos. Neste contexto, concordaram com a necessidade de medidas coordenadas, no campo da cooperação do desenvolvimento internacional, de modo a habilitar os países em desenvolvimento a aumentarem suas taxas de desenvolvimento econômico e, portanto, continuarão a contribuir para a reativação da economia internacional como um todo. Ex-

pressaram, assim, seu apoio à intensificação do diálogo Norte — Sul em todas as áreas e destacaram, em particular, a urgência de se promover Negociações Globais no âmbito das Nações Unidas. Anteciparam o desejo de uma cooperação estreita e contínua nos preparativos para outras reuniões futuras tais como a VI UNCTAD, a se realizar na primavera de 1983, em Belgrado.

O Presidente e o Primeiro-Ministro reafirmaram o apoio do Brasil e do Canadá à Convenção sobre Direito do Mar recentemente adotada. Expressaram a total concordância de ambos os países de que o fundo do mar e o fundo do oceano e subsolo adjacentes além dos limites da jurisdição nacional e seus recursos naturais são patrimônio comum da humanidade. Os dois líderes expressaram seu desapontamento com o fato de os Estados Unidos da América terem anunciado que não assinarão a Convenção e instaram aquele país a reconsiderar tal decisão.

O Presidente expressou sua estima e gratidão ao Governador-Geral, ao Primeiro-Ministro e ao povo canadense pela hospitalidade proporcionada a ele e à sua comitiva por ocasião de sua visita. O Presidente estendeu cordial convite ao Primeiro-Ministro para realizar visita oficial ao Brasil em data mutuamente conveniente. O Primeiro-Ministro agradeceu ao Presidente e aceitou o convite com prazer.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 99, o texto do Acordo de Longo Prazo sobre o trigo e do Memorando e Consultas Políticas entre o Brasil e o Canadá.

a visita do presidente do congo, denis sassou-nguesso

Discurso do Presidente João Figueiredo, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de julho de 1982, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente da República Popular do Congo, Denis Sassou-Nguesso.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Há pouco mais de dois anos, o Brasil e a República Popular do Congo estabeleceram relações diplomáticas, e desde então nossos Governos têm buscado aprimorar seu conhecimento mútuo.

Ilustres personalidades congoleesas estiveram em nosso país e puderam observar a realidade brasileira.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil culminou nesse processo de aproximação, e deverá inaugurar uma fase ainda mais promissora nas relações de cooperação entre este país e o Congo.

Desejo, pois, expressar a satisfação que nos traz a presença de Vossa Excelência e de sua honrada comitiva.

Estou certo de que juntos poderemos trabalhar pela consolidação da amizade que une o Congo e o Brasil, e pelo adensamento e diversificação de nossas relações.

Senhor Presidente,

A rapidez com que se desenvolveram os vínculos entre nossos países é significativa.

Diversos elementos favorecem nossos contatos.

Populações jovens e dinâmicas, semelhanças oriundas de nossa situação geográfica e de tradições comuns, favorecem a todo tempo, a troca de experiências.

Vossa Excelência poderá verificar, durante sua estada no Brasil, a afinidade existente entre nossos povos e países, entre os recursos de que a natureza nos dotou; a força da raiz africana da civilização brasileira; a franqueza do nosso diálogo com os irmãos do continente vizinho.

Esse diálogo tem por base a confiança, e a vontade inabalável de fortalecer o espírito de independência autêntica de nossos povos.

Mais do que tudo, aproxima-nos a consciência de sermos países em desenvolvimento, aos quais incumbe promover, de forma

acelerada, o progresso e a melhoria das condições de vida de nossos povos.

Este desafio está ligado ao nosso esforço comum pelo aperfeiçoamento da ordem internacional vigente. Tudo quanto fazemos parece esbarrar nas emperradas estruturas políticas e econômicas que caracterizam a vida internacional de hoje.

Por um lado, vemos nações cuja soberania é violentada e cuja independência é contestada por meios coercitivos.

Vemos outras, como a Namíbia, a que o direito de auto-determinação é negado, contrariando princípios e resoluções da Organização das Nações Unidas.

Outras existem, ainda, onde a dignidade humana é desconsiderada, por meio de ações discriminatórias, de natureza racial, ideológica ou religiosa.

Por outro lado, práticas comerciais e sistemas econômicos criam e prologam disparidades inaceitáveis entre as nações.

O aviltamento da cotação de produtos primários, a transferência do ônus da crise financeira internacional para os países em desenvolvimento, e o difícil acesso ao conhecimento científico e tecnológico perpetuam desequilíbrios, afetando negativamente o processo de desenvolvimento de cada nação.

Devemos, por isso, em todos os foros e em todas as instâncias internacionais, bater-nos contra tais injustiças e preconizar, com firmeza, o estabelecimento de uma nova ordem internacional, fundada no entendimento e na igualdade.

Devemos, também, com lúcida percepção do futuro, reconhecer a importância do Atlântico Sul como traço de união entre as nações em desenvolvimento que o circundam, e o papel fundamental que tem esse oceano pa-

ra a salvaguarda de nossos interesses comuns, em clima de paz e segurança.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que a solução dos problemas que enfrentamos será acelerada por meio de maior cooperação entre nossos países.

O comércio direto das nações em desenvolvimento e o ajuste de programas de cooperação bilateral, utilizando tecnologia e recursos próprios, abrem novos caminhos nas relações internacionais, caminhos calcados no interesse e no respeito mútuo, e no desejo de promover a paz, a igualdade e o bem-estar de todos os Estados.

Nesse sentido, a evolução das relações entre o Brasil e o Congo é exemplar.

Por ocasião da primeira visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Congo, em 1981, foi assinado o Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural.

Mais tarde, tivemos a honra de receber a visita de vários outros Ministros congolezes, encarregados de examinar perspectivas de cooperação em áreas como agricultura, transportes, energia, obras públicas educação e formação profissional.

Em decorrência dessas visitas oficiais, entidades brasileiras e congolezas identificaram oportunidades de executar projetos de desenvolvimento no Congo e de aumentar o intercâmbio entre nossos países, fazendo com que o valor de nosso comércio fosse multiplicado por três, desde 1979.

Marcando a estada de Vossa Excelência entre nós, será firmado amanhã outro importante acordo, que vai ampliar a cooperação bilateral, especialmente no campo técnico e científico.

Evidências dessa conjugação de interesses e identidade de anseios são o nosso plano comum de unir esforços para o desenvolvimento de regiões de trópico úmido da República Popular do Congo, de características semelhantes às que encontramos em vasta porção do território brasileiro e, mais especificamente, a assinatura, por empresa brasileira, de contrato para realizar estudos

geotécnicos referentes a uma importante rodovia em território congolês.

Faço questão de ressaltar esses atos, Senhor Presidente, porque eles demonstram, de modo claro, a capacidade de dois países amigos para transpor ao campo da ação concreta suas idéias comuns, na luta para superar os obstáculos do desenvolvimento.

comunicado conjunto destaca a cooperação brasileiro-congolesa

Comunicado Conjunto Brasil-Congo, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de julho de 1982, ao final da visita do Presidente da República Popular do Congo, Denis Sassou-Nguesso.

A convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Denis Sassou — Nguesso, Presidente do Comitê Central do Partido Congolês do Trabalho, Presidente da República, Chefe de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, efetuou visita oficial ao Brasil, de 5 a 7 de julho de 1982, acompanhado de importante delegação integrada, principalmente, pelos Senhores Lekoundzou Itihi — Ossetoumba, membro do Bureau Político, Ministro das Finanças; Pierre Nzé, Membro do Bureau Político, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Camille Bongou, Secretário Geral junto à Presidência do Comitê Central do Partido Congolês do Trabalho, Conselheiro Político da Presidência da República; Jean Itadi, Ministro da Indústria e da Pesca; Aimé — Emmanuel Yoka, Ministro Diretor do Gabinete do Chefe de Estado, Ministro Delegado junto à Presidência, Encarregado da Cooperação; Henri Djombo, Ministro das Águas e Florestas.

Em Brasília, Sua Excelência o Senhor Presidente Sassou — Nguesso foi recebido pelo Senhor Presidente João Figueiredo.

Foi igualmente recebido por Sua Excelência o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque.

As conversações entre os dois Presidentes se desenrolaram em clima de amizade e entendimento mútuo. Os dois Presidentes examinaram a situação internacional atual, principalmente no que diz respeito à África e à América Latina. Expressaram sua viva preocupação diante do agravamento da tensão internacional e manifestaram sua vontade de que os conflitos que ora estão ocorrendo possam ser revolidos por vias pacíficas.

Os dois Presidentes examinaram em seguida, em profundidade, as relações entre os dois países. Expressaram a convicção de que estas conversações abrirão novas perspectivas para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Congo.

Os dois Presidentes procederam à avaliação das relações econômicas e comerciais entre os dois países. Registraram com satisfação o crescimento das trocas comerciais e tomaram nota, com interesse, da importante

operação de fornecimento de quatro barcos de pesca ao Governo congolês. Verificaram que os esforços dos dois Governos poderão contribuir para dar novo impulso à cooperação bilateral e à valorização das potencialidades existentes. Para tanto, a cooperação entre o Brasil e o Congo deve se apoiar sobre fatores objetivos que resultam da semelhança entre os problemas encontrados pelos dois países na valorização de seu espaço nacional.

Nessas condições, o Presidente do Brasil e o Presidente do Congo decidiram estabelecer, tão logo que possível, um plano de cooperação a longo prazo, que permita ao Congo beneficiar-se da experiência brasileira de valorização das regiões florestais da Amazônia brasileira. Esta cooperação visa ao desenvolvimento integrado das regiões congolesas e será realizada em condições que serão fixadas em um ajuste a ser estabelecido no decorrer do presente encontro entre os dois Governos. Constitui uma primeira etapa desta cooperação a longo prazo a recente assinatura de contrato para a realização de estudos geotécnicos da estrada Epéna — Impfondo — Dongou por uma empresa brasileira. Para tanto, o Banco do Brasil concedeu ao Governo congolês um financiamento de 95 milhões de dólares.

Os dois Presidentes trocaram os instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural assinado em Brasília em 18 de fevereiro de 1981. Os dois Governos procederam também à assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica e do Acordo Comercial.

A Parte congolesa submeteu à consideração do Governo brasileiro projetos de Acordo

Aéreo e de Acordo de Cooperação Científica e Técnica. O Governo brasileiro se comprometeu a estudá-los com a possível brevidade e levando em conta o interesse superior das relações entre o Brasil e o Congo.

As duas Partes convieram que uma atenção privilegiada será concedida à cooperação técnica e científica. Nesse sentido, os dois Presidentes concordaram em recomendar a seus respectivos Governos o exame das possibilidades de desenvolvimento das relações bilaterais nas áreas da agricultura, das minas, das florestas, das obras públicas, dos transportes, da pesquisa de fontes alternativas de energia, de formação profissional e da educação.

Durante sua estada no Brasil, o Presidente Sassou-Nguesso efetuou uma série de visitas, incluindo, além do Distrito Federal, os Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, assim como certos centros econômicos no sul de Minas Gerais. No Rio de Janeiro, foi recebido por Sua Excelência o Senhor Antonio de Pádua Chagas Freitas, Governador do Estado, e em Salvador, por Sua Excelência o Senhor Antonio Carlos Magalhães, Governador do Estado da Bahia.

Ao fim de sua visita oficial, Sua Excelência o Senhor Presidente Sassou — Nguesso expressiu ao Presidente João Figueiredo sua profunda gratidão pela calorosa hospitalidade que lhe foi oferecida, assim como a sua delegação, pelo Governo e, pelo povo do Brasil.

O Presidente Sassou — Nguesso convidou o Presidente João Figueiredo a efetuar visita oficial à República Popular do Congo. Este convite foi aceito com prazer. A data da visita será fixada por via diplomática.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 95, o texto dos acordos entre o Brasil e a República Popular do Congo, assinados por ocasião da visita do Presidente congolês, Denis Sassou-Nguesso.

saraiva guerreiro abre a primeira reunião da comissão mista brasil-angola

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de julho de 1982, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, que contou com a participação do Ministro angolano de Petróleo e Energia, Pedro de Castro Van-Dunem.

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que recebemos no Brasil a delegação da República Popular de Angola à primeira reunião da nossa Comissão Mista. Os nossos objetivos de consolidação das relações bilaterais Brasil — Angola vêm sendo progressivamente atingidos. Essas relações se espalham hoje num amplo leque de cooperação e comércio.

O nosso bom entendimento é conhecido e tem por bases a amizade e o respeito mútuo das opções básicas de nossos dois países. Brasil e Angola quiseram e souberam aproximar-se. Esse desejo foi institucionalizado pelos Acordos de Cooperação assinados por ocasião de minha visita a Luanda, em 1980. Esses Acordos, ora ratificados, criaram a Comissão Mista agora reunida pela primeira vez, que é um instrumento valioso para ordenar o nosso amplo e já complexo intercâmbio.

Estabelecemos, assim, um foro em que poderemos passar em exame todos os aspectos dos vínculos que nos unem, bem como determinar prioridades e escolher meios para tornar mais denso e eficaz o nosso relacionamento.

Poderemos examinar programas e projetos de cooperação técnicas, iniciativas que são diretamente importantes para o Brasil e para Angola, e representam, além disso, significativo exemplo da viabilidade e da utilidade da cooperação Sul — Sul. Analisaremos mecanismos eficientes para a concessão de bolsas de estudo, envio de professores, trocas de missões, transferência de tecnologia, aproximação no campo do cinema, da televisão e de outras áreas correlatas. Ampliaremos a cooperação já existente na formação profissional e saberemos expandi-la.

No campo do intercâmbio econômico, passaremos em revista meios para tornar ainda mais importantes a troca de serviços, a di-

versificação e a densidade dos fluxos comerciais e dos seus correspondentes instrumentos financeiros. Estudaremos processos para encorajar o sistema de transportes entre os dois países. Uma área particularmente importante de nossas conversações será a da energia, setor sob a responsabilidade específica da Vossa Excelência, no Governo de Angola, e onde existem amplas possibilidades de maior intercâmbio. No campo das comunicações há, também, vasto potencial de cooperação que saberemos transformar em realidade concreta.

Já soubemos criar uma base sólida para a concretização de interesses mútuos. É preciso agora ampliá-la e fazê-la abranger novos campos. Teremos, estou certo, a imaginação necessária para vislumbrar outras áreas em que os nossos interesses coincidam ou se complementem. Saberemos criar novos instrumentos de aproximação e não nos faltará a disposição para impulsionar iniciativas úteis para os dois países. Essa será, sem dúvida, a principal tarefa da Comissão Mista.

Esta reunião, Senhor Ministro, também permitirá ao Governo brasileiro reiterar os princípios de sua política africana. A prioridade dessa política foi reafirmada, recentemente, pelo Senhor Presidente João Figueiredo. Tencionamos continuar na rota de nossa aproximação com o continente vizinho, onde sempre serão para nós particularmente importantes os países de expressão comum.

Realiza-se esta reunião num momento especialmente delicado. Vislumbramos, de um lado, com satisfação, certo progresso no caminho para a independência da Namíbia, objetivo endossado pela ONU e que todos apoiamos. Se esse tema nos diz respeito, no Brasil, como membro da comunidade internacional e país ribeirinho do Atlântico Sul, sabemos de sua particular importância para Angola e apreciamos as contribuições do Governo de Vossa Excelência para que se alcance uma solução justa e pacífica.

Os objetivos pacíficos e de cooperação que o Brasil tem no Atlântico Sul são suficientemente conhecidos para que não necessite reiterá-los nesta oportunidade. Limitar-me-ei, assim, a lembrar o interesse brasileiro de manter o espaço oceânico que nos defronta como uma área livre de tensões que aproxime os países ribeirinhos em desenvolvimento, obedientes aos princípios da Carta das Nações Unidas. Relembro, também a permanente condenação do Governo brasileiro às manifestações de racismo e colonialismo nessa área.

Senhor Ministro,

Vossa Excelência terá a oportunidade, creio eu pela primeira vez, de visitar o Brasil, após esta reunião de Comissão Mista. Poderá ver um povo pacífico e trabalhador, impregnado de influências africanas, dedicado à grande tarefa de construção de uma sociedade mais justa em todos os sentidos. Vossa Excelência verificará, estou certo, que é muito vivo e cordial o interesse desse povo pela África, e, particularmente, pelo seu país.

Os contactos que Vossa Excelência poderá desenvolver, no curso de sua visita, completarão, sem dúvida, os resultados desta Comissão Mista. Vossa Excelência e sua delegação poderão manter conversações com segmentos da sociedade brasileira, com a imprensa, com empresas públicas e privadas, com setores da comunidade acadêmica e meios culturais. Esses contactos enriquecerão os nossos dois países, tornando-os mais próximos e aumentando o nosso conhecimento mútuo. A primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola e a presença de Vossa Excelência no Brasil deverão ser, assim, um marco importante no bom e rápido desenvolvimento das relações de amizade fraternal entre Angola e o Brasil.

Muito obrigado.

comissão mista transforma em realidade concreta a vontade mútua de aproximação entre brasil e angola

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 9 de julho de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro de Petróleo e Energia de Angola, Pedro de Castro Van-Dunen.

Senhor Ministro,

Verifico com satisfação que os trabalhos da Primeira Reunião da Comissão Mista se desenvolvem harmoniosamente. As nossas conversações permitiram que passássemos em revista todos os aspectos de nosso amplo intercâmbio e estudássemos meios para alcançar níveis ainda mais elevados no nosso entendimento.

O nosso diálogo se estende hoje a muitas áreas. Para progredir ainda mais era necessário criar e desenvolver um instrumento que nos permitisse transformar em realidade concreta a vontade mútua de aproximação — refiro-me à nossa Comissão Mista. A sua criação, como vemos hoje, foi oportuna e seu funcionamento satisfatório.

Podemos, assim, registrar, Senhor Ministro, que as conversações de Vossa Excelência em Brasília marcam uma etapa importante no fortalecimento das relações entre o Brasil e Angola. Estou certo de que a visita de Vossa Excelência a outras regiões do Brasil será igualmente oportuna e proveitosa.

Ergo a minha taça ao êxito dos trabalhos da Primeira Reunião de nossa Comissão Mista, às relações de amizade fraterna entre o Brasil e Angola, à saúde do Presidente José Eduardo dos Santos e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.*

* Na página 98, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto do Convênio de Cooperação Técnica entre o SENAI e o Departamento Nacional de Formação de Quadros do Ministério da Indústria de Angola, assinado por ocasião da visita do Ministro de Petróleo e Energia de Angola, Pedro de Castro Van-Dunen.

a VIII reunião da comissão intergovernamental brasileiro-soviética para cooperação comercial, econômica, científica e tecnológica

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 15 de julho de 1982, por ocasião da VIII reunião da Comissão Intergovernamental Brasileiro-Soviética para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica.

Senhor Vice-Ministro,

Durante os trabalhos da última reunião da Comissão Mista Brasil-União Soviética, em Moscou, tivemos o prazer de examinar aspectos da cooperação entre nossos países. Com satisfação, volto a encontrar Vossa Excelência na chefia da delegação de seu país nesta nova reunião. Acredito que poderemos dar seqüência aos esforços frutíferos que então iniciamos.

Permito-me recordar alguns fatos mais relevantes de nosso relacionamento nesse período. Em abril de 1981, assinamos o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, cuja implementação será objeto de exame durante a presente reunião. Em julho de 1981, visitou a União Soviética, à frente de missão empresarial, o Ministro-

Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antonio Delfim Netto. Na ocasião, foi assinado Acordo, por troca de Notas, que prevê a exportação e importação, a longo prazo, de produtos brasileiros e soviéticos, e cuja execução a partir deste ano deverá dar maior dinamismo ao intercâmbio bilateral. A visita do Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Flávio Pécora, a Moscou, em setembro, serviu para que ambas as partes promovessem um aprofundamento dos estudos das possibilidades de cooperação bilateral. Essas visitas contribuíram para atrair a atenção do setor privado nacional para as oportunidades de cooperação entre o Brasil e a União Soviética. Somente neste ano, visitaram Moscou representantes das empresas N. Odebrecht, Sage, Comexpot, Montreal e Mapa, entre outras. Ressalto, ainda, a im-

portância das visitas ao Brasil do Ministro da Energia da Bielorrússia, no início deste ano, e, mais recentemente, a visita de missão parlamentar soviética de alto nível, além de diversos representantes de companhias.

É altamente positivo para o relacionamento comercial bilateral o aumento dos contratos em nível técnico e empresarial com o setor privado nacional. Desses contatos, resultaram diversas possibilidades de cooperação, em especial no setor da indústria — o que demonstra ter nosso relacionamento comercial atingido um estágio mais avançado além da fase das simples trocas.

Nesse particular, verifico igualmente com satisfação que muitas das iniciativas de cooperação citadas na Ata da VII reunião da Comissão Mista, especialmente no setor energético, se realizaram, enquanto outras estão sendo objeto de exame entre setores interessados. Tenho a certeza de que, na presente reunião, daremos novo passo adiante no processo de diversificação de nosso relacionamento, baseado sempre nos princípios das vantagens mútuas e da não-ingerência nos assuntos internos.

O comércio entre o Brasil e a União Soviética apresentou um crescimento significativo durante o período 1980—81. Em 1980, segundo dados oficiais do Governo brasileiro, as exportações brasileiras foram de US\$ 370 milhões e as importações de US\$ 78 milhões. Em 1981, os totais foram de, respectivamente, US\$ 621 e 154 milhões. Segundo os dados disponíveis para o período janeiro/maio do corrente ano, as exportações brasileiras subiram a US\$ 276 milhões e as importações a US\$ 64 milhões. Registre-se que o Brasil e a União Soviética assinaram contrato prevendo a compra de 1 milhão de toneladas de petróleo durante o corrente ano, o que poderá elevar nossas importações a mais de US\$ 300 milhões.

Como Vossa Excelência pode verificar, o Governo brasileiro, consciente de que o desequilíbrio em nossa balança comercial não

constitui base para o futuro desenvolvimento das trocas, tem feito esforços concretos para corrigir essa tendência.

As ações dos setores específicos — o energético por exemplo — no sentido de examinar as possibilidades de cooperação com companhias soviéticas, começam a dar resultado, como bem o demonstram, entre outros fatos, (a) a assinatura de contratos para colaboração soviética nas áreas do aproveitamento do etanol, de pesquisa de petróleo e da gaseificação “*in situ*” e (b) o início de novos e importantes contatos entre companhias privadas nacionais e empresa soviéticas, na área de aproveitamento da turfa.

Essas iniciativas, somadas ao início da implementação do Ajuste Comercial, deverão progressivamente contribuir para corrigir as distorções atuais na balança comercial.

A União Soviética é, desde 1981, nosso primeiro parceiro comercial no Leste Europeu. Na América Latina, somos um dos principais parceiros comerciais da União Soviética. Conforme já assinalado, o Brasil pretende aumentar ainda mais o fluxo do seu comércio. No que diz respeito a suas exportações, o Brasil quer ampliá-las e, também, diversificá-las, uma vez que, a exemplo dos anos anteriores, em 1981, a pauta foi formada basicamente por produtos primários, (cerca de 65 % do total). Quanto às importações, estamos dispostos a examinar atentamente todas as oportunidades de compra no mercado soviético.

Senhor Vice-Ministro,

Uma das medidas que dariam consistência, na prática, a essa disposição, reside no entendimento entre nosso Governos sobre a compra de equipamento soviético para a hidrelétrica de Ilha Grande. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, (foi entregue à Embaixada soviética **Aide-Mémoire**) o Governo brasileiro, a fim de autorizar o início das negociações com os setores diretamente interessados, aguarda manifesta-

ção positiva do Governo da União Soviética em relação à contrapartida de manufaturas brasileiras dentro de um percentual mínimo a ser acordado. Durante a presente reunião, o Governo brasileiro espera chegar a um acerto em relação a este ponto.

Novo campo em que aparentemente há grandes perspectivas é o da cooperação industrial. Já existem entendimentos nas seguintes áreas: siderurgia, fabricação de equipamento para o Projeto Carajás e produção de equipamento hídricos e agrícolas, entre outras.

Com relação a Carajás, esperamos que entendimentos iniciais mantidos como o Conselho Interministerial de Grande Carajás possam prosseguir e dar resultados positivos.

Senhor Vice-Ministro,

Desejo referir-me ao Acordo por troca de Notas assinado em julho do ano passado. Em vista do substancial incremento de nossas importações, conforme mencionado, as autoridades brasileiras estão seguras de que, do lado soviético, possam continuar, e mesmo ser ampliadas, as importações de produtos primários, semimanufaturados e manufaturados, de conformidade com o previsto.

Temos também interesse em que outros produtos como minerais nobres, máquinas copiadoras equipamentos e implementos agrícolas, álcool anidro, carne, frango e açúcar possam igualmente ser objeto de negociações concretas entre as companhias diretamente envolvidas.

Nesse sentido, esperamos negociar, durante esta reunião, a alteração da lista anexa ao Ajuste para incluir outros produtos. Quanto às exportações soviéticas, o Brasil tem procurado dar preferência às compras dos produtos mencionados na referida lista, os quais só não conseguiram resultados mais satisfatórios em função da própria diminuição conjuntural do ritmo de atividades da

economia nacional. Ressalto, contudo, a Vossa Excelência a firme disposição do Governo brasileiro em procurar cumprir os objetivos fixados no Ajuste, esperando idêntica atitude por parte das autoridades soviéticas.

Durante seus trabalhos, a Comissão Intergovernamental examinará a conveniência da prorrogação do Acordo de Fornecimento de Máquinas e Equipamentos soviéticos e de produtos brasileiros, assinado em 1975.

A proposta de Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, entregue pela parte soviética durante a última reunião da Comissão Mista, está sendo devidamente estudada pelo Governo brasileiro. Talvez seja possível adiantar, durante a presente reunião, algumas sugestões para aperfeiçoar esse texto.

Senhor Vice-Ministro,

A presente reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-União Soviética propicia o primeiro encontro da Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnologia, prevista no Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica em vigor entre nossos países, que tive ocasião de assinar em abril do ano passado.

A cooperação científica e tecnológica com a União Soviética poderia desenvolver-se nas seguintes áreas, entre outras: física, matemática, aproveitamento de recursos naturais e desenvolvimento agropecuário, energia, transportes, metrologia e metalurgia de metais refratários. Aspectos específicos de cada um desses setores deverão ser considerados na subcomissão apropriada.

Esperamos concluir, no âmbito da atual reunião, as negociações para o efetivo estabelecimento de um programa de trabalho de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a União Soviética, válido para o período de 1982-83.

Senhor Vice-Ministro,

Creio que a própria agenda desta reunião da Comissão Intergovernamental, bem como o número e a relevância dos assuntos tratados nesta apresentação, demonstram a importância e a diversidade do relacionamento econômico e comercial entre nossos países. Estou certo de que esta reunião será de grande utilidade para o desenvolvimento de nossas relações bilaterais. Tenho a convicção

de que eventuais problemas decorrentes do dinamismo do relacionamento serão esclarecidos e novas possibilidades de cooperação, exploradas. Para tanto, a delegação brasileira reafirma sua disposição ao diálogo franco e construtivo.

Aceite, Senhor Vice-Ministro, em nome da delegação brasileira e em meu próprio, os melhores votos para uma estada agradável e proveitosa no Brasil.

chanceler brasileiro visita trinidad e tobago

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Port-of-Spain, em 22 de julho de 1982, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo Ministro dos Negócios Exteriores de Trinidad e Tobago, Basil Ince.

Senhor Ministro,

Constitui para mim motivo de especial satisfação visitar Trinidad e Tobago, país ligado ao Brasil pela proximidade geográfica e por relações que se têm ampliado e aprimorado.

As generosas palavras de Vossa Excelência e a calorosa acolhida que recebi, juntamente com minha comitiva, atestam o elevado grau de amizade que caracteriza as relações entre nossos dois países.

As semelhanças na história, na cultura e na formação étnica facilitam a aproximação entre Trinidad e Tobago e o Brasil. Os dois fatores preponderantes na formação das Índias Ocidentais, o cultivo da cana-de-açúcar como base da economia e o aporte cultural africano, constituem traços que unem as experiências históricas de Trinidad e Tobago e do Brasil. Não foi por outra razão que o eminente estadista e intelectual trinitário, Doutor Eric Williams, citou, em sua clássica história do Caribe, a sugestiva frase do sociólogo Gilberto Freyre a respeito do Bra-

sil: "... it was Europe reigning without governing; it was Africa that governed".

Senhor Ministro,

O cenário internacional é, hoje motivo das mais sérias apreensões. A tendência a reduzir as relações internacionais a esquemas de segurança e de poder relega a um imprudente segundo plano o exame do que seria a causa profunda dos conflitos: um sistema mundial que contribui para manter em condições de desalentador subdesenvolvimento cerca de dois terços da humanidade. A crise econômica internacional, ao atingir gravemente o mais amplo espectro de países, deixou transparecer, de forma muitas vezes dramática, a vulnerabilidade e fragilidade dos países em desenvolvimento. Tornou também patente o fato de que os problemas econômicos, de hoje afetam a todos os países, pobres e ricos, o que ressalta a necessidade de um Diálogo Norte-Sul mais aberto e construtivo. A implementação de iniciati-

vas tendentes a romper uma ordem injusta e a atenuar as desigualdades entre as nações contribuirá inegavelmente para desanuviar o clima político internacional e para reduzir as tensões.

No exame de tais questões, em foros regionais e internacionais, as posições de Trinidad e Tobago e do Brasil têm sido convergentes. Meu Governo vê com apreço a cooperação que se desenvolve nesse campo entre nossos dois países.

Senhor Ministro,

A consciência que tem o Brasil de ser, antes de tudo, um país latino-americano de fortes raízes africanas e de compartilhar, com tantas outras nações, a condição de país em desenvolvimento, inspira, em muitos aspectos essenciais, as linhas básicas de nossa política externa.

No quadro da América Latina, em particular, o Brasil tem desenvolvido esforços sistemáticos no sentido de tornar mais harmoniosa e substantiva a convivência entre as nações da região. O Brasil busca soluções pacíficas e negociadas para as controvérsias de qualquer natureza. A não-ingerência em assuntos internos e externos de outros países, a responsabilidade exclusiva e autônoma de cada povo na definição e escolha de caminhos próprios são princípios que a política externa brasileira segue com rigor e coerência.

Da mesma forma, a complexidade dos fatores políticos, econômicos e sociais envolvidos na crise de alguns países da área reclama soluções igualmente abrangentes, que se dirijam às raízes profundas dos problemas e desajustes e não apenas a suas manifestações.

Ainda no contexto regional, o posicionamento do Brasil se pauta pela aspiração de que o relacionamento entre as nações se baseie no entendimento franco e amistoso e na cooperação equilibrada. Empenhado

nesse processo de aprimoramento de relações igualitárias com os países da região, o ânimo brasileiro é o de contribuir para que se consolide entre nós um sentimento irreversível de confiança recíproca, de mútua disposição de responder positivamente às necessidades e aspirações dos demais.

Senhor Ministro,

O Governo brasileiro acompanha com o mais vivo interesse as iniciativas que têm resultado em maior integração entre os países caribenhos recém-independentes e as demais nações da América Latina. Muito têm a ganhar os países latino-americanos com esse estreitamento de laços com nações cuja cultura e tradições próprias, em numerosos campos, enriquecem o panorama da região.

Estou convencido de que as relações entre Trinidad e Tobago e o Brasil podem ser um modelo dessa tendência de aproximação, que corresponde a um anseio de todos nós latino-americanos. De um lado, pela singular posição que ocupa Trinidad e Tobago no contexto do Caribe, mercê do esforço que realiza no sentido de trilhar caminhos próprios na direção do desenvolvimento econômico e de sua tradicional postura de moderação e equilíbrio, que tanto contribui para a estabilidade e harmonia da região. De outro, porque as relações entre Trinidad e Tobago e o Brasil se baseiam em naturais afinidades e em uma cooperação que atende aos interesses de nossos dois países.

Têm sido expressivos e freqüentes os contatos de alto nível entre autoridades trinitárias e brasileiras. No campo econômico e comercial, registro com agrado a colaboração que se desenvolve entre empresas estatais e privadas dos dois países, responsável, em grande parte, pela notável expansão das trocas comerciais.

Creio que não somente nos mencionados campos poderá florescer o relacionamentô

bilateral. Trinidad e Tobago e o Brasil são países de tradições culturais marcadas pelo vigor e pela originalidade. O prestígio da Universidade das Índias Ocidentais, por exemplo, indica a conveniência do estabelecimento de contatos entre essa entidade e centros educacionais brasileiros.

O nível e o grau de amadurecimento das relações entre nossos países estão a exigir que examinemos novos caminhos, de modo a que a cooperação bilateral se torne mais ampla e variada. Nesse sentido, parece-me de extrema oportunidade os trabalhos da II Reunião da Comissão Mista, que amanhã

terei o prazer de inaugurar, juntamente com Vossa Excelência.

Senhor Ministro,

Sensibilizado pela hospitalidade com que tenho sido distinguido por Vossa Excelência e pelas autoridades presentes, peço a todos que se unam a mim em um brinde à saúde de Sua Excelência o Presidente Ellis Clarke, à prosperidade de Trinidad e Tobago, ao desenvolvimento crescente das relações de amizade entre Trinidad e Tobago e o Brasil e à felicidade de Vossa Excelência e da Senhora Ince.

saraiva guerreiro abre a II reunião da comissão mista brasil- trinidad e tobago

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, em Port-of-Spain, em 23 de julho de 1982, por ocasião da abertura da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Trinidad e Tobago, que contou com a presença do Ministro dos Negócios Exteriores daquele país, Basil Ince.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Senhoras e Senhores,

É com especial satisfação que, juntamente com Vossa Excelência, inauguro os trabalhos da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Trinidad e Tobago.

A realização deste encontro demonstra o elevado interesse que os Governos de Trinidad e Tobago e do Brasil atribuem à expansão e diversificação das relações econômicas e comerciais e do intercâmbio cultural, científico e tecnológico entre os dois países.

A Comissão Mista, criada em 1971, tem por objetivo examinar o estado atual do intercâmbio e da cooperação bilaterais e avaliar novas perspectivas para sua intensificação, à luz dos resultados positivos já alcançados em diversos setores.

Senhor Ministro,

Ao analisar as realizações em matéria de intercâmbio econômico e comercial, vemos exemplos significativos da colaboração que dois países em desenvolvimento podem estabelecer entre si, em particular nos setores de minérios de produtos siderúrgicos.

A cooperação no tocante a projetos de engenharia também tem sido produtiva, como o demonstram dois importantes estudos atualmente em andamento, o primeiro relativo a uma unidade de beneficiamento de soja e o segundo a uma fábrica de papel, a serem instaladas em Trinidad e Tobago.

A vocação marítima de nossos dois países nos levou a assinar, em 1978, um Acordo de Pesca, que prevê a realização de empreendimentos conjuntos. Estamos assistindo, no presente momento, aos seus primeiros

resultados concretos, com a entrada em vigor de um contrato de arrendamento de barcos.

De modo geral, nossas realizações conjuntas se diversificaram e cresceram: nos últimos dez anos mais do que duplicou o valor de nosso intercâmbio comercial.

Tais resultados têm levado o Governo brasileiro a antever um futuro promissor nas relações entre nossos dois países. Eis porque recebi do Presidente João Figueiredo a grata incumbência de anunciar, nesta ocasião, sua decisão de que possa uma empresa aérea brasileira realizar a ligação direta entre o Brasil e Trinidad e Tobago.

As possibilidades em matéria de cooperação técnica também requerem nossa atenção. Já se executa um programa no setor da extração de petróleo, que deixa vislumbrar suas potencialidades.

Em 1971, nossos dois Governos assinaram um acordo de cooperação cultural, iniciati-

va que facilita a compreensão e o conhecimento mútuos.

Muito nos resta a fazer, tanto no campo cultural quanto no científico. A comunidade científica brasileira tem acompanhado com particular interesse o alto valor acadêmico dos trabalhos produzidos na Universidade das Índias Ocidentais. Estou convencido de que um intercâmbio nesse setor seria proveitoso para ambas as partes.

Senhor Ministro,

Estou certo de que um espírito construtivo anima as duas delegações, o que dará margem a uma atuação inovadora, que muito contribuirá para um estreitamento cada vez maior das relações entre Trinidad e Tobago e o Brasil.

Auguro, pois, aos membros da delegação trinitária e da brasileira os melhores êxitos. De sua dedicação e competência muito esperamos.

no brasil, o ministro das relações exteriores do chile

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 3 de agosto de 1982, por ocasião de jantar oferecido ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, René Rojas Galdames.

Senhor Ministro,

A presença de Vossa Excelência entre nós permite-nos retomar conversações anteriores, como as que mantivemos quando, há cerca de dois anos, visitei Santiago, e em outros encontros, como os que realizamos paralelamente às últimas Assembléias das Nações Unidas. Oferece-nos, também, Vossa Excelência, a possibilidade de retribuirmos muitas das atenções e gentilezas que recebemos do povo e das autoridades chilenas quando estive na bela e hospitaleira capital do seu país. A visita de Vossa Excelência continua, assim, prática que certamente contribui para o excelente nível das relações entre o Brasil e o Chile.

O estabelecimento dessas relações no plano diplomático, que data da fase inicial da emancipação de nossos países, representa o início de um caminho no qual nunca deixamos de avançar. E a visita de Vossa Excelência permite retomemos a trajetória de

uma amizade, sempre balizada por exemplar disposição de diálogo, por permanente vontade de cooperação, por ideais comuns e por obediência estrita às regras do respeito mútuo e da não-interferência, ainda quando fossem diversas, no curso de mais de século e meio, as formas de Governo em um e outro país.

A história das relações brasileiro-chilenas é assim, um exemplo claro do fecundo grau de intercâmbio que, na América Latina, podem encontrar países irmanados no objetivo comum de antecipar, com acerto e firmeza de propósitos, a visão de um futuro de paz e desenvolvimento, que sempre orientou nosso Continente e que inspirou, nos melhores momentos, as ações comuns de nossas diplomacias.

A sincera simpatia que, desde o princípio, se estabeleceu entre os povos do Brasil e do Chile cedo se revelou na confiança e no espírito de fraterna cooperação que conti-

nua, até nossos dias, a caracterizar nossas relações.

Senhor Ministro,

Numa conjuntura marcada por tantas formas de tensão, repassar a história de nossas relações nos dá medida de justo orgulho e a certeza de que o diálogo continuará a ser o nosso instrumento diplomático principal.

Nunca terá sido tão fundamental a noção de que os princípios básicos da Carta da ONU devem inspirar o comportamento internacional dos Estados. Na raiz das tensões, são sempre flagrantes as marcas do descumprimento dessas normas fundamentais de que depende a estabilidade das relações entre os países.

A lição histórica é simples. As regras básicas que estão enfeixadas na Carta da ONU não devem ficar como distantes normas éticas, freqüentemente submetidas às exceções exigidas por jogos de poder e a determinações-hegemônicas. Ao contrário, se a paz for objetivo sinceramente desejado, tais princípios devem-se tornar os determinantes cotidianos da convivência internacional, balizas verdadeiras do comportamento dos Estados.

É natural que, enquanto países em desenvolvimento, sejamos, de várias formas, defensores de uma nova concepção de ordem que vá além dos níveis mínimos de uma convivência internacional sem tensões permanentes e que crie condições para que as tarefas básicas da construção dos valores da justiça e da igualdade se imponham sobre as dificuldades de diálogo que caracterizam a conjuntura atual.

Os resultados da incomunicação têm sido a tônica permanente da frustração e do desencanto. Agora, mais do que nunca, a situação deve ser revertida. Os sinais de crise, tanto no mundo desenvolvido quanto nos países em desenvolvimento, são por demais

graves para que a mesma estratégia de omissão e adiamento continue a prevalecer.

Senhor Ministro,

O Brasil e o Chile têm conseguido canalizar sua tradição de relacionamento cordial e fraterno para o proveitoso rumo da cooperação e do intercâmbio. Desde sua criação, em 1966, a Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena, em sucessivas reuniões, vem recomendando e homologando, com seu papel de instância bilateral permanente, medidas práticas de cooperação em campos tais como os da economia e do comércio, da técnica, da cultura, da ciência e do turismo.

Prova dos elevados benefícios que às nossas sociedades pode trazer um adensamento dos contatos horizontais entre os países de condições históricas afins, esse relacionamento tem mostrado resultados concretos que nos deixam otimistas quanto às suas perspectivas.

O intercâmbio comercial chegou a alcançar 1 bilhão de dólares anuais, resultado de uma pauta de comércio que tende a diversificar-se cada vez mais em função das possibilidades de complementaridade de nossas economias e do entrelaçamento de interesse nas áreas empresariais. Ocupa o Chile lugar de especial relevo entre os países fornecedores do mercado brasileiro, fruto, em especial, de sua participação no setor do cobre, o qual tem sido fundamental, em vários aspectos, para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Se o presente ano não está sendo tão propício, como reflexo das dificuldades dos dois países e da própria conjuntura mundial, estamos certos de que encontraremos os meios para retomarmos um ritmo dinâmico de expansão comercial.

O volume desse intercâmbio em expansão estimula, por sua vez, as relações financeiras e dos transportes entre o Brasil e o Chile.

A presença atual e futura de bancos de um país no sistema financeiro do outro constitui fator de agilização e incentivo das trocas. No campo dos transportes, terão de ser cada vez mais solidárias e imaginativas as soluções que compensem as longas distâncias e a ausência de continuidade territorial entre os dois países.

Amplia-se o círculo desse relacionamento com o futuro promissor que se antevê na cooperação técnica, científica, educacional e cultural. Fortalecidos pelo elevado dinamismo do intercâmbio econômico, esses campos de trabalho comum podem, por sua vez, perfilar-se, mais e mais, como elementos impulsionadores de nossas relações, em benefício de nossas nações. E o turismo entre o Brasil e o Chile, longe ainda de esgotar todas as suas potencialidades, projeta-se como um instrumento de aproximação e contatos diretos entre ambos os povos e entre suas culturas, seus anseios e suas aspirações.

Senhor Ministro,

A atuação do Brasil no cenário internacional tem dado ampla vazão aos traços fundamentais de nossa gente, de sua formação cultural e étnica e de sua tradição de convivência harmônica e amistosa, aberta

ao diálogo e à participação igualitária. Não é outro o sentido de nossa posição na América Latina, onde encontram terreno fértil nossos anseios de cooperação e entendimento, firmemente enraizados em profundas afinidades históricas e culturais. Prisma insubstituível, através do qual se forja a visão que o Brasil tem do mundo, é a América Latina um verdadeiro universo onde se expressam aspirações básicas da política externa brasileira e onde elas tendem a se corporificar em formas substanciais e concretas. Necessitamos todos de paz, de uma cooperação confiante e de uma reflexão conjunta, profunda e madura, sobre os interesses comuns e de longo prazo de nossa região. A fase histórica que atravessamos requer de todos nós que nos entreguemos a essa tarefa com persistência e objetividade, sem açodamento, mas também sem deixar que as dificuldades estimulem cômodas protelações.

Prosseguir nessa tarefa, Senhor Ministro, é o grande objetivo que novamente nos leva a conversar e a fortalecer nosso entendimento. Manter e aprimorar relações tão antigas e frutíferas, como as que existem entre o Brasil e o Chile, é, mais que uma obrigação como representantes de nossos Governos, nosso dever como brasileiros e como chilenos.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasil-chile

Comunicado Conjunto Brasil-Chile, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 4 de agosto de 1982, ao final da visita do Ministro das Relações Exteriores do Chile, René Rojas Galdames.

Atendendo a convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Chanceler do Chile, Embaixador René Rojas Galdames, realizou visita oficial ao Brasil em 3 e 4 de agosto de 1982.

O Ministro das Relações Exteriores do Chile foi, nessa oportunidade, acompanhado por Suas Excelências os Senhores Embaixadores Javier Illanes—Fernandez, Embaixador no Brasil, e Andrés Concha Rodríguez, Diretor-Geral Econômico do Minis-

tério das Relações Exteriores, bem como pelos Senhores Ministro-Conselheiro Luis Winter Iguait, Diretor de Política Multilateral do Ministério das Relações Exteriores, Ministro-Conselheiro Fabio Vio Ugarte, Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Ministro-Conselheiro Juan Salazar Sparks, Subdiretor de Política Bilateral do Ministério das Relações Exteriores, e Conselheiro José María Gallardo Escala. Subdiretor do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.

No curso de sua estada em Brasília, o Chanceler Rojas Galdames foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil.

O Ministro das Relações Exteriores do Chile também realizou visitas a Suas Excelências os Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan, do Senado Federal, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque.

Inspiradas no tradicional espírito de fraterna amizade e cooperação que anima as relações brasileiro-chilenas, as conversações entre os dois Ministros das Relações Exteriores desenvolveram-se dentro de uma atmosfera de franca cordialidade, havendo sido abordados assuntos de interesse bilateral do Brasil e do Chile, bem como temas de âmbitos internacional e latino-americano.

Ambos os Chanceleres, reafirmaram, nessa ocasião, o respeito de seus países aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, os quais constituem a base de um relacionamento internacional capaz de contribuir para o bem-estar e a prosperidade das nações.

Ressaltaram-se a necessidade de que sejam atingidos os supremos objetivos da paz e do desenvolvimento de todos os países, haven-

do destacado o direito de cada povo à sua plena realização no âmbito da comunidade internacional, num contexto de justiça e equidade, baseado no respeito mútuo e na boa fé entre os Estados. Lembraram, a esse respeito, a ênfase que, em suas manifestações, o Santo Padre João Paulo II tem concedido à consecução desses objetivos.

Assinalaram a responsabilidade que cabe a cada Estado no aperfeiçoamento da boa convivência, do diálogo, do descontraimento de tensões e do fortalecimento de confiança internacionais.

No que se refere à América Latina, os dois Chanceleres concordaram em que, de acordo com a tradição diplomática da região, e com os princípios da Carta das Nações Unidas, todos os Estados devem resolver suas controvérsias por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais. Fizeram referência também à relevância do processo de integração regional e ao exercício, pela região como um todo, de um papel mais ativo no cenário mundial e nos esforços em favor da paz e da cooperação entre as nações.

Recordaram os termos da Declaração conjunta de 11 de outubro de 1980 e do Comunicado Conjunto de 28 de junho do mesmo ano e se congratularam nesse contexto, pela auspiciosa evolução do relacionamento bilateral, refletido nos marcos alcançados em diferentes setores de atuação.

Lembraram, a esse respeito, a ampla série de acordos vigentes entre os dois países, expressivamente acrescida pelos instrumentos celebrados em Santiago, em 1980, e a importância do foro de Comissão Especial Brasileiro-Chilena de Coordenação, cuja última reunião que, teve lugar em Brasília, em dezembro de 1981, apresentou resultados altamente positivos.

Deixaram consignadas sua satisfação, em particular, pelo desenvolvimento do inter-

câmbio comercial entre o Brasil e o Chile, pelos múltiplos contatos no campo econômico entre diferentes áreas dos setores públicos e privados, pela importância dos vínculos de transporte entre um e outro país, pelo progresso dos contatos no campo de turismo e pelo avanço registrado na área de cooperação técnica e as potencialidades que revela, bem como pela disposição e interes-

se de ambos os países em intercambiarem informações e cooperarem no contexto do Tratado da Antártida e pela evolução das relações científicas e culturais.

O Chanceler Rojas Galdames manifestou ao Chanceler Saraiva Guerreiro sua gratidão pelas gentilezas e atenções que recebeu em Brasília.

ministro dos negócios estrangeiros da itália visita o brasil

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Emilio Colombo, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de agosto de 1982, por ocasião de almoço oferecido pelo Chanceler brasileiro ao Chanceler Italiano.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

Os laços que unem nossos povos são antigos e sólidos. A presença de Vossa Excelência entre nós vem reforçá-los, a nível de Governo, traduzindo nosso mútuo empenho no constante aprimoramento das relações ítalo-brasileiras.

Na certeza de que nossas conversas contribuirão para a aproximação entre o Brasil e a Itália, dou-lhe, e a sua ilustre comitiva, os votos de boas-vindas em nome do Governo brasileiro.

Acresce à honra do encontro com o Chefe da diplomacia italiana o prazer de renovar contacto pessoal com Vossa Excelência, de quem conheço a longa, variada

e expressiva trajetória na vida pública italiana.

Para o Brasil, a Itália representou, no passado, não só o epítome do gênio latino, mas também generoso manancial de imigrantes. Sua descendência em grande parte mesclada com famílias de outras procedências hoje constitui parcela considerável de nosso povo, e está presente com marcada importância em todos os setores da vida nacional.

Nos dias que correm, temos em seu país fonte permanente de estímulo intelectual e cultural. A tradição de criatividade e imaginação; a força e profundidade de reflexão italiana nos mais diversos ramos do saber são sinais claros de inspiração. De outro la-

do, não poderia deixar de referir a sabedoria e o equilíbrio político que caracterizam profundamente o modo de ser democrático da Itália contemporânea.

Nossas relações bilaterais são extremamente significativas e não poderia ser diferente já que sua moldura é bem composta: a presença italiana a moldar a nacionalidade brasileira e, de outro lado, o permanente estímulo recíproco da inventiva latina.

Assim é que, nos dias que correm, temos em seu país o terceiro entre nossos parceiros comerciais na Europa, também incluído no rol dos maiores investidores estrangeiros no Brasil.

Não menos significativa tem sido a cooperação bilateral no domínio das técnicas avançadas, que se apresta a ganhar dimensão mais alta com o empreendimento conjunto, já iniciado, no ramo da construção aeronáutica, das telecomunicações, no campo das fontes alternativas de energia e na execução do programa de cooperação entre as Comissões de Energia Nuclear dos dois países.

A recente assinatura de acordo entre os conselhos de pesquisa do Brasil e da Itália deverá, a seu turno, estimular consideravelmente a colaboração no setor científico e tecnológico.

Também na esfera política, são férteis as trocas entre nossos países. Os contactos de autoridades brasileiras e italianas atestam a densidade do entendimento que atingimos. Por meio deles, podem estender-se as áreas de convergência em nossas percepções da realidade contemporânea, já expressivas.

Aliás, esse exercício de convergência é básico para que enfrentemos a conjuntura crítica que vive o sistema internacional. É fundamental que, neste momento, se aprimorem os mecanismos de diálogo e de negociação.

Praticamente em todos os quadrantes do globo, sob formas variadas, assistimos a

exemplos trágicos do uso da força como instrumento de solução de controvérsias internacionais. Solução que sabemos sempre precária, mais geradora de tensão permanente do que de composição real de interesse.

De outro lado, no cerne estrutural do sistema internacional estão bloqueados praticamente os esforços no sentido do desarmamento, e, ao mesmo tempo, a distensão parece ser coisa do passado. Não é bom esse panorama, e nos preocupa profundamente.

Nossa política externa tem como parâmetros a busca da paz e a construção de uma ordem internacional justa. Diante de situações extremas são ainda mais necessárias a contenção e o esgotamento dos meios pacíficos de controvérsia. Tanto a força, quanto o recurso ilegítimo a pressões de natureza econômica são, na verdade, ineficientes na busca da paz em nossos dias. Por isso mesmo, reconhecemos mérito no esforço daqueles que buscam minorar os inevitáveis danos causados por tais métodos. Mesmo em situações de conflito, não se pode perder a perspectiva da serenidade, razão porque endossa o Brasil todo empenho sincero na retomada do diálogo interrompido e o prevalecimento de um quadro político justo e construtivo.

Assim agimos em decorrência de nosso apego às regras consagradas do bom convívio internacional. O respeito à soberania, a dignidade das nações e ao direito de todos os povos à realização de seus legítimos anseios transcende à ordem ética. Da observância de tais princípios dependem a paz, a prosperidade e a própria sobrevivência da humanidade.

Não podemos, portanto, ficar indiferentes a situações de suma gravidade como a que ocorre no Líbano, vítima de ações que, inclusive, causam mortes indiscriminadas entre a população civil. É essencial que também nessas circunstâncias prevaleçam a contenção e a racionalidade e se criem con-

dições para uma solução justa e duradoura do problema, conforme com o Direito e as decisões internacionais. Todos sabemos que está ligada a essa situação a questão da Pátria palestina, cuja resolução é fundamental para a paz no Oriente Médio, no contexto do reconhecimento do Direito de todos os povos da região a viver em paz e em segurança.

Do mesmo modo é essencial que se chegue com a máxima brevidade à conclusão eficaz do processo de independência da Namíbia, com base na resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU que inspira as negociações atualmente em curso. A culminação breve e justa desse processo, assim como o fim das práticas inaceitáveis de discriminação racial que ainda vigoram naquela região, são fatores cruciais para que a paz e o desenvolvimento possam finalmente estabelecer-se na África Austral em um clima de afirmação nacional autêntica de seus povos.

Nestas e em outras situações de crise e de conflito regional devemos ter sempre em mente que não se pode pretender resolvê-las reduzindo-se a meros aspectos da confrontação bipolar, o que tende em geral a distorcer e avultar suas proporções, mas antes respeitando sua especificidade e as aspirações legítimas dos povos por elas afetadas.

Esse mesmo pensamento inspira a posição brasileira no plano mais amplo da busca de uma nova ordem internacional, fundada na igualdade e no respeito mútuo. Nela, não deverá haver lugar para a imposição de interesses unilateralmente definidos que, no presente, geram tensões, conflitos e constantes violações daquelas regras de boa convivência.

O anquilosamento das atuais estruturas de poder acabará por prejudicar os interesses a longo prazo de toda a comunidade internacional, na medida em que afeta os relacionamentos bilaterais e inter-regionais.

A construção da ordem que almejamos exi-

ge a aplicação de novas fórmulas, ágeis e eficazes, de cooperação que, ao lado dos princípios consagrados do Direito Internacional, conduzam a plena participação de todos os membros da sociedade internacional nos processos decisórios, tanto em matéria política quanto econômica.

Nesse contexto, recorro e faço minha a oportuna colocação de Vossa Excelência, ao afirmar que “não existe sobrevivência sem solidariedade e na renovação da cooperação internacional”.

A Comunidade Européia dá exemplo dessa cooperação horizontal e fecunda.

Seu país tem sido dos mais sensíveis em perceber a conveniência do aperfeiçoamento das relações entre a Comunidade Econômica Européia e os países em desenvolvimento. Essa sensibilidade credencia a Itália, de modo especial, a prestar contribuição de relevo no bom encaminhamento da cooperação Norte-Sul.

Senhor Ministro,

Nosso diálogo levou-nos a melhor compreender nossas respectivas inserções regionais e aspirações na ordem mundial, renovando minha confiança no valor do contato direto entre homens de Governo.

Com grande prazer, ergo minha taça à prosperidade da Itália, ao bem-estar de seu povo e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

EMÍLIO COLOMBO

Senhor Ministro,

Gostaria, antes de tudo, de expressar-lhe o meu reconhecimento pela amável acolhida que nos foi reservada quando da nossa chegada ao Brasil e pelas simpáticas palavras

que, ora, V.Exa. dirigiu a mim e à Delegação que me acompanha. Retribuo, de coração, a cordial saudação e os sentimentos de amizade que nos foram manifestados e que testemunham os profundos vínculos que existem entre os nossos dois países.

Falar de profundos vínculos e de comum civilidade poderia parecer retórico, mas não o é no caso do Brasil e da Itália: não existe nada de retórico, de fato, quando se reafirma a comum matriz e se pensa que milhões de italianos e de descendentes de italianos fizeram desta grande nação a sua nova Pátria e deram ao seu desenvolvimento uma contribuição que, por unânime reconhecimento, está entre as mais qualificantes e fecundas.

Além do mais, gostaria de expressar-lhe, Senhor Ministro, a minha alegria e a minha satisfação por encontrar-me aqui, hóspede de V.Exa. neste estupendo palácio que, na sua linha arquitetônica, harmoniosa e ousada a um só tempo, simboliza o Brasil moderno e a vontade do seu povo de atingir, na concórdia e na justiça, as metas mais ambiciosas.

Esta não é a primeira vez que eu venho ao vosso país como Representante do Governo italiano, mas é a primeira vez que tenho o privilégio de conhecer esta nova e extraordinária capital que o Brasil quis criar para si: capital que testemunha dignamente a capacidade da sociedade brasileira de operar as grandes escolhas e de realizá-las com empenho, superando todo e qualquer obstáculo: mas ela exprime, sobretudo, a admirável força moral do povo brasileiro e o seu maravilhoso impulso em direção ao futuro.

Senhor Ministro,

Vivemos um momento histórico muito difícil e caracterizado pelos conflitos e pelas tensões que agravam sempre mais uma situação, já bastante dura e instável pelos múltiplos problemas herdados do passado e que,

ainda hoje, estão longe de serem resolvidos: existem os problemas da fome, da miséria, da injustiça, da violência, do subdesenvolvimento.

A gravidade de tais problemas, a difusão destes males, a ameaça constante que paira sobre a humanidade sempre a espera de novos conflitos, a crescente interdependência nas relações entre Estados e áreas geográficas mesmo distantes, são as motivações que devem estimular-nos a procurar juntos, e sem protelação, todas as soluções possíveis para transformar as dramáticas perspectivas atuais num futuro de paz e de progresso para os nossos filhos.

Somente unindo os nossos esforços em uma procura, tenaz e leal, de novas fórmulas para superar as mil dificuldades que se nos depa-ram, poderemos esperar, realmente, atingir os nossos objetivos em realizar uma sociedade mais justa, mais livre, mais progressiva.

É este um compromisso que eu espero os nossos dois países possam fazer juntos frente no comum esforço para resolver os problemas do desenvolvimento, para dar uma maior estabilidade ao sistema monetário internacional, para harmonizar as justas exigências dos países que alcançaram um diferente grau de industrialização. Este esforço deve ser realizado por todos nós, no respeito daqueles valores tradicionais que são comuns ao Brasil e à Itália e no evocar daqueles laços históricos, étnicos e culturais que consideramos preciosos.

Estou convencido que a criação, sobre as duas costas do Atlântico, de instituições que se inspiram nos mesmos princípios, constitua a melhor garantia para uma colaboração perfeita entre os nossos dois países, sem falar entre a América Latina e a Europa.

Em tal contexto, a minha visita a Brasília quer também confirmar o particular inte-

resse com o qual a Itália segue o incremento da vida brasileira, e testemunhar, outrossim, o pleno apoio que o nosso país pretende assegurar à nação, prudente mas decidida, que o vosso Governo, sob a direção equilibrada e previdente do Presidente Figueiredo, desenvolve há já alguns anos para impulsionar um dos grandes interlocutores da comunidade internacional, o Brasil, no caminho da democracia e do progresso: nesta estrada, Senhor Ministro, vos acompanha sempre o augúrio fraterno da nação italiana.

Mas a minha visita, Senhor Ministro, não quer somente reafirmar os fraternos laços existentes entre os nossos dois países, de facto esta tem lugar num delicado momento para as relações entre a Europa Ocidental e a América Latina.

A este propósito gostaria de repetir quanto já declarado pela parte italiana no decorrer das conversações que os nossos dois países tiveram desde o início da crise das Malvinas, isto é, o nosso apreço pela maneira construtiva com a qual o Brasil agiu junto aos Organismos Interamericanos e nas relações bilaterais com os vários países do hemisfério e pela ação moderadora destinada a buscar uma solução satisfatória sobre a questão.

Isto certamente contribui para evitar os riscos de radicalização das posições que poderiam ter conduzido a tensões mais agudas nas relações com a Europa comunitária e com os Estados Unidos.

Senhor Ministro,

É do seu conhecimento a complexa e difícil posição em que se encontrou a Itália no período que se seguiu após o surgimento da crise do Atlântico Sul, tendo que considerar, por um lado, as exigências de solidariedade que descendem do compromisso europeu, que, como se sabe, é fundamental para nós, e por outro, naturalmente, os tradicionais laços com a Argentina e com a América Latina, que se fundamentam na

comunhão de sangue de cultura e de interesses económicos.

Superada portanto a fase bélica da questão, devemos agora empenhar-nos para eliminar quanto antes os efeitos negativos que ainda possam permanecer.

A este propósito faz-se observar que da parte de alguns, também sobre a onda dos inegáveis sentimentos que a crise provocou, foi lançada a idéia da necessidade de uma maior ampliação da autonomia diplomática, política, económica e militar da América Latina, não só do ponto de vista regional mas também daquele bilateral. Gostaria de dizer que da parte italiana esta iniciativa, sem dúvida antiga, mas agora retomada com novo vigor, será certamente recebida com favor, mas isto somente até que ela não se coloque como alternativa para um reforço dos tradicionais laços que a América Latina mantém com o mundo Ocidental: nós consideramos realmente que, no cenário internacional, o lugar natural dos Países do Sub-Continente seja ao lado daqueles Ocidentais, sobretudo da Europa dos Dez e dos Estados Unidos.

Quanto às relações entre a Europa e a América Latina em particular, de nossa parte pretendemos agir para favorecer uma rápida ativação do diálogo, tanto entre as duas áreas, como com os Países, que estiverem disponíveis. Este diálogo como é sabido, desenvolve-se em Bruxelas, mas são também de grande ajuda todas as conversações obtidas bilateralmente. É nosso grande interesse que esta renovada relação possa encontrar, no futuro, novas e mais construtivas formas de expressão, dando lugar a resultados concretos e de maior relevo. Mas a minha presença no Subcontinente e em particular em Brasília, é testemunho também do interesse da Itália a suscitar, entre os Países Latino Americanos, um esforço que tenda a uma mais rápida retomada para plenas e melhoradas relações com a Europa dos Dez. Para tal fim, a Itália desejaria pedir o consenso e a cooperação do Brasil.

O Brasil tem de fato, na nossa opinião, uma posição central neste processo, não só pelos seus recursos humanos e naturais, mas também por sua tradição de sabedoria e de equilíbrio da sua linha internacional, que se exercita, atualmente, com grande eficácia, também além da sua área continental. Acredito que um diálogo global, que nos encaminhe ao debate com uma certa periodicidade de nossas respectivas posições sobre uma série de problemas mundiais e que nos permita eventualmente, desempenhar ações paralelas nos foros internacionais competentes, não somente possa contribuir para o desenvolvimento e para estabilidade política e econômica dos nossos Países a concorrer à busca de soluções válidas para muitos problemas em debate — em primeiro lugar, os problemas do diálogo Norte-Sul — mas ser, ao mesmo tempo, um fator de redução e superação das tensões e dos confrontos internacionais.

Parece-me que a Itália e o Brasil, pelos laços que os unem, pela comunhão de idéias ainda uma vez constatada em relação aos acontecimentos mundiais, como também pela

posição que ocupam no âmbito das organizações regionais de que fazem parte, se encontrem na condição mais idônea a fim de favorecer esta união.

Senhor Ministro,

No decorrer das nossas conversações de hoje, foi-me oferecida a possibilidade de avaliar as excelentes aptidões diplomáticas que lhe deram também fora do Brasil a merecida fama que envolve a sua pessoa.

Permita-me considerar também este elemento como uma confirmação do empenho que dará continuidade ao nosso diálogo, que já é muito profundo e deu já seus frutos, mas que pode abranger, no interesse comum, sempre novos campos e portanto produzir frutos ainda mais abundantes.

É com este espírito que peço aos presentes para erguer a taça à grande nação brasileira, para a realização de suas aspirações, para um futuro de progresso e de paz, à amizade entre os nossos dois Países.

comunicado de imprensa brasil-italia

Comunicado de imprensa Brasil-Itália, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de agosto de 1982, por ocasião da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Emilio Colombo.

A convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Deputado Emilio Colombo, realiza visita ao Brasil, no período de 5 a 8 de agosto corrente.

O Ministro Colombo faz-se acompanhar de comitiva que inclui, entre outros altos funcionários da Farnesina, o Embaixador Bruno Bottai, Diretor-Geral para Assuntos Políticos; o Ministro Vieri Taxler, Diretor-Ge-

ral para Emigração e Assuntos Sociais e o Ministro Raniero Vanni D'Archirafi, Chefe do Gabinete do Ministro Colombo.

Hoje, dia 6, em Brasília, o Ministro Colombo visitou o Presidente do Senado, Senador Jarbas Passarinho e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan.

Foi recebido pelo Ministro Saraiva Guerreiro, seu anfitrião. Os dois Ministros detive-

ram-se no exame das relações bilaterais e de seu desenvolvimento. Procederam igualmente a ampla troca de opiniões sobre a conjuntura internacional, inclusive no que respeita ao estado atual e às perspectivas do relacionamento entre a América Latina e a Europa comunitária.

O encontro entre os dois Chanceleres, que transcorreu em clima de perfeita cordiali-

dade e espírito de cooperação, evidenciou ampla convergência na avaliação das questões tratadas.

O programa do Ministro Colombo no Brasil, iniciado com visita ao Rio de Janeiro no dia 5, compreende, além da permanência em Brasília, visita a São Paulo, amanhã, dia 7. O Ministro Colombo deixará São Paulo na manhã do dia 8, com destino a Buenos Aires.

a visita do primeiro-ministro de antígua e barbuda

Discurso do Presidente João Figueiredo no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 17 de agosto de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, Vere Cornwall Bird.

Senhor Primeiro-Ministro,

É com especial satisfação que, em nome do povo e do Governo brasileiro, formulo a Vossa Excelência e a seus ilustres acompanhantes os melhores votos de boas-vindas.

Considero significativo o fato de Vossa Excelência visitar o Brasil. Neste momento em que a Antígua e Barbuda, como jovem nação independente, amplia sua presença na vida internacional.

Sua visita indica um futuro promissor para as relações entre nossos dois países.

Foi com os melhores augúrios que o Governo brasileiro se fez representar nas cerimônias de independência de Antígua e Barbuda, em outubro de 1981.

O estabelecimento de relações diplomáticas, em fevereiro do corrente ano, representou o primeiro passo no sentido da criação de

canais de intercâmbio e cooperação regulares entre nossos países.

A cooperação entre as nações é essencial à paz e ao desenvolvimento.

O momento presente, marcado pelas tensões e pela crise de alguns valores fundamentais da convivência internacional, exige o aprofundamento do diálogo e o estreitamento da cooperação entre as nações.

Devemos buscar a harmonização de interesses e a convergência de pontos de vistas, cultivar o entendimento, a cooperação e a amizade.

É com esse espírito que o Brasil procura expandir e intensificar suas relações com outros povos.

A condição de país Latino-Americano e de país em desenvolvimento é fator determinante de nossa política externa.

Ao mesmo tempo, a multiplicidade e a riqueza de aspectos sociais, econômicos e culturais, característicos da sociedade brasileira, inspiram nossa vocação para a vida internacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil vê com o mais vivo interesse a incorporação dos novos Estados caribenhos à comunidade internacional.

Acompanha com simpatia e sentimento de solidariedade os esforços dessas jovens nações irmãs em busca de progresso econômico e social.

Considero extremamente positivas as iniciativas tendentes a aproximar os países caribenhos dos demais países Latino-Americanos.

Temos objetivos comuns a alcançar, no tocante ao bem-estar de nossos povos.

Senhor Primeiro-Ministro,

A visita de Vossa Excelência contribuirá decisivamente para o desenvolvimento das relações entre nossos dois países.

É oportunidade para que nos conheçamos melhor e identifiquemos possíveis áreas de cooperação.

Faço votos para que sua estada no Brasil seja proveitosa e agradável.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças à saúde de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, do Senhor Primeiro-Ministro Vere Cornwall Bird, à prosperidade de Antígua e Barbuda e à amizade entre nossos países.

no comunicado de imprensa, os entendimentos do primeiro-ministro de antígua e barbuda no brasil

Comunicado de imprensa divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 17 de agosto de 1982, a propósito da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Antígua e Barbuda, Vere Cornwall Bird.

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, Vere Cornwall Bird, realizou visita oficial ao Brasil, de 16 a 21 de agosto de 1982.

O Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda se fez acompanhar das seguintes autoridades: Sua Excelência o Senhor Hugh Charlesworth Marshall, Ministro sem Pasta no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Desenvolvimento Econômico, Turismo e

Energia; o Senhor Eric George Keith Challenor, Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros; o Senhor Alphonso Everet Guishard, Secretário Financeiro do Ministério das Finanças e o Major Denis Charles Raymond Gardiner, Ajudante-de-Ordens do Primeiro-Ministro.

Durante sua estada em Brasília, o Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda manteve encontro com o Senhor Presidente da República, ocasião em que foram examinados

temas de mútuo interesse dos dois Governos, em particular os relacionados à identificação e estreitamento de áreas de cooperação entre os dois países.

Os dois Chefes de Governo expressaram a importância do pleno respeito aos propósitos da Carta das Nações Unidas, base indispensável para a condução dos negócios internacionais e para a promoção de relações harmoniosas entre os Estados. Reafirmaram sua confiança na Organização das Nações Unidas para a promoção da paz, da segurança internacional e do desenvolvimento econômico e social das nações.

No plano das relações interamericanas, assinalaram a relevância do trabalho da Organização dos Estados Americanos e acentuaram a necessidade do fortalecimento da mencionada Organização, a fim de que possa alcançar seus objetivos, em especial os referentes à cooperação interamericana para o desenvolvimento.

Ressaltaram a crescente importância do Caribe no cenário internacional, inclusive no âmbito dos organismos regionais e extra-re-

gionais. Nesse contexto, constataram que diversos Estados do Caribe Oriental tornaram-se recentemente independentes — inclusive Antígua e Barbuda — enquanto outros se encontram no processo de alcançar a independência. Em todos esses casos, a transição é cumprida através de negociações pacíficas.

Concordaram em que a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Antígua e Barbuda representa marco significativo no processo de fortalecimento das relações e da cooperação entre os dois países. Os dois líderes expressaram satisfação diante dos significativos empreendimentos de desenvolvimento econômico encetados pelos dois Governos e pelo setor privado brasileiro. Dando seguimento à intensificação das relações bilaterais, foi assinado por ambos os Governos Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica.

Ao término de sua visita, o Primeiro-Ministro Vere Bird agradeceu ao Senhor Presidente da República o convite e as atenções que recebeu durante sua permanência no Brasil.*

* Na página 109, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda.

em Brasília, o chanceler argentino, juan ramón aguirre lanari

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 17 de agosto de 1982, por ocasião do jantar oferecido ao Chanceler argentino.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

É com particular satisfação que estendo as boas-vindas do Governo brasileiro a Vossa Excelência e sua ilustre comitiva.

A visita de Vossa Excelência bem demonstra a elevada prioridade que nossos países atribuem às suas relações mútuas e o alto grau de compreensão que nos tem permitido debater abertamente problemas comuns.

O entendimento que hoje permeia a convivência brasileiro-argentina é uma feliz consequência da visão madura e serena com que encaramos os aspectos que, no vasto espectro bilateral, nos são mais significativos.

A fraterna amizade que une o Brasil e a Argentina não se esgota no plano oficial

ou nas decisões, por importantes que sejam, de seus Governos. Tem ela profundas raízes históricas e se funda na afinidade dos valores básicos de ambas as nações, no comum desígnio de proporcionar bem-estar e prosperidade a seus povos, na idêntica aspiração ao desenvolvimento econômico-social e na firme convicção de que a solidez dos laços culturais e humanos é fator permanente de aproximação e de concórdia.

Senhor Ministro,

Por sua história, por seus traços culturais e étnicos, por suas características sociais e, inclusive, pela índole de seu povo, o Brasil é um país estreitamente vinculado a um só tempo ao Ocidente e à comunidade das nações em desenvolvimento. Nossa vocação

universalista nos impele com naturalidade a procurar aprimorar a convivência internacional. Convencido do que há de positivo nessa visão realista, pode o Brasil avaliar conscienciosamente sua presença no cenário mundial e pautar sua atuação de forma construtiva no seio da comunidade das nações. Solidarizamo-nos, assim, com o mundo em desenvolvimento na imperiosa necessidade de serem removidas estruturas inadequadas e de se buscar um diálogo mais franco e uma participação mais equilibrada de todos os países nas decisões que afetam os destinos da humanidade.

Nessa tarefa, ao mesmo tempo árdua e estimulante, nossa política externa tem buscado desempenhar papel útil como instrumento de promoção do desenvolvimento, da cooperação, do entendimento e da compreensão entre as nações.

Se longo é o caminho a percorrer, não nos falta ânimo para prosseguir no fortalecimento das bases conceituais da nossa diplomacia, como o diálogo e o aperfeiçoamento da convivência internacional. Não é outro o sentido de nossa participação nos múltiplos foros internacionais e regionais, nem outra nossa preocupação em intensificar cada vez mais os laços de amizade e cooperação com aqueles países que, como a Argentina, são nossos parceiros por afinidade e por vocação.

Senhor Ministro,

Se a crise por que passa o mundo contemporâneo é prejudicial a todos os membros da comunidade internacional, mais graves ainda são os seus efeitos sobre os países em desenvolvimento. Não há mais como eludir a evidência de que são necessárias modificações profundas na ordem econômica internacional. Entretanto, ao invés de motivar a aceleração desse processo, a crise presente não tem feito mais do que separar as nações pobres das nações ricas, fechando-se estas em fórmulas que a curto prazo lhes

convêm, mas que impedem qualquer perspectiva de solução duradoura para os problemas atuais.

São múltiplos os obstáculos que homologam no plano das relações econômicas as dificuldades crescentes que se observam no diálogo político.

A falta de vontade política é o maior entrave para que prosperem as negociações Norte-Sul. Falta compreensão para o fato de que os problemas que enfrentam as economias desenvolvidas, reflexo de um ordenamento internacional ineficaz, requerem a superação das dificuldades próprias dos países em desenvolvimento. A concentração da riqueza internacional tem sido, de certo modo, o maior empecilho à própria criação de novas riquezas. Esquece-se de que as medidas de justiça e equilíbrio por muitos desejadas não beneficiarão somente aqueles que as reivindicam, mas a comunidade internacional como um todo.

Desviam-se as atenções dos reais problemas da humanidade, da pobreza e da miséria, da injustiça e da má distribuição da riqueza, para o campo estéril da competição por armas cada vez mais sofisticadas de destruição maciça. Imensos recursos, tão necessários para impulsionar a economia mundial e produzir maiores riquezas, são desperdiçados, gastando-se hoje no que amanhã será obsoleto. Valoriza-se muitas vezes a confrontação, em detrimento da cooperação.

Não devemos ser meros espectadores da aplicação de fórmulas e de vontades que não têm amparo direto na nossa realidade.

Não podemos ser simples objetos de ações que nos afetam. Devemos procurar formas próprias de convivência internacional, que eludam o imediatismo de soluções que a médio prazo se revelam onerosas e a tentação de participar de esquemas de poder que não se coadunam com nossos verdadeiros interesses.

Penso que nesse sentido, já fizemos muito na América Latina. O relacionamento Brasil-Argentina constitui exemplo de cooperação em numerosos setores, contribuindo inclusive para alargar os horizontes dos contatos multilaterais na região.

Temos assistido a manifestações concretas em que se refletem os efeitos positivos que a boa convivência e a discussão com espírito construtivo dos problemas regionais podem continuar a trazer para a área. Universo de grande riqueza e diversidade, a América Latina tem condições de experimentar fórmulas que poderão ser utilizadas no relacionamento dentro da região e ainda nos contatos desta com o resto do mundo. Temos também dado mostras de como a intensificação do nosso intercâmbio econômico, que vem dar expressiva substância ao diálogo político, pode contribuir para renovar a face do Continente.

A solidariedade latino-americana é uma realidade histórica de comprovado vigor como instrumento político. Seu sentido mais profundo e mais duradouro se acha precisamente na sua colocação dentro do marco mais amplo da cooperação e do intercâmbio para o benefício comum.

Senhor Ministro,

A compreensão e a confiança hoje existentes entre o Brasil e a Argentina vêm coroar uma longa tradição de relacionamento bilateral, de onde sempre soubemos extrair os melhores resultados, até mesmo na superação de alguns obstáculos. Soubemos encontrar novos canais para o encaminhamento das aspirações comuns de ambos os países, como bem o demonstram as trocas de visitas entre os Primeiros Mandatários do Brasil e da Argentina em anos recentes.

Nossa amizade histórica teve, há pouco, expressão firme e sincera nos acontecimentos que viveu o povo irmão da Argentina na região do Atlântico Sul.

Coerente com sua posição secular em relação à Questão das Ilhas Malvinas, soube o Brasil dar uma resposta solidária à Argentina quanto ao reconhecimento de seus direitos de soberania sobre o arquipélago. Tanto no plano bilateral quanto no multilateral, o Brasil expôs com clareza sua posição, ao mesmo tempo encarecendo, em todas as ocasiões, a necessidade de uma solução pacífica negociada, na melhor tradição da diplomacia latino-americana. Formulamos votos fervorosos para que não falte bom-senso para que se reencontre esse caminho pacífico entre países cuja amizade prezamos.

As diferentes circunstâncias que atravessamos vieram a reforçar a ampla gama de laços que constituem o complexo, dinâmico e promissor relacionamento entre o Brasil e a Argentina. Nossa cooperação bilateral se vê enriquecida em decorrência de importantes atos internacionais firmados nos últimos anos. Sabemos, no entanto, que está longe de esgotar-se o potencial de colaboração entre brasileiros e argentinos, que abarca esferas tão diversas como as do comércio, das finanças, dos transportes, do turismo, da cultura, da integração física, da energia, dos projetos hidrelétricos conjuntos e do desenvolvimento científico e tecnológico, entre tantas outras.

Cabe-nos, portanto, prosseguir nessa tarefa como países em desenvolvimento, com sua esfera própria de interesses e sua necessidade vital de encontrar alternativas específicas.

Senhor Ministro,

Nosso diálogo tende cada vez mais a fortalecer-se sobre a base sólida da sincera e leal amizade que temos sabido cultivar. É consciente da importância deste encontro que reitero a satisfação e o apreço com que recebemos Vossa Excelência em Brasília. Seja esta ocasião novo marco no entendimento entre brasileiros e argentinos, nova etapa no relacionamento mútuo e na atuação interna-

cional de nossos países, em busca dos objetivos do bem-estar e do progresso.

É, pois, com esse espírito que convido todos os presentes a brindarem pela contínua prosperidade da Nação Argentina, pelo desenvolvimento crescente das relações entre nossos países e pela saúde e felicidade pessoal de Sua Excelência o Presidente Reynaldo Bignone e de Vossa Excelência e da Senhora de Lanari.

Muito obrigado.

JUAN RAMÓN AGUIRRE LANARI

Señor Canciller, señores embajadores, señoras y señores. Agradezco profundamente los generosos conceptos con que vuestra excelencia se ha referido a mi país.

Al comenzar estas palabras quiero también agradecer los testimonios de amistad y comprensión que el Brasil ha brindado y continua brindando a la República Argentina, en una de las horas mas difíciles de su historia.

Quiero reiterar aquí nuestro hondo reconocimiento por el desempeño de Brasil como representante de los intereses argentinos y como potencia protectora con motivo del reciente conflicto.

Todos los funcionarios de Itamaraty, señor Canciller, han llevado y llevan a cabo estas tareas con su reconocida capacidad profesional, pero, además, con toda devoción.

La visita de un Canciller Argentino al Brasil es, mas que un acontecimiento político, un reencuentro, una reafirmación del dialogo constante, cada vez mas franco y fecundo, y es justamente allí donde reside su alta significación.

Son innumerables los campos en los que dialogan hoy brasileños y argentinos, tantos

que escapan al conocimiento previo de nuestros gobiernos, sorprendidos cada día con nuevas iniciativas lanzadas en las actividades económicas, técnicas, científicas y culturales.

Cada una de estas actividades abre nuevos canales de comunicación, prácticamente inagotables y estamos convencidos que nos encontramos recién en el albor de su desarrollo.

En este marco es que mañana procederemos a intercambiar los instrumentos de ratificación del convenio suscrito entre nuestros países sobre cooperación científica y tecnológica.

Este instrumento es solo un ejemplo de las áreas de cooperación ya abiertas entre nuestros países. En materia nuclear, energética, de las telecomunicaciones y del intercambio industrial, entre otros, hemos logrado definir nuestros objetivos comunes y sumando así recursos y esfuerzos, propendremos al desarrollo de nuestros pueblos en los planos material y espiritual.

También quiero destacar la acción vigorosa que en este momento estan realizando hombres de empresa y de gobierno de nuestras naciones para fortalecer e incrementar el intercambio comercial.

Tenemos conciencia de nuestra responsabilidad en crear e impulsar los mecanismos practicos para hacer cada vez mas rica nuestras relaciones. Así, la República Argentina ha expresado su voluntad de cooperar, aportando su larga experiencia, en las actividades que Brasil proyecta emprender en la Antártida.

La base de la cooperación, es la voluntad de cada nación para desarrollar proyectos que alimenten procesos multiplicadores en lo político-económico, tales como la creación de empresas mixtas, la integración física, y el intercambio de tecnologica y de información.

Señor Ministro,

Sucesos recientes nos llevan a pensar en el surgimiento de una nueva conciencia en América Latina.

Desde la América del Sur se esta avanzando hacia la realización de una unidad de principios e intereses. La fluida relación entre el Brasil y la República Argentina, su madurez, la confianza mutua y la comunidad de sus objetivos, son condición indispensable para el éxito de ese espíritu renovador latinoamericano.

Una empresa de esta naturaleza es una contribución positiva al perturbado orden internacional, ya que al mejorar las relaciones y las coincidencias entre los países de la región, estamos construyendo con hechos la cooperación Sur-Sur.

Para progresar, es indispensable avanzar en el diálogo y en el trazado de una acción conjunta entre latinoamericanos, permitiendo, de ese modo, aunar voces y políticas frente a los injustos desafíos que una parte muy reducida de la comunidad internacional se empeña en poner ante nosotros.

La crisis del Atlántico Sur proporciona algunas enseñanzas a nuestros pueblos, por encima de todo, este conflicto mostró hasta que punto somos vulnerables al poder de los estados industrializados, capaces de actuar con todo el rigor de sus alianzas militares y económicas.

En este último aspecto, la República Argentina ha rechazado y rechaza en todos los foros la utilización de la presión y la coerción económicas para alcanzar objetivos políticos en las relaciones internacionales.

Esas medidas constituyen una clara violación a los propósitos y principios de la carta de las naciones unidas y una verdadera agresión que permite la aplicación de políticas arbitrarias, que marcan la desigualdad en fa-

vor de los países desarrollados y contradice el principio de la igualdad soberana de todos los Estados.

El Presidente Bignone, al inaugurar la primera reunión del comité de apoyo a la República Argentina del sistema económico latinoamericano, sintetizó así su crítica a esa política: "Las medidas de coerción económica, constituyen sin duda una modalidad inaceptable de agresión y como tal implican un serio retroceso de los países en desarrollo."

El empleo de estas armas económicas afecta el diálogo Norte-Sur, indicando la necesidad de lograr una voluntad política y establecer los medios que permitan las negociaciones globales, hoy virtualmente interrumpidas por intereses de un país desarrollado, la reactivación del diálogo Norte-Sur es un imperativo y mi país se solidariza con lo expresado por Brasil en la reunión cumbre de Cancún y con el aporte que hace esta nación en favor del establecimiento de un nuevo orden económico internacional. Por ello, la República Argentina ve con satisfacción que el Presidente João Figueiredo concurre a la próxima asamblea de las naciones unidas abriendo el debate general, en cuya ocasión, estamos seguros, expresará el sentir de nuestros pueblos sobre este vital problema del mundo actual.

Señor Canciller,

La República Argentina llevará a todos los foros internacionales la cuestión de las Malvinas, por estar plenamente convencida de la legitimidad de sus reivindicaciones de soberanía que Brasil apoya, desde el despojo consumado en 1833. Especialmente lo hará en las naciones unidas, no solo por ser el foro donde desde 1960 la cuestión Malvinas se viene debatiendo año tras año, sino porque allí se origina y se desenvuelve uno de los procesos de mayor significación en las relaciones internacionales contemporáneas: el de la descolonización.

La presentación del caso ante la próxima asamblea general de las naciones unidas confirma la vigencia del espíritu de solidaridad latinoamericana, porque todos sus Cancilleres respaldan el pedido de inclusión del tema de las Malvinas en el programa del trigésimo séptimo período de sesiones, avalando la voluntad Argentina de resolver esta cuestión a través de la negociación.

Mi país continuara la lucha por afianzar su integridad territorial y todo su pueblo mantiene su determinación de eliminar uno de los últimos vestigios coloniales en América, verdadero anacronismo histórico que solo posterga las aspiraciones de progreso de la humanidad, en este siglo.

Asimismo, la República Argentina ha dado prueba de respeto por la solución pacífica de las controversias al someter a la mediación papal, dentro de un proceso negociador, su problema fronterizo en la zona Austral. En estos momentos, el pueblo Argentino, fiel a su vocación de paz, espera que los esfuerzos para lograr una solución equitativa, puedan culminar con todo éxito, por la mediación de su santidad Juan Pablo II, a quien recibió hace poco con fervor de paz.

La República Argentina mirando hacia el futuro con fé, ha iniciado el proceso político de reencausar la nación hacia la democracia y el pluripartidismo. Con ese objeto, hace unos días, el Presidente de la nación ha elevado para su aprobación por los órganos legislativos, el proyecto de estatuto de los partidos políticos, que a su vez, ya han comenzado sus actividades.

Señor Ministro,

Como argentino siento una gran emoción al encontrarme en esta hermosa y hospitalaria tierra.

Estoy seguro que esta visita significará una nueva etapa en el camino que hemos emprendido para estrechar, cada día más, las relaciones entre nuestros gobiernos y nuestros pueblos.

Invito a todos ustedes a brindar por la felicidad y bienestar del gran pueblo brasileño y por su amistad con el Argentino, por la ventura personal del señor Presidente de la República João Figueiredo y por usted señor Canciller y su señora esposa.

comunicado de imprensa brasil-argentina

Comunicado de imprensa Brasil-Argentina, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 19 de agosto de 1982, ao final da visita do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari.

Entre os dias 17 e 19 de agosto de 1982, visitou oficialmente o Brasil o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Doutor Juan R. Aguirre Lanari, atendendo a convite do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro.

A comitiva oficial do Chanceler argentino foi constituída dos Senhores Embaixador

Hugo Caminos, Embaixador no Brasil, Embaixador Alberto Dumont, Chefe do Departamento da América do Sul, Embaixador Gustavo Figueiroa, Chefe de Gabinete, Secretário Juan Carlos Kreckler, Chefe da Secretaria Privada, e Oscar Alberto Fernandez Suarez, Chefe de Imprensa da Chancelaria.

Por ocasião de sua permanência em Brasília, o Chanceler Aguirre Lanari foi recebido,

em audiência especial, por Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil.

O Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina foi também recebido por Suas Excelências os Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan, do Senado Federal, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque.

Os Chanceleres mantiveram proveitosas conversações, marcadas pelo clima de fraternal amizade e mútua confiança que preside ao relacionamento entre o Brasil e a Argentina. Nessas entrevistas, analisaram as relações bilaterais entre os dois países, bem como temas da atualidade internacional, particularmente de âmbito latino-americano.

Renovaram o decidido apoio de seus Governos aos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas, que consideraram base indispensável da estabilidade e aprimoramento das relações entre os Estados e do fomento da paz e da cooperação internacionais.

Manifestaram sua profunda preocupação com os efeitos adversos da atual conjuntura econômica internacional, em particular sobre a situação dos países em desenvolvimento.

Acentuaram a necessidade de uma reestruturação de ordem econômica internacional, de forma a possibilitar a participação, em igualdade de condições, de todos os países nas decisões que afetem globalmente o futuro da comunidade das nações.

Destacaram a importância de que prevaleçam critérios de justiça e equidade na distribuição dos frutos resultantes das conquistas da humanidade, de modo a propiciar a cada povo usufruir do seu direito à plena realização no seio da comunidade internacional.

Assinalaram a responsabilidade que cabe a cada Estado no aperfeiçoamento da boa convivência, do diálogo, do descontraimento de tensões e do fortalecimento da confiança internacionais.

Detiveram-se no exame das possibilidades de que o sistema interamericano contribua de forma mais eficaz para o fortalecimento das relações e da cooperação intra-regionais e para o equacionamento de questões entre os países do Continente.

Ao considerarem a conjuntura econômica latino-americana, reafirmaram a intenção de ambos os países em empenharem-se pela crescente solidariedade entre as nações da região. Reiteraram, também, sua confiança no incremento e aperfeiçoamento da cooperação econômica, inclusive no quadro das instituições multilaterais existentes.

Manifestaram sua satisfação ao verificarem o alto grau de entendimento e cooperação atingido nas relações entre o Brasil e a Argentina, alicerçadas em sólidos laços de amizade e compreensão existentes nos mais diversos campos de atuação bilateral. Salientaram o interesse do Brasil e da Argentina em aproveitarem ampla e profundamente o potencial de relacionamento bilateral existente. Realçaram, a esse propósito, a importância de áreas tais como as do intercâmbio comercial, das finanças, dos transportes, do turismo, da interconexão elétrica, da integração física, dos projetos hidrelétricos conjuntos da permuta de informações hidrometeorológicas, do desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive no quadro do Tratado da Antártida, da cultura e da educação. Tiveram presente, ademais, o expressivo instrumental jurídico composto pelos acordos bilaterais firmados entre um e outro país, notadamente em Buenos Aires, em maio de 1980, e em Brasília, em agosto do mesmo ano.

Externaram seu especial agrado pela orientação positiva que, no espírito que presidiu à celebração do Acordo Tripartite sobre

Itaipu e Corpus, de 19 de outubro de 1979, tem sido imprimida à troca de informações e a iniciativas conjuntas entre organismos de ambos os países e do Paraguai.

No dia 18 de agosto de 1982, ambos os Chanceleres procederam à troca dos instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.

O Chanceler argentino referiu-se à questão das Malvinas, havendo, a esse respeito, o Chanceler brasileiro reiterado a tradicional posição de seu país baseada no seu histórico reconhecimento dos direitos de soberania da República Argentina.

O Chanceler Aguierre Lanari expressou ao Chanceler Saraiva Guerreiro seus agradecimentos pelos testemunhos de simpatia e amizade de que foi alvo no Brasil, e convidou-o a visitar a República Argentina, em data a ser oportunamente estabelecida, convite que foi aceito pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil.

Finalizada a visita a Brasília, o Chanceler argentino partiu para o Rio de Janeiro, onde apresentará seus cumprimentos ao Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Senhor Antônio de Pádua Freitas, e em seguida visitará o Comitê Jurídico Interamericano, atendendo a um convite dos seus membros, partindo imediatamente depois, de regresso à Argentina.*

* Na página 110, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto da ata de cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo de Cooperação Técnica e Tecnológica entre o Brasil e a Argentina.

saraiva guerreiro expõe, na esg, as linhas da política externa brasileira

Conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra,
no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1982.

Introdução

É muito valiosa a oportunidade que a Escola Superior de Guerra me proporciona de apresentar, anualmente, uma visão da conjuntura internacional e das principais atividades da diplomacia brasileira.

Em minhas palestras como Ministro de Estado as Relações Exteriores tenho-lhes transmitido uma síntese das interpretações que, no Itamaraty, formulamos como necessidade diária, diante de uma realidade internacional complexa, matizada, que repele clichês e exige empenho analítico permanente. Ao fazê-lo, tenho procurado ressaltar as principais linhas da prática diplomática brasileira.

Sob a orientação do Presidente Figueiredo, a política externa tem-se caracterizado pela consistência entre projeto e ação; o ideário básico da política externa — adaptando-se à evolução das circunstâncias — reflete em essência o modo pelo qual o país responde

aos desafios gerados pelas desigualdades de poder político e econômico entre as nações.

Essa evolução das circunstâncias, me leva hoje a centrar a ação em dois fatos fundamentais: a confiança no esforço político que estamos fazendo e uma preocupação com a conjuntura internacional, cuja gravidade é inigualada há mais de uma geração. A diplomacia brasileira é, felizmente, um instrumento em que a nação confia. Pela ampliação universal de nossos contactos, pela fidelidade aos valores que são próprios, pela segura adesão aos caminhos da paz e da negociação, pelo sentido de coerência, a diplomacia tornou-se, aos olhos do país, um instrumento útil, necessário, politicamente fértil e economicamente relevante. Por outro lado, a confiança alcançada no mundo externo, de que há sinais inequívocos, constitui um cabedal inestimável.

Em recentes episódios de crise internacional, demonstrou-se que os rumos anteriormente escolhidos para a política externa

estavam certos, e muito do trabalho diplomático foi buscar, em colocações de princípio, adequadas à realidade, nas atitudes permanentes e num estilo próprio de descrição e serenidade, a inspiração para as opções específicas. É certo que o trabalho de harmonizar o geral com o episódico, o estratégico com o tático, o estrutural com o conjuntural não é simples, e, muitas vezes, exige distinções milimétricas. Mas, se temos capacidade de fazê-lo, é porque uma diplomacia profundamente compreendida pela nação tem condições de gerar a tranquilidade interna e o respeito e a credibilidade externa, mesmo nas situações de disputa e crise, quando emoções e receios facilmente são explorados.

Meu segundo signo é o da preocupação, de nível inusitado, com a cena internacional. E aqui um contraste pode ajudar.

A confiança em relação à diplomacia brasileira tem várias origens. Uma delas é a própria firmeza do país em levar adiante a solução dos seus problemas. Não nos enganamos com nossas potencialidades, nem escondemos nossas limitações; a ninguém induzimos em equívoco; mas demonstramos capacidade de formular e executar a contento o nosso projeto externo assim como o interno. Por outro lado, buscamos, como nação, recriar continuamente nossa ordem interna, aprimorando-a, tornando-a mais acolhedora, mais humana, mais justa.

Minha preocupação com a ordem internacional talvez nasça porque, em comparação, não descubro, senão de forma excessivamente tímida e localizada, fatores que atuem no mesmo sentido.

Temo, até, que se estejam impondo movimentos no sentido oposto, movimentos que privilegiam o desprezo das formas mínimas de transformação na ordem.

Com estas observações iniciais, pretendo colocar minha palestra em seu contexto

amplo. Começarei com um breve exame da conjuntura internacional, prosseguindo com certa ilustração das ações da diplomacia brasileira nos últimos meses, tratarei de dois aspectos cruciais do sistema internacional no momento, as dificuldades das negociações econômicas e o aguçamento das controvérsias políticas, e concluirei com indicações sobre a diplomacia brasileira e seu papel na defesa dos interesses nacionais.

Conjuntura internacional

Os sinais visíveis de disfunção no sistema internacional se acumulam. Dou-lhes um exemplo, ao mesmo tempo simples e dramático. Há dois anos, nesta mesma Escola, ao iniciar minha palestra, indiquei-lhes, sem ordenação sistemática, uma série de fatores de perturbação no sistema internacional; ora, os mesmos fatores persistem, existem novos, e em alguns casos importantes, observa-se o agravamento da tensão. Retomarei a lista, adaptando-a aos últimos movimentos da política internacional:

I) — não se alterou o quadro de tensão na Ásia, que se inicia com a invasão do Afeganistão; pelo contrário, a presença estrangeira, no caso soviética, abafa, pela violência, os esforços no sentido de uma solução que exprima livremente os interesses e aspirações do povo daquele país;

II) — a tensão no Oriente Médio sobe a níveis insustentáveis; a invasão do Líbano, com violações flagrantes do direito internacional, demonstra a custosa ilusão das tentativas para negociar a paz na região que não tomem como tema central a questão palestina; ilustra que o emprego da força é capaz de gerar novas e penosas realidades internacionais não resolvendo, mas apenas alterando as aparências do conflito; ademais, demonstra a fragilidade trágica dos mecanismos de contenção da violência internacional;

III) — não se altera a situação no Sudeste da Ásia, ainda alimentado por todas as formas de disputa, ideológicas e de poder; persiste a violação ao direito de autodeterminação do povo do Camboja;

IV) — as esperanças de uma transição pacífica na Namíbia ainda não se concretizaram; houve algum progresso, é verdade, mas a estratégia dilatória e de intimidação da África do Sul continua, impune, contra princípios e decisões específicas das Nações Unidas, a violar o território de seus vizinhos; perpetuam-se as condições de incerteza naquela região africana, o que impede que os países da área sigam plenamente suas vocações de autonomia, que tanto nos interessam;

V) — os impasses regionais, em disputas como a do Irã e Iraque, ou a do Saara Ocidental, além de prejuízos específicos aos países envolvidos, malbaratam esforços históricos de unidade e articulação entre países do Terceiro Mundo; perde-se muito no processo, inclusive pela desvalorização dos mecanismos que já demonstraram utilidade na solução de contravérsias;

VI) — as dificuldades internas à Aliança Atlântica, nos mais variados níveis de atuação, política e econômica, que se agravam ultimamente, dão idéia de que, mesmo no plano intrabloco é difícil chegar a formas de ação comum, o que é particularmente inquietante para o Brasil, como país que, embora ainda em desenvolvimento, se insere no Ocidente;

VII) — a paralisa das negociações sobre desarmamento e a perspectiva de modernização dos já absurdamente sofisticados arsenais nucleares, combinada com a repetição de hipóteses de combate entre as Superpotências, são outro sinal grave da debilidade das bases do sistema internacional;

VIII) — na América Latina, a violência e as interferências externas ligadas à transformação política na América Central, os

problemas de instabilidade política na América do Sul, a ressurreição — extremamente negativa — de disputas territoriais, e a crise e as ambigüidades no sistema interamericano que se revelam com o episódio das Malvinas não nos isentam do sombrio panorama global;

IX) — O cenário econômico internacional se agrava por diversos fatores (que apontarei adiante) e malogram os poucos esforços comuns de tentar uma estratégia de reerguimento da economia mundial; Cancún, um exercício nobre em suas intenções e rico em análises e sugestões, que poderia ter-se revelado útil, parece distante, inoperante, uma nova frustração.

O fato de que se possa repetir, até com mais ênfase, e ampliar a série de problemas que apontávamos há dois anos atrás já é, em si mesmo, expressivo. Tristemente expressivo, é verdade. Ainda mais, entretanto, esse elenco dos fatos revela tendências preocupantes no cenário internacional. Seleccionarei algumas para exames.

O sistema internacional se estrutura em torno de mais de 150 Estados soberanos. Haverá outros atores, de tipo transnacional, que também contribuem para sua dinâmica. Mas, ficando nos atores nacionais, que têm objetivos gerais de alta complexidade, o fato é que a ordem de sua convivência resulta de complicado e cambiante processo, em que se equilibram nações individuais, agrupamentos de nações e organismos de vocação mundial. A ordem deve somar, com alguma coerência, perspectivas diversas. Para tanto, é necessário não omitir qualquer dessas perspectivas.

De nossos exemplos, o que observamos em primeiro lugar é que a precariedade da ordem internacional, nasce da própria incapacidade de ação comum que os Estados ou grupos de Estados têm demonstrado. Ora porque não acomodam mudanças e porque se prendem a esquemas ultrapassados de hegemonia, ora porque rivalida-

des localizadas contaminam a própria natureza dos entendimentos multilaterais, as ações comuns não encontram condições de prosperar. A crise das Malvinas foi um exemplo trágico desse processo profundo de baixo grau de entendimento entre Estados e entre agrupamentos de Estados, que deveriam atuar exatamente como geradores de propostas de ordem.

Existe, portanto, um perigoso vazio conceitual, que não nasce evidentemente da pobreza da imaginação humana, mas do próprio processo de exacerbação das disputas políticas que tende, em nossos dias, a desmontar os mecanismos criados para sua harmonização.

No outro pólo do sistema, o nacional, a precariedade também se manifesta. Do lado nacional, se examinamos, por exemplo, o comportamento das Superpotências, chega-se à culminância das ações individualistas e orientadas pelo curtíssimo prazo. A incapacidade de manter diálogo com reais objetivos de distensão leva à exacerbação retórica da força, com prejuízos evidentes para a desmontagem dos focos de tensão.

A combinação desses dois fatores determina, ainda, o enfreqüecimento dos mecanismos para a solução pacífica de controvérsias.

Estão praticamente paralisados os esforços de negociação tanto no eixo Leste-Oeste quanto no Norte-Sul; as crises regionais perpetuam-se; os mecanismos multilaterais não resistem a pressões variadas e se fragmentam.

Estamos no limiar de uma situação trágica em que se cria, no sistema internacional, um padrão de convivência em que existe desconforto — para usar uma palavra de fraco conteúdo semântico — para todos os países. Para o Terceiro Mundo, isto é totalmente evidente; mas ocorre que o padrão de convivência se torna crescentemente desconfortável até para as potên-

cias maiores e mais fortes. Afinal, por maior e mais profundo que seja seu envolvimento com o armamentismo nuclear, não lhes será confortável viver num quadro de segurança mantido exclusivamente com base no equilíbrio do terror; não lhes será confortável o engajamento político desgastante em cada episódio de conflito econômico; não lhes será confortável o desempenho político em um sistema internacional de bases de legitimidade tão ralas.

Dois tipos de atitudes antecipam a diluição da já precária ordem em que vivemos. De um lado, são os atos de desprezo da ordem.

De outro, como a face menos conjuntural da mesma moeda, começa a observar-se uma dissolução da moldura política mínima que permite os intercâmbios técnicos indispensáveis à vida contemporânea entre os Estados. O simples ato, por exemplo, de enviar uma carta de um país a outro supõe não só o acerto técnico, mas também condições políticas mínimas que garantam o funcionamento desse arranjo técnico. Em algumas áreas, notadamente na comercial, já se desenham fórmulas de politização exacerbada, com o risco de quebra da moldura política em que fluem as trocas comerciais.

Na combinação desses dois processos, o desprezo da frágil ordem internacional e a quebra da moldura política para o intercâmbio técnico, estaria localizado um dos pontos focais da crise internacional. Ou melhor: um dos pontos que prenunciam a passagem da situação de crise em que vivemos para uma situação de conflito e desconfiança generalizada, cujos resultantes seriam impensáveis.

A tradição diplomática brasileira é muito cuidadosa com palavras e conceitos. Não quero, portanto, deixar qualquer falsa impressão. Não quero ser mais enfático na descrição da crise política que a análise sóbria e realista apontaria. Não quero tam-

bém transmitir-lhes otimismo falsos, nem isolar o Brasil de um processo que é rigorosamente universal em seus desdobramentos e implicações.

Desejaria, não obstante, oferecer algumas reflexões sobre nossa linha de conduta e nossas ações para enfrentar a conjuntura difícil que atravessamos.

Ação diplomática brasileira

Nesse quadro de indisfarçáveis dificuldades, a diplomacia brasileira trabalha no sentido de assegurar espaço para a defesa dos interesses nacionais e, na medida de suas possibilidades, para o aprimoramento da ordem internacional. Esses dois movimentos se completam e se reforçam.

Apesar das dificuldades antes apontadas, posso transmitir-lhes a certeza de que alcançamos alguns resultados positivos.

Sem inibições políticas, acolhido com boa receptividade pelos parceiros, o Brasil amplia e aprofunda sua presença internacional. Esse esforço universalista nasce não somente de uma disposição teórica, mas também da necessidade de enfrentar as questões concretas e imediatas que a convivência internacional a cada dia nos coloca. O esforço de globalização da presença externa brasileira é um dos caminhos seguros para aumentar o leque de opções numa fase de crise internacional.

Nosso diálogo externo é fluido, amplo e variado. É certo que, em função tanto dos aspectos críticos da estrutura internacional quanto da dinâmica de relacionamentos que se ampliam, encontramos, no exercício diplomático, obstáculos diversificados. No Governo do Presidente Figueiredo, entretanto, temos evitado sistematicamente que estes obstáculos se traduzam em situações de conflito político insuperável ou em impasses econômicos. No trato com os nossos parceiros, o Governo tem seguidamente demonstrado sua disposição

de lealmente encontrar soluções mutuamente satisfatórias para os problemas que afetam nossas relações externas.

A fidelidade ao diálogo e à necessidade de cooperação constitui-se, assim, em nosso instrumental diplomático por excelência. É claramente perceptível, no amplo espectro dos contactos políticos, que os parceiros do Brasil aprenderam a entender e a respeitar a especificidade de nosso modo de ver o mundo. Compreenderam que a diplomacia brasileira, dentro de seu estilo e de sua permanente dedicação à objetividade, adere firmemente à tarefa fundamental de defender os interesses externos do país. Dentro desse quadro, se colocam por exemplo, os problemas de natureza comercial que experimentamos no relacionamento com países do mundo desenvolvido, problemas que apesar de sua inegável seriedade não contaminam indevidamente os aspectos políticos de nosso relacionamento externo, mesmo quando, por vezes, é séria a nossa problemática comercial com alguns países.

Também com as nações em desenvolvimento o diálogo constitui o quadro essencial em que se move nossa diplomacia. O Brasil busca expandir seus contactos: cria novos relacionamentos e torna mais densos e proveitosos os já existentes. O reforço das articulações entre os países em desenvolvimento é um trabalho de ampla envergadura e que requer tenacidade. É, porém, um esforço que dá frutos, tanto no plano do cotidiano da vida internacional, quanto a mais longo prazo, na preparação de novos modos de organizar a convivência entre as nações.

A fluidez de nossos contactos — que se ampliam apesar da crise no sistema internacional — decorre de uma orientação que alicerça toda a construção de nossa política externa. Sem veleidades de poder ou aspirações à liderança, repudiando esquemas políticos hegemônicos, o Brasil amplia com naturalidade a sua presença externa, ao mesmo tempo em que procura quebrar o vício da exacerbação do egoísmo que normal-

mente acompanha o comportamento dos Estados em momentos de recessão internacional e de conflitos amplamente disseminados.

Questões econômicas

Desejaria, por isso, fazer agora algumas observações sobre certos aspectos mais imediatos de nossa inserção internacional, em primeiro lugar na área econômica.

Na perspectiva brasileira, o atual estado crítico da economia internacional, ainda que nefasto particularmente para as economias em desenvolvimento, é igualmente indesejável para a comunidade internacional em conjunto. É a partir dessa visão integrada, e que nos parece racional e realista, que o Brasil firmou a convicção de que a cooperação internacional não é apenas o corolário de abstratos ideais humanitários de solidariedade, mas a inescapável consequência de um diagnóstico global da realidade econômica internacional.

Diversos são os caminhos de análises da fase atual da economia internacional. Quase todos, porém, tendem a coincidir quanto à profundidade e ao alcance da persistente tendência à estagnação do ritmo de atividade econômica global.

Durante o quarto de século que se seguiu à Segunda Guerra, o mundo viveu fase de prosperidade econômica provavelmente sem precedentes na História. As intrincadas aflições com que se defronta hoje a economia mundial em seu conjunto estavam, então, parcialmente amortecidas: os aumentos dos níveis de preços eram moderados; as taxas de câmbio, mais estáveis; a oferta do emprego, mais ampla. Nos anos 70, começou a emergir um padrão de desenvolvimento mais problemático para o conjunto da economia internacional, que ao invés de ser superado, certamente se agravou nos primeiros anos de nossa década.

A tendência internacional à perda de dinamismo econômico fez-se sentir logo no primeiro ano da década dos 80, ano em que o volume do comércio internacional aumentou apenas 1,5 %, em contraste com uma expansão média de 7% ao longo das duas décadas anteriores. Igualmente, a expansão do produto bruto mundial reduziu-se a apenas 2,2%, em 1980.

No ano de 1981, o quadro recessivo acentuou-se. O crescimento econômico dos países desenvolvidos da OCDE, se situou em apenas 1,2%, quando, três anos antes, se encontrava próximo a 4%. Nesse mesmo conjunto de países, o nível de desemprego agravou-se consideravelmente, hoje atingindo, em vários deles, cifras próximas — em alguns casos mesmo superiores — aos 10 por cento. Apesar da relativa redução nas taxas de inflação, no conjunto dos países desenvolvidos em 1981, estas sequer se aproximaram do comportamento histórico, que se situava em patamares nitidamente inferiores.

Na raiz de estagnação da economia internacional, encontra-se uma conjugação complexa de fatores que em muito transcendem os sintomas hoje visíveis. Não é meu objetivo, nesta oportunidade, tentar identificar essa múltipla e interrelacionada causalidade; pretendo apenas registrar que o processo inflacionário internacional, que emergiu nos anos 70, já se encontrava em gestação na década anterior, com a ocorrência de elevados déficits fiscais do Governo norte-americano. Agravado a seguir pelas sucessivas elevações de preços do petróleo e pelo consequente mecanismo de reciclagem colocado em prática, o processo inflacionário internacional passou a exibir um perfil mais permanente e a fazer-se acompanhar de práticas particularmente prejudiciais às economias dos países em desenvolvimento. Por outro lado, a instabilidade monetária que se seguiu à desvalorização do dólar em 1971 passava a ser fator permanente de perturbação do comércio internacional.

Essas indicações, ainda que sumárias, visam a traduzir a idéia de que os problemas atuais da economia internacional denotam uma causalidade estrutural, cuja superação exige, entre outras medidas, um tratamento abrangente que leve em consideração as imposteráveis necessidades dos países em desenvolvimento.

Crescentemente integrados com o mercado internacional, quer no plano comercial, quer no financeiro, os países em desenvolvimento exibem hoje um peso econômico mais expressivo no conjunto da economia internacional. É, portanto, remota a viabilidade de esquemas de recuperação internacional que não os incorporem no quadro de suas considerações. Não pretendo, e seria de todo irrealista fazê-lo, negar a importância da recuperação das economias do Norte para a reversão do quadro atual de estagnação. Ao contrário, na perspectiva brasileira, a superação da situação atual deve comportar um tratamento global e integrado dos principais temas da realidade internacional, inclusive dos problemas econômicos que, embora com repercussões de gravidade distinta, afetam os países do Norte e do Sul.

Dentro de uma linha moderada, mas firme e persistente, o Brasil identifica, no Diálogo Norte-Sul, um dos melhores veículos de que dispõe para sua mensagem: o diagnóstico da seriedade e abrangência da crise econômica internacional, a necessidade de preservar, no processo de recuperação, os interesses dos países em desenvolvimento e a clara mutualidade de interesses econômicos entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Na ótica brasileira, o Diálogo comporta uma dimensão ideal, que se traduz na busca da equidade entre as nações, mas comporta, igualmente, uma vertente prática refletida no esforço de obter benefícios comerciais visíveis e concretos.

Entretanto, se são intensas as nossas dificuldades, não menos expressivo é o potencial para superá-las. Ao contrário da trajetória

das dificuldades, o caminho das soluções é sempre menos transparente, mais tortuoso, e muitas vezes contraditório. É, assim, importante, refletir sobre alguns parâmetros da nossa fisionomia econômica e política, como nação, a fim de melhor avaliar nossas possibilidades diante da conjuntura atual.

O Brasil hoje comercia com virtualmente todos os países do mundo. Essa diversificação geográfica faz-se acompanhar de uma pauta de exportações ampla, em que a participação relativa dos setores de manufaturas e serviços é crescente e promissora. Tais características, que seguramente ampliam a gama de possibilidades brasileiras no campo do comércio exterior, são complementadas pela existência de um inegável potencial nos setores agrícolas e de mineração, ainda insuficientemente explorados e que abrem novos horizontes para a cooperação construtiva com alguns de nossos parceiros comerciais.

A forma de inserção política do Brasil na comunidade internacional constitui elemento positivo para a resolução de alguns dos problemas econômicos com que hoje no defrontamos. Por seu perfil externo, o Brasil é hoje visto como interlocutor válido, como parceiro confiável que deve ser consultado e ouvido, cada vez mais, por países desenvolvidos e do Terceiro Mundo. E isso não traz apenas vantagens de cunho puramente político: traduz-se também em maior abertura e receptividade para o país no plano do comércio e da cooperação econômica, gerando valiosas oportunidades de ganho para nossos interesses concretos de expansão do intercâmbio externo.

Complementar e paralelamente ao nosso esforço próprio e à nossa determinação de alcançar melhores condições de vida, em benefícios do povo brasileiro, é essencial que haja um clima internacional menos desfavorável. Não é essa, evidentemente, uma condição essencial ao nosso desenvolvimento

apenas. Ela é fundamental ao esforço de cooperação e de desenvolvimento universais.

Na reunião Presidencial de Cancún, incumbiu-me o Presidente Figueiredo de representá-lo. Na ocasião, li o pronunciamento que o Presidente dirigira àquela reunião. Entre outras importantes considerações sobre a situação econômica internacional, definiu o Presidente Figueiredo com clareza a visão brasileira do Diálogo Norte-Sul, a saber:

“O Diálogo Norte-Sul deixou de ser simples exercício de reivindicação dirigido por países periféricos a nações mais voltadas para a administração de firme curso de expansão e plenamente em controle das variáveis a ele subjacentes. Nosso diálogo é agora esforço de solução conjunta de problemas de interesse comum e natureza complexa, em contexto de dificuldades profundas e de perda de eficiência no manejo dos instrumentos tradicionais de política econômica, no nível puramente nacional”.

Essa é a clara e objetiva visão brasileira do que é e de como deve ser tratado o diálogo Norte-Sul. Não o vemos como um processo unilateral em que apenas uma das partes interessadas busca fazer-se ouvir. O que procuramos é precisamente obter o reconhecimento internacional para o caráter interdependente dos atuais problemas econômicos internacionais e para a necessidade de um esforço integrado conjunto para a sua superação.

Se estamos plenamente conscientes da importância da recuperação das economias dos países industrializados para o soerguimento da economia internacional, não concordamos com a idéia de que esse fenômeno isolado — a recuperação das economias centrais — seja a única saída para a situação de crise em que nos encontramos, nem que os países em desenvolvimento devam pacientemente esperar até que os benefícios da recuperação nos países desenvolvidos eventualmente venham a atingí-los. Não concordamos, ainda, com a tese de que as forças

do mercado, por si sós, serão capazes de promover a recuperação econômica, primeiramente a nível nacional e, em seguida e em consequência, a nível universal.

Para que possamos encaminhar esse processo de recuperação econômica, num quadro de debate franco e de mutualidade de interesses, acreditamos essencial a definição e implementação de uma estratégia global em que sejam contemplados os principais problemas econômicos internacionais. E é esse o sentido que vemos na realização das chamadas Negociações Globais no seio das Nações Unidas.

Acreditamos não ser mais suficiente e adequado discutir e negociar isoladamente as múltiplas questões econômicas, que vemos profundamente interrelacionadas. Todas essas questões estão de tal maneira interligadas que um enfoque exclusivamente comercial ou financeiro, por exemplo, não seria capaz de fixar os conceitos básicos que devem balizar as discussões individuais. Além disso, como os demais países em desenvolvimento acreditamos que essas discussões, precisamente por sua interrelação e caráter global, deveriam ser levadas a efeito no quadro de um foro representativo universal.

A complexidade e diversidade dos interesses internacionais do país são decorrências inevitáveis do próprio perfil externo do Brasil. Hoje o Brasil participa praticamente de todos os debates e negociações econômicas, além de manter convivência diária com toda a comunidade internacional. É nesse amplo e intrincado cenário que se faz valer o patrimônio político acumulado pelo Brasil na sua atuação internacional, em função, sobretudo, da coerência e confiabilidade da política externa que pratica.

O Brasil tem alcançado excelentes resultados nesse esforço de ampliação de contactos com a comunidade internacional, particularmente com os países do Terceiro Mundo, com economias em estágio incipiente e

com considerável potencial a ser desenvolvido.

A largueza da visão que orienta a atuação externa do país, não exclui, antes pelo contrário, impõe, neste momento, uma aguda inquietação com a situação imediata da economia internacional. Apesar do alívio causado nestes últimos dias pela redução das taxas de juros nos EUA e nas principais praças internacionais, há no mundo inteiro inusitada incerteza quanto aos rumos, mesmo a curto prazo, que tomará a economia mundial.

Muito embora, como é — infelizmente! — natural, sejam os países em desenvolvimento dos primeiros a atingir condição crítica, poucos hoje negariam que o que está em curso é uma crise do sistema econômico internacional — e não, simplesmente, uma crise do Terceiro Mundo, ou de alguns países dentro dele.

Claro está que os problemas dos países em desenvolvimento fazem parte da crise mais ampla. Mas achamos que isso ocorre em mais de um sentido: não é apenas que os países em desenvolvimento fazem parte da crise; no mundo complexo e diversificado dos anos 80, o Terceiro Mundo é também parte essencial da solução da crise.

Este raciocínio básico — que inspirou a linha mostra da posição brasileira em Cancún — nós o aplicamos tanto em relação à temática estrutural visada pelo Diálogo Norte-Sul quanto em relação aos problemas prementes do dia-a-dia da atual crise. E por essa razão é que consideramos necessário, à luz das condições vigentes neste preciso momento, que, sem prejuízo do trabalho por assim dizer “prospectivo” e de longo prazo sobre a revisão do relacionamento entre o Norte e o Sul, se faça realizar a curto prazo um diálogo efetivo entre o Norte e o Sul sobre as questões concretas e imediatas que a ambos afetam.

Reconheço que não será fácil levar os grandes países desenvolvidos, afeitos às ações unilaterais ou, quando muito, aos colóquios em “petit comité” — como nas chamadas reuniões de cúpula agora tornadas habituais — a aceitarem a necessidade de sentar-se à mesa com países em desenvolvimento para discutir questões prementes que sempre acharam poder resolver por si próprios, à revelia do resto da comunidade internacional. Mas confio em que a crescente consciência da complexidade dos problemas — e, sobretudo, da contribuição que agora pode dar o Terceiro Mundo para seu equacionamento — terminará por abrir espaços a iniciativas em tal sentido.

Questões políticas

Prosseguindo neste exame da ação diplomática brasileira, desejaria referir-me, a seguir, a algumas das questões de natureza primordialmente política que ocuparam a atenção da Chancelaria brasileira nos últimos doze meses.

A área das Américas foi, sem dúvida, a que mereceu prioridade, como bem demonstram o adensamento e a intensificação de nossa convivência com os países da América Latina e as visitas do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos da América e ao Canadá.

A política latino-americana determinada pelo Presidente Figueiredo alcançou êxito apreciável. É expressivo o nível de amizade e de confiança mútua existentes entre o Brasil e os seus vizinhos. Acredito que essa situação privilegiada é resultado da regra fundamental que orienta a política latino-americana do Brasil: o respeito pleno à individualidade, a compreensão de suas realidades específicas, a não-ingerência em seus assuntos, o repúdio a posições de hegemonia e a construção de oportunidades favoráveis a nossos interesses recíprocos.

O empenho pessoal que o Presidente Figueiredo colocou na implementação dessa polí-

tica é essencial. Através dos encontros que teve com praticamente todos os líderes da região, sempre realizados num tom de franqueza e fraterna amizade, pôde o Presidente consolidar o diálogo que caracteriza as relações do Brasil com seus vizinhos.

No âmbito latino-americano, duas questões preocuparam particularmente a diplomacia brasileira. Refiro-me à crise centro-americana e ao conflito das Malvinas. Nessas duas questões, a diplomacia brasileira marcou sua atuação com manifestações e iniciativas no sentido de frear as engrenagens da violência e de buscar a retomada do diálogo.

Em relação à crise centro-americana, evitamos, dentro da tradição diplomática do Brasil, imiscuir-nos em assuntos internos dos Estados em causa. Em mais de uma ocasião, reiteramos nosso apelo em prol de soluções locais nacionais, livres de ingerências externas. Deixamos, ainda, bem clara nossa posição sobre o caráter estrutural e sistêmico dessa crise, que exige medidas de apoio, de natureza sócio-econômica, por parte da comunidade internacional. Nesse espírito, examinamos a iniciativa norte-americana de assistência econômica aos países daquela sub-região e do Caribe. Apesar de havermos, como outros países latino-americanos, manifestado apreensão com eventuais prejuízos comerciais que determinados aspectos daquela iniciativa poderão causar-nos e, também, de considerarmos relativamente modestos os recursos a serem distribuídos, não deixamos de expressar a nossa percepção de que é positivo esse tipo de proposta, sobretudo na medida em que reconhece o caráter estrutural da crise e que a mesma deve ser equacionada através de medidas e programas de cunho sócio-econômico que não prejudiquem necessidades e interesses de outros países igualmente em desenvolvimento.

A questão das Malvinas causou-nos grande preocupação. Sobressaíam os fatos do conflito envolver duas nações amigas e de ocorrer numa área muito próxima ao Brasil. A

posição que o Governo assumiu em relação ao conflito é conhecida, é ostensiva. A atuação brasileira pautou-se por nossa orientação de boa vizinhança e por nossa visão universalista do processo internacional, segundo as quais procuramos incrementar a convivência com os países vizinhos e também adotar uma atitude geral de compreensão e de franqueza.

Sempre apoiamos a reivindicação argentina. E isso desde 1833, quando as Malvinas foram ocupadas pela força pela Grã-Bretanha. Com o agravamento do conflito, a nossa principal preocupação era a de deter a engrenagem da violência e procurar uma saída política num contexto particularmente tenso.

O que podíamos fazer foi feito. Por mais de uma vez, o Governo brasileiro lançou veementes apelos à paz, inclusive através de telegramas do Presidente Figueiredo ao Presidente da Argentina e à Chefe do Governo britânico. Tomamos posições claras no Conselho de Segurança quando aquele órgão das Nações Unidas considerou a questão; igualmente atuamos intensamente no Plano da OEA e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Mantive seguido contato com as autoridades diplomáticas de ambos os países e com o Secretário-Geral das Nações Unidas, além de múltiplos entendimentos com os países interessados em encontrar solução para a crise.

Como é notório, a crise das Malvinas trouxe conseqüências que ultrapassaram os termos estritos do litígio anglo-argentino. Na verdade, precipitou-se uma reavaliação não apenas do diálogo que os países latino-americanos permanentemente conduzem entre si, mas também das relações que a América Latina mantém com os EUA e com a Europa Ocidental. Esses múltiplos processos que se abrem simultaneamente tendem a introduzir alterações importantes nos enfoques da política internacional em nossa região e, por essa mesma razão, devem ser tratados com toda atenção e cuidado. O Brasil, por

já ter realizado avanços substanciais no processo de modernização da política externa, terá condições de contribuir positivamente para essa reavaliação e para evitar a tentação dos caminhos que parecem fáceis ou óbvios, numa temática extraordinária, ampla e complexa. Não deixaremos de desempenhar o papel que o nosso compromisso latino-americano exige e de facilitar o exame ponderado, sem açodamentos ou retardos desnecessários, das questões que estão na agenda de nossa região.

Com relação aos demais países do Terceiro Mundo, prosseguimos em nossos esforços de fortalecimento de nossas relações.

A convivência com os países africanos tem merecido um engajamento especial de nossa parte, em função dos vínculos históricos e culturais, da vizinhança geográfica e do estágio de desenvolvimento de nossos respectivos países. E essa convivência é cada vez mais intensa e variada. Lembro, a título ilustrativo, que, nos últimos doze meses, promovemos um intercâmbio altamente expressivo: entre outras autoridades africanas, estiveram no Brasil, em visita oficial, os Presidentes do Congo e do Mali, além do Primeiro-Ministro do Gabão e dos Chanceleres de Angola, Moçambique, Senegal, Ruanda e Togo.

Apoiamos, decididamente, o ideal de plena autodeterminação e independência das nações africanas e repudiamos as práticas de apartheidismo. Com relação ao processo de independência da Namíbia, temos manifestado aos mais variados interlocutores a necessidade de se encontrar, em breve, uma solução para essa questão, com base nas resoluções das Nações Unidas. Acompanhamos de perto os últimos desenvolvimentos nessa questão crucial e esperamos que, ainda este ano, tome impulso decisivo o processo de independência na Namíbia.

Também buscamos acelerar o intercâmbio, em níveis variados, com os países árabes. Em junho último, recebemos a visita do Mi-

nistro do Petróleo da Arábia Saudita, Xeiue Ahmed Yamani, que constituiu uma oportunidade de ampliar o conhecimento recíproco e de estabelecer um quadro de possibilidades de cooperação econômica e comercial entre os nossos países.

Em relação ao Oriente Médio, tomamos, como a maior parte da comunidade internacional, posição quanto aos deploráveis acontecimentos do Líbano e sua invasão por Israel, à custa de incalculável perda de vidas humanas e de recursos materiais. Reiteramos nossa esperança e apelo no sentido de que se encontre uma solução global, duradoura e justa para a questão do Oriente Médio, de acordo com nossa conhecida posição.

As tradicionais ligações e a convivência diversificada com os países industrializados do Ocidente seguiram ganhando contornos mais intensos e mais amplos. As já mencionadas visitas do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos e ao Canadá, bem como do Vice-Presidente norte-americano e do Presidente da RFA e do Primeiro-Ministro do Japão ao Brasil são expressões concretas dessa realidade. Além de acompanhar naquelas visitas ao exterior o Presidente Figueiredo, tive oportunidade de realizar visitas de trabalho ao Japão e ao Reino Unido, assim como recebi, em Brasília, os Chanceleres do Canadá, da Itália e de Portugal.

A visita do Presidente Figueiredo aos EUA, realizada num momento em que a comunidade internacional se defrontava com a crise do Atlântico Sul, constituiu oportunidade para uma comparação útil e construtiva das percepções brasileira e norte-americana a respeito da conjuntura hemisférica e mundial. As questões bilaterais então examinadas refletiram a existência de pontos de vista distintos quanto ao encaminhamento de problemas comerciais específicos, mas traduziram, ao mesmo tempo, o elevado grau de amadurecimento e respeito mútuo em

que se situa o nosso relacionamento político.

Em Washington, o Presidente Figueiredo recordou a participação do Brasil na histórica tarefa de construção do Ocidente mencionando ao mesmo tempo que o nosso país partilha dos problemas, objetivos e aspirações do mundo em desenvolvimento. Reafirmou o Presidente a diretriz brasileira de explorar, de forma criativa e duradoura, a larga faixa de convergências, no plano de interesses e valores, que existem entre o Brasil e Estados Unidos. Lembrou que a própria dimensão e variedade de nossas relações bilaterais nos estimulou a conduzir esse projeto, cuja importância cresce em razão dos papéis diferenciados que os dois países desempenham na política internacional. O Presidente não deixou de assinalar a necessidade de que o Ocidente, no qual os Estados Unidos desempenham papel central, trabalhe em objetividade e consistência para restaurar com o mundo, em desenvolvimento, vínculos de mútua confiança.

Nas visitas que realizei à China e ao Japão, pude confirmar o relacionamento dinâmico e sem inibições que mantemos com aqueles países e o alto potencial de ampliação das oportunidades de interesse recíproco.

Com os países do Leste europeu, temos intensificado os contatos econômicos e comerciais mútuos, com vistas ao aproveitamento e desenvolvimento das perspectivas de negócios existentes no intercâmbio recíproco.

O tratamento político das controvérsias internacionais

No início de minhas palavras, ao assinalar alguns traços da conjuntura internacional, apontei-lhes um diagnóstico de crise; em seguida, falei do trabalho da diplomacia brasileira nos planos econômico e político. Neste último capítulo da palestra, gostaria de voltar ao diagnóstico inicial e falar das pro-

postas brasileiras em relação a alguns aspectos particulares da crise.

Creio que estão caracterizados os focos de tensão global: a corrida armamentista, a persistência das desigualdades econômicas, o enraizamento das crises regionais e, além disto, como apontamos, a fragilidade dos mecanismos de encaminhamento, ao nível adequado, dos diversos focos de dificuldades. Está também identificado o panorama sombrio que se pode antever, caso não sejam atacados de imediato esses focos.

Não tenho dúvidas de que é urgente que se removam os elementos de tensão e que a negociação é o instrumento adequado para fazê-lo. Não existem, em qualquer desses casos, ocasião para vitórias e derrotas. Os valores em jogo são muito altos para que não se procurem soluções além dos limites dos egoísmos nacionais. Negociar o equilíbrio entre o interesse nacional legítimo e a composição ordenada do sistema parece ser a saída única para a crise em que vivemos. E é uma saída que só reunirá elementos de plena realização se contar com a participação de todos os Estados, qualquer que seja seu poder relativo.

Um dos passos primeiros, nesse processo, é o de que as Superpotências se comportem de forma compatível com seu poder. Não penso em "responsabilidades especiais", porque não acredito que a sabedoria e a moderação sejam propriamente corolários das situações de poder. O poder político e econômico acarreta, sim, a obrigação de um comportamento responsável no plano internacional. Um comportamento pautado pela disposição de negociar, pela compreensão dos interesses alheios e por uma visão fortemente disposta ao diálogo. Em suma, um comportamento que se meça pela capacidade de responder também pelos interesses mais gerais da humanidade, não através dos objetivos de dominação e de condicionamento do comportamento alheio, mas através da aceitação de que a boa ordem parte de uma compreensão adequada das

necessidades diferenciadas de cada povo, de cada nação.

O comportamento responsável deve ser de todos os parceiros envolvidos. Sua obrigação não incumbe exclusivamente ao Ocidente industrializado, mas também aos países socialistas.

A dimensão da economia socialista e a expansão dos seus meios extratéticos criam responsabilidades fortes para a comunidade socialista praticar efetivamente ações de distensão; deve efetivamente contribuir para que diminuam os focos de tensão, no plano regional e mundial. O núcleo dessa atitude deve ser um empenho real, efetivo, consistente, numa atitude pautada pela mais estrita adesão ao princípio de não-intervenção. Ademais, a variedade das situações nacionais parece ser o mais forte argumento contra as pretensões de qualquer modelo exclusivo de transformação social.

Outro ponto em que se esboça a timidez socialista é quando se trata de discutir o problema das desigualdades econômicas no contexto Norte-Sul. A invocação de argumentos históricos é absolutamente fora de propósito quando o que se pede é a cooperação para o futuro, e não a solução de questões do passado. Efetivamente, pouco interessa, neste momento, averiguar que sistema econômico ou que grupo de nações é responsável pelas distorções do padrão de trocas internacionais e pela crise, especialmente no relacionamento Norte-Sul. O foco atual de atenção se coloca na necessidade de um esforço internacional conjugado para superar uma situação global que a todos prejudica. A comunidade socialista, que mantém um intercâmbio crescente com os países em desenvolvimento, tem, nesse plano, um indiscutível papel a desempenhar e já é hora que o faça.

Ao Ocidente incumbe um papel verdadeiramente positivo. Independentemente de seus méritos, a política de contenção não é suficiente. É necessário ir além e trabalhar no

sentido do reforço da paz, da segurança e da cooperação internacionais.

Sabemos que as negociações sobre as formas mínimas de distensão são paralisadas por pretextos às vezes fortes; porém, o que preocupa agora é a inércia dos parceiros do Leste e do Oeste, presos ao movimento trágico da construção dos instrumentos de destruição da própria humanidade e jungidos a um conceito mecânico de segurança.

Neste passo, é sempre importante lembrar que o quadro do conflito global não pode ser projetado como fator explicativo das diversas situações de crise regional. Fazê-lo pode levar a distorções políticas sérias, que podem induzir a alimentar uma crise que se pretende atenuar. O episódio das Malvinas, a guerra Irã-Iraque e a invasão do Líbano por Israel são tristes confirmações da força da história e de elementos idiossincráticos na geração de conflitos, e que passam bem à margem do processo global.

Nesse contexto, é importante não esquecer que grande parte das chamadas crises do Terceiro Mundo estão, na verdade, situadas em áreas tradicionalmente vinculadas ao Ocidente e, freqüentemente, constituem seqüelas do sistema de dominação colonial. Daí, o interesse e, além dele, a obrigação que o Ocidente tem de atuar no sentido de diluir as tensões e encaminhar os problemas subjacentes.

Não posso deixar de manifestar uma boa dose de preocupação com o processo de "fragmentação" do Ocidente. No caso do Ocidente, vemos não só avolumarem-se as cições e disputas entre seus parceiros desenvolvidos como também entre estes e os países em desenvolvimento tradicionalmente a ele ligados. O fenômeno tem causas múltiplas, mas certamente reflete, no seu nível mais imediato, a necessidade de que se alterem rapidamente as modalidades de "gerência" do patrimônio ocidental.

A época das predominâncias e subordinações está ultrapassada: de um lado, os Estados nacionais afirmam-se com mais autonomia e com mais autenticidade; de outro, por causa dessa afirmação e por causa da própria complexidade enorme do sistema internacional de nossos dias, o regime de gerência exige coordenação mais eficaz e abrangente e que tenha como um dos vetores uma efetiva interação com os países do Sul.

Numa palavra, é necessário que todos os países ocidentais se alinhem com os valores ocidentais permanentes, o que exclui alinhamentos automáticos com comportamentos individuais que nem sempre os expressam.

A adesão aos valores ocidentais tem várias dimensões. Para a vida internacional, esses valores são insuperáveis na criação da ordem, e por muitas razões. Em primeiro lugar, porque, tomando como eixo a liberdade, admitem a diferenciação e a plena expansão das individualidades nacionais; não haverá boa ordem enquanto o preceito do respeito à soberania não for plenamente cumprido; em segundo lugar, porque, aceitando a individualidade, aceitam-se as disputas e os conflitos como possibilidade natural da ordem internacional, e não haverá melhor caminho para harmonizá-los que os preceitos da tolerância, da negociação, que podem também ser deduzidos do ideário ocidental; finalmente, num mundo de desiguais, em que as aspirações de justiça são fortes, em que as necessidades de desenvolvimento são urgentes, é ainda o ideário ocidental o que melhor pode acomodar o equilíbrio na preservação das identidades nacionais com a necessidade de transformação na base da equidade e da justiça.

Uma ordem em que haja respeito pela diferença, possibilidade de harmonia e espaço para transformação seria a que permitiria uma efetiva superação da situação de crise e de desigualdade em que vivemos; é a forma mais autenticamente ocidental de en-

tender o processo internacional e projetar a superação de seus impasses e limites.

Dessas diversas dimensões, creio que uma delas cabe em nossas reflexões sobre o tratamento político das controvérsias internacionais: é a "possibilidade de harmonia". Antes, indiquei, para os diversos conjuntos de Estados, como seria possível criar bases diplomáticas para o tratamento das crises internacionais. Agora, lembraria aspectos "processuais" vinculados ao ideário ocidental.

O fato da diferenciação entre Estados, entre nações, que deve ser preservado e protegido, é naturalmente gerador de disputas e conflitos. Quando nos referimos a situações de impasse, a paralisia em processos negociadores fundamentais à construção da ordem, não queremos dizer, ingenuamente, que não sejam resultados de disputas entre interesses fortes e legítimos.

Se a diferenciação é um valor positivo na ordem justa, não será pela sua eliminação, através de métodos coercitivos de uniformização do comportamento internacional que conseguiremos encaminhar as disputas. A diferenciação, por suas expressões de não-intervenção, de respeito à soberania, de respeito às peculiaridades nacionais é o ponto de apoio para negar as alternativas da hegemonia e poder no tratamento das controvérsias.

Tenho consciência muito clara de que, combinando nossa postura peculiar e nosso interesse pela ordem justa, encontrou a diplomacia brasileira o comportamento adequado em situações de crise e dificuldade. Os conselhos no sentido de engajamento automático, que pasteurizavam a postura diplomática, talvez trouxessem falsas vantagens no prazo curto, mas certamente bloqueariam as possibilidades de uma atuação mais produtiva no espaço histórico.

Ao defender a diferenciação e admitir a naturalidade das divergências e das disputas,

acreditamos, contudo, que a harmonização de interesses tem que se tornar uma característica fundamental do sistema. Nossa tarefa não pode ser outra senão a de buscar o reforço desses mecanismos de harmonização, a nível bilateral, regional e multilateral.

Não haverá a disposição para a harmonização enquanto não se compreender que não existem “donos” da ordem do mundo. A dispersão e a fragmentação das modalidades de poder transformam o exercício da hegemonia em foco de perturbação do sistema, o que é prejudicial até para os países que detêm somas consideráveis de poder. Mesmo o exercício das lideranças não pode ser impositivo e só pode subsistir por seu valor intrínseco e na medida em que se apoiar em formas francas, abertas, e generosas de diálogo. Na medida em que estiverem impregnadas de sentido democrático.

Não tem sido outro o comportamento que a diplomacia brasileira tem preconizado e buscado seguir. Na verdade, creio que o exercício da vontade de harmonia deve partir da compreensão de que a política internacional não é um jogo em que, a cada lance, deva ser pronunciado um vencedor; a cada movimento, deve ser identificado o líder. O tratamento da controvérsia como simples jogo mata no embrião a possibilidade de que se transforme em verdadeiramente político o seu encaminhamento.

Assim, cada momento das múltiplas modalidades de encontro internacional deve ser trabalhado em sua lógica peculiar, sem esquemas apriorísticos e com base numa rigorosa compreensão da especificidade de cada situação. Em cada encontro, deve-se buscar o justo equilíbrio entre as necessidades do interesse legítimo e as imposições da ordem; entre os preceitos da política e as exigências da equidade.

Só quando se abandona a busca de soluções ideais em favor da busca das soluções possíveis é que se pode obter a construção da harmonia internacional. Assim, nossa po-

lítica desconhece emocionalismos e não é guiada por paixões; não somos contra ninguém e cultivamos, como valor, a compreensão e a convivência. Sem a pretensão das vitórias e sem a camisa de força das emoções ou dos esquematismos que pretendem tudo resolver, representamos o nosso povo, nos seus valores melhores, que certamente se expressam pela permanente disposição ao bom convívio.

Conclusão

O Brasil tem meios limitados para transformar o sistema internacional: não nos guiamos por qualquer visão ingênua. A diplomacia tem responsabilidades muito imediatas e muito fortes já que se constitui na primeira linha de defesa do país. O trabalho que se faz para ampliar e aprofundar as formas de convivência do Brasil e, no plano geral, para fortalecer as bases da segurança internacional, é, na verdade, uma maneira de promover a segurança externa do país.

Creio que essa é, praticamente sem quebra ou interrupção, uma força histórica profunda, que nos serve de inspiração nos momentos cada vez mais difíceis da vida internacional e que, igualmente, informa o modo cada vez mais abrangente e diversificado pelo qual o Brasil se relaciona com os demais países.

Nosso melhor resultado foi o de transformar nossas divergências em questões tópicas, esvaziadas das conotações da dialética da inimizade. E, nossa presença se torna confiável, ouvida, na medida em que a disposição para o diálogo se frutifica em ações concretas.

As diferentes formas de diálogo com diferentes países ou grupos de países tendem a reforçar-se mutuamente. O bom vínculo Brasil-África gera interesse entre europeus e norte-americanos no diálogo político conosco; da mesma forma, o bom vínculo do Brasil com a Europa Ocidental e com os EUA, porque não tem conotações de subor-

dinação, é relevante para terceiros; nossas relações densas e fraternas com as capitais latino-americanas são extremamente úteis, e não apenas regionalmente.

Um dos aprendizados de nosso tempo é o de que a ordem política merece tratamento específico; tem dinâmica própria, influência e é influenciada pelos movimentos da economia. Em nosso caso, a ampliação do diálogo externo, embora motivada basicamente pelas próprias exigências políticas, tem trazido vantagens no plano da ampliação das nossas perspectivas de comércio exterior. O fato de que parcela importante do comércio internacional é dirigido e o fato de que a melhor defesa contra o protecionismo ainda seja a busca de entendimentos negociados privilegiam, nesta conjuntura, as funções diplomáticas ligadas ao

processo econômico cotidiano, sem falar na luta maior pela reforma do sistema e a instalação de nova ordem econômica.

Para concluir, voltaria a falar em confiança. A primeira condição para o êxito da política externa é de que desperte confiança. Não temos um excedente de poder, nem excedente de atração cultural, econômica ou política, e temos que construir nossa presença com base na confiança, que se expresse pela coerência, pelo escrúpulo em ser autêntico e veraz no diálogo com os demais países. A coordenação apurada a nível de Governo, a solidez do consenso que se apóia na sociedade civil, a certeza de que contribui para a construção de um Brasil melhor, justo e democrático, são os outros ingredientes indispensáveis que tornam confiável a política externa.

no brasil, o presidente da “china international trust and investment corporation”

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do presidente da **China International Trust and Investment Corporation**, Rong Yiren, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 13 de setembro de 1982, por ocasião de almoço oferecido pelo Chanceler brasileiro àquele executivo chinês.

SARAIVA GUERREIRO

Excelentíssimo Senhor Rong Yiren,

É para mim motivo de grande satisfação poder saudar Vossa Excelência e dar-lhe, assim como à sua comitiva, as boas-vindas ao nosso país.

Em março passado tive o prazer de visitar a China. Guardo de seu país as melhores e mais gratas recordações. Marcou-me profundamente a acolhida afetuosa que recebi do povo chinês, desde os homens de Governo até a gente simples das comunas rurais. Dos contatos que mantive durante minha estada em Pequim e Shanghai ficou-me a impressão de que conseguimos edificar, ao longo dos últimos oito anos, sobre as bases sólidas da amizade e do respeito mútuo, um relacionamento rico, dinâmico e diversificado.

Minha viagem à China seguiu-se à de outras autoridades brasileiras, entre as quais o Senhor Shigeaki Ueki, então Ministro das Minas e Energia. Do outro lado chinês, recebemos, entre outras, as visitas do Senhor Chang Wen-Pi, Vice-Ministro da Indústria do Petróleo, e de Sua Excelência o Senhor Kang-Shien, Vice-Primeiro-Ministro. Hoje recebemos a honrosa visita de Vossa Excelência, cuja presença entre nós vem solidificar ainda mais os laços de amizade e cooperação que unem o Brasil e a China.

Durante sua estada no Brasil, Vossa Excelência poderá constatar que nos encontramos empenhados em um grande esforço no sentido de superar os efeitos de uma conjuntura econômica internacional de crise. A necessidade de integrar continuamente grande parte da população ao mercado de trabalho obriga-nos a manter a prioridade do crescimento, embora a um ritmo mais lento do que em anos anteriores. Para tanto,

temos adotado o caminho de estimular setores — como o comércio externo — que poderão dar contribuição efetiva, a médio prazo, à solução das nossas principais dificuldades.

Temos recentemente experimentado transformações consideráveis em nosso comércio exterior. Diversificamos parceiros de intercâmbio e produtos de exportação em grau apreciável. Nos mercados dos países desenvolvidos, o Brasil, apesar do recrudescimento de tendências protecionistas, conquistou posições sólidas. Mas acreditamos estarem no âmbito dos países em desenvolvimento as maiores oportunidades de cooperação econômica e comercial.

É-me particularmente grato verificar que o intercâmbio comercial entre o Brasil e a China tem registrado aumento considerável. Em 1978 o comércio nos dois sentidos era de apenas 133 milhões de dólares; em 1981, já alcançava 454 milhões de dólares. A China tornou-se um fornecedor estável de petróleo ao Brasil e, de nossa parte, temos suprido à RPC uma variada gama de produtos, desde algodão, cacau e minério de ferro, até produtos siderúrgicos, fios e fibras têxteis sintéticas e tubos de aço. Contudo, não devemos nos contentar com esses resultados, que embora estimulantes ainda estão longe de refletir as reais potencialidades dos dois países.

Em sua estada no Brasil Vossa Excelência terá oportunidade de manter contatos que, sem dúvida, ampliarão o leque de opções para o relacionamento bilateral. Isto se refletirá, estou certo, não somente no campo econômico-comercial, mas também num maior entendimento da realidade brasileira e na reafirmação da amizade existente entre os nossos dois países.

Com esse espírito, convido os presentes a erguerem um brinde às relações entre o Brasil e a China e à felicidade pessoal do Senhor Rong Yiren.

RONG YIREN

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Senhoras e Senhores,

Vimos, a convite do Governo Brasileiro, visitar o seu País, e neste momento, homenageados por Vossa Excelência com este almoço magnífico. Eu, emocionado, gostaria, antes de tudo, de expressar-lhe, em nome da Delegação e no meu próprio, nossos sinceros agradecimentos.

Em março passado, Vossa Excelência, à frente de uma Delegação Brasileira, visitou nosso País, e mostrou-nos a grande importância prestada pelo Governo Brasileiro para fortalecer o relacionamento com a China, marcando uma nova etapa das relações entre os dois países. Nas conversações mantidas, a parte brasileira manifestou o interesse de efetivar a cooperação nas áreas de capital e tecnologia com a parte chinesa. O objetivo da nossa visita reside justamente em explorar as possibilidades de aumentar ainda mais a cooperação econômica entre as duas partes. É, para nós também a visita uma excelente oportunidade para conhecer as experiências brasileiras na construção econômica e na cooperação internacional.

Sempre consideramos que os países em desenvolvimento devem colocar seu ponto de apoio na cooperação entre si. Ampliar este tipo de cooperação, promover a independência econômica de cada um e a auto-sustentação coletiva a fim de livrar-se gradualmente da dependência econômica dos países desenvolvidos, são extremamente importantes para o seu próprio desenvolvimento. Com tudo isso, será fortalecida a sua posição nas negociações com os países industrializados, e promovida a luta pelo estabelecimento da nova, equitativa e justa ordem econômica internacional, assim como para a prosperidade da economia global e a salvaguarda da paz mundial.

Na edificação econômica, executamos a seguinte política geral: tomando a independência, auto-determinação e auto-sustentação como pressuposto, aplicar a política de abertura e ampliar ativamente o intercâmbio com o exterior, na base de igualdade e benefício recíproco. Precisamos aproveitar ao máximo os capitais e tecnologias estrangeiros susceptíveis de serem aproveitados para a nossa construção. Recentemente nossos dirigentes reafirmaram esta política no 12º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. Porém, como os amigos brasileiros sabem, nenhum País poderá esperar que a China seja seu vassalo e engula frutas amargas que prejudicam interesses dela. A China, como um País socialista em desenvolvimento, sempre persistiu em tomar o fortalecimento da cooperação econômico-tecnológica com os Países do Terceiro Mundo, como sua política firme e irreversível. Colocaremos, como sempre, num lugar muito destacado, a intensificação da cooperação com os Países do Terceiro Mundo. No entanto, a economia chinesa ainda não está assim tão desenvolvida, com os seus recursos financeiros e materiais limitados e se encontra hoje em dia numa fase de reajustamento, razões pelas quais, a escala de cooperação entre a China e o exterior é restringida por enquanto. Através do reajustamento nos últimos anos, a economia do País já tem melhorado de modo notável. Nossos líderes afirmaram, ainda há pouco, que, dentro de vinte anos, até o fim deste século, na área econômica, o País deve esforçar-se por atingir a meta de quadruplicar o valor global anual de nossa indústria e agricultura, com a elevação progressiva de efeitos econômicos. Estamos profundamente convencidos de que, pelo ótimo prosseguimento do reajustamento e pela aceleração de passos no progresso econômico, teremos condições de contribuir mais para a cooperação econômica do Terceiro Mundo.

A China e o Brasil pertencem ao Terceiro Mundo. A China, País de vasto território,

com ricos recursos, uma população numerosa, e estabilidade política, está empenhada na modernização do País. O Brasil, igualmente País de grande extensão territorial, com abundantes riquezas, e que cresce mais rápido entre os Países latino-americanos, dispõe de uma capacidade maior de produção em muitos ramos, e tem ricas experiências no uso de capitais estrangeiros, na introdução de tecnologia externa e no desenvolvimento da cooperação econômica internacional. Depois do estabelecimento das Relações diplomáticas entre a China e o Brasil, o comércio bilateral aumentou em várias vezes. Isto significa que entre os dois Países existem condições de complementaridade recíproca, e que os terrenos de sua cooperação econômico-tecnológica são muito amplos.

A CITIC, subordinada diretamente ao Conselho de Estado, é uma instituição de operações financeiras, dedicada especialmente aos serviços de investimentos internacionais. O seu trabalho principal consiste em desenvolver a cooperação econômico-tecnológica internacional. Estou certo de que esta visita criará condições para aumentar o conhecimento mútuo e ampliar cooperação econômico-tecnológica. Estamos dispostos a trabalhar junto com os amigos brasileiros de diversos setores, para realizar a cooperação bilateral, desenvolver economia dos nossos dois países, fortalecer a solidariedade do Terceiro Mundo, prosperar a economia mundial e consolidar a paz mundial.

Agora, proponho um brinde:

Pela amizade entre o povo chinês e o povo brasileiro,

Pelo constante crescimento de cooperação econômica dos dois países.

Pela saúde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro e todos os amigos aqui presentes.

Saúde!

brasilía recebe o presidente do conselho político nacional do suriname

Discursos do Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:: (EMFA), General Alacyr Frederico Werner, e do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e Presidente do Conselho Político Nacional do Suriname, Tenente-Coronel Desire Bouterse, durante almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 20 de setembro de 1982, que contou com as presenças do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro de Recursos Naturais e Energia do Suriname, Eric Tjon Kie Sim.

DISCURSO DO GENERAL ALACYR WERNER

Excelentíssimo Senhor Ministro
Tenente-Coronel Desire Bouterse

Comandante-em-Chefe das Forças Armadas
e Presidente do Conselho Político Nacional
do Suriname

É para mim motivo de grande satisfação e honra saudar, em nome do Excelentíssimo Senhor Embaixador Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, no meu próprio, a Vossa Excelência, ao Exmo. Sr. Eric Tjon Kie Sim, Ministro de Recursos Naturais e Energia e sua ilustre comitiva.

A missão que ora nos visita é a mais importante que nos chega do Suriname. Trata-se pois, de um evento muito especial nas relações entre os nossos povos.

É, realmente, significativo receber em Brasília uma jovem capital, a alta representação da República do Suriname, uma nação também jovem, que luta para firmar sua independência e soberania.

É que Brasília representa um fator de integração do território e de nossa gente, mas é também um elo de maior aproximação entre o Governo brasileiro e os países vizinhos do Norte e Oeste.

Vossas Excelências, durante esta estada no Brasil, terão não só a oportunidade de verificar as muitas possibilidades abertas para a cooperação entre os nossos países, mas, ainda, a ocasião de constatar o quanto temos em comum em matéria de desafios econômicos e sociais. Verão êxitos alcançados, como seja a construção de alguns monumentos da arquitetura e engenharia brasileira; sentirão a nossa sociedade, a harmonia em que convivemos em nossa comunidade pluri-racial e o nosso caldeamento cultural. Mas poderão, também, pressentir nossas dificuldades como nação do terceiro mundo, que luta para prosseguir elevando o padrão de vida do seu povo.

Tenho a certeza que serão alvo da hospitalidade dos brasileiros, da mesma maneira que as nossas autoridades e, em especial o meu colega de Ministério, o Chanceler Saraiva Guerreiro, em sua recente viagem ao seu país, sentiram a do nobre e acolhedor povo surinamês.

Desejamos que a estada de Vossas Excelências seja útil e proveitosa para o governo e a gente do Suriname.

Convido agora os presentes a erguer nossas taças à felicidade pessoal do Sr. Ministro DESIRE BOUTERSE, do Ministro ERIC TJON KIE SIM, ao engrandecimento das Forças Armadas e da República do Suriname, e a nossa crescente amizade.

DISCURSO DO TENENTE-CORONEL DESIRE BOUTERSE

The government of Brazil, in keeping with the traditional hospitality of the great nation it represents, has honoured me with an invitation to be its official guest during these days as commander in Chief of The Armed Forces, chairman of the national policy centre of Suriname, our highest executive body, responsible for the fundamental reconstruction of our society in fulfilling the highest aspiration of our people and their will to self-determination.

This invitation gives me the opportunity to visit this beautiful country and to meet its civil and military authorities.

But first of all it gives me the opportunity to convey the warm greetings of the revolutionary people of Suriname and their government to the people and government of Brazil, with whom we not only share common boundaries, but also the same aspirations for peace and progress.

My presence here today is symbolic of the expressed wish of the people and Government of Suriname to broaden and deepen the ties of friendship and cooperation between our two nations even more than has been done in the past.

Your Excellency,

Due to our colonial history our focus has been too long on the prosperous north, while people of Suriname remained isolated from nations with a common heritage and in common bondage. We were even isolated from our nearest neighbors. Although some promising results have been achieved on the basis of the 1976 bilateral agreement based on friendship, cooperation and trade, from our side it was on the 25th of February 1980 that the conditions for the vital thrust were created towards optimum and lasting utilization of the fruits of that agreement.

The visit of His Excellency, the Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil, Ambassador Ramiro Saraiva Guerreiro last January to Suriname, constituted an important moment in our revolution and was felt as warm support in our peaceful struggle for a more just and democratic society in solidarity with the third-world countries and in particular with countries in our region.

Your Excellency,

The surinamese people has great admiration for the people of Brazil, especially for the

way in which, as a nation, and through continuous efforts, they are striving to increase the quality of their life.

We have particular appreciation for the fact that in its relations with other countries, Brazil stresses the principles of non-interference, and the right of self-determination of nations. These are principles which Suriname regards as corner stones in the relations between nations.

Your Excellency,

I would like to thank you for the kind words addressed to me and for the hospitality and cordiality my delegation has experienced since our arrival. I would like to convey to the distinguished representatives of sister

republics of our continent present here this afternoon, that we in Suriname regard their countries as our natural allies and that friendship and solidarity with the countries of our continent is our main preoccupation.

I would like to request the distinguished representatives to convey our greetings and best wishes to their governments.

It is in this spirit that I am now inviting the distinguished guests to join me in a toast for the good health of His Excellency President of Brazil, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, and His Excellency General Werner, for the prosperity of Brazil and the increasing development of the relations of friendship between Suriname and Brazil.

saraiva guerreiro ao grupo latino-americano da onu: precisamos buscar um novo caminho

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova York, em 29 de setembro de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Grupo Latino-Americano da Organização das Nações Unidas.

Senhor Alberto Zambrano, Presidente de turno do Grupo Latino-Americano, Senhores Chanceleres, Senhores Chefes de Missões Permanentes, amigos da América-Latina entre os quais incluo, naturalmente, os de língua inglesa. Para esses explico que direi apenas umas poucas palavras de cortesia que eles poderão entender ou facilmente imaginar.

É um prazer muito especial para a Delegação do Brasil ter a oportunidade de estar com todos vocês. Somos todos representantes de países em desenvolvimento que enfrentam problemas graves e controvérsias das mais variadas entre si. Uma coisa, entretanto, podemos constatar sempre que nos encontramos: é que do ponto-de-vista humano e também do ponto-de-vista do sentimento somos muito parecidos; a nossa tradicional retórica da irmandade, embora sofra percalços, representa no fundo alguma coisa;

representa esta capacidade de compreensão mútua; representa também a capacidade de apreciar qualidades, que exageramos bastante, e reconhecer defeitos dos quais, naturalmente, não falamos muito. Neste momento particularmente difícil por que passa o mundo em geral, todos nós, países pobres, países com problemas institucionais que, em muitos casos têm persistido através de gerações, temos uma enorme perplexidade. A diferença é que em ocasiões anteriores nossos professores e juízes dos países avançados não estavam perplexos. Hoje estão tão perplexos como nós. Esta perplexidade ou pelo menos a realidade que a ela induz afeta hoje todo o mundo, independentemente de estruturas sociais, regimes políticos, etc.

Ninguém tem, portanto, uma receita para mudar, e, dessa forma, somos obrigados a buscar alguma coisa por nós mesmos. É im-

portante que não nos sintamos órfãos e que busquemos internamente e coletivamente um novo caminho. O que deve ser feito eu não posso dizer, mas há, pelo menos, alguns pontos em que podemos estar de acordo: é que gostamos da vida, que temos confiança no nosso futuro, que não vivemos voltados para o passado, mas sim para o que podemos fazer adiante, que não gostaríamos de repetir a experiência dos grandes poderes,

mas buscar de alguma maneira, de alguma forma, um novo modo de convivência. Acho que estou me estendendo muito, e creio, assim, que quanto antes termine para que possamos ouvir o Presidente de turno do nosso Grupo, tanto melhor para todos.

Muito obrigado.

relações diplomáticas

brasil e birmânia estabelecem relações diplomáticas

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 1º de setembro de 1982:

A República Federativa do Brasil e a República Socialista da União da Birmânia, desejosas de promover relações de promover relações de amizade e de cooperação entre os dois países, concordaram em estabelecer relações diplomáticas a partir de 1º de setembro de 1982.

designação de embaixadores brasileiros

Paulo Henrique de Paranaguá, para Embaixador em

Marrocos, e Vasco Mariz, para Embaixador no **Peru**, em 9 de julho.

Ronaldo Costa, para Embaixador no **Canadá**, em 24 de agosto.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Alfredo Jose Platas, do **Uruguai** e Januz Mickiewicz da **Polônia**, em 3 de agosto.

os acordos entre o brasil e a república popular do congo

Acordo Comercial e Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica entre o Brasil e a República Popular do Congo, assinados, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de julho de 1982, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro-Diretor do Gabinete do Chefe-de-Estado do Congo, Aimé-Emmanuel Yoka.

ACORDO COMERCIAL

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo,

ANIMADOS pela vontade de reforçar a amizade entre seus povos,
DESEJOSOS de estabelecer e desenvolver as relações comerciais entre os dois países, em bases de igualdade e de benefícios recíprocos,

CONVIERAM nas seguintes disposições:

ARTIGO I

Ambos os Governos se esforçarão para promover, conforme as leis e regulamentos em vigor em seus respectivos países, o intercâmbio comercial entre os dois países e para mantê-lo em nível tão elevado quanto possível.

ARTIGO II

Ambas as Partes convieram em se conceder mutuamente a cláusula da nação mais favorecida, no que se refere aos direitos adua-

neiros e a todos os outros direitos e taxas aplicadas às mercadorias importadas e exportadas.

ARTIGO III

As autoridades competentes de ambas as Partes elaborarão autorizações de importação e de exportação para os produtos que serão objeto de seu intercâmbio comercial.

ARTIGO IV

Ambos os Governos admitirão em regime de franquia de direitos aduaneiros e de outras taxas de importação e de exportação, conforme as leis e regulamentos em vigor em seus respectivos países:

- a) as amostras das mercadorias necessárias à obtenção de encomendas;
- b) os objetos e amostras das mercadorias destinadas a feiras e exposições;
- c) os objetos destinados a provas e experiências.

ARTIGO V

Tendo em vista a necessidade de promover seu comércio exterior, ambos os Governos poderão participar das feiras e exposições organizadas no território de um ou de outro país, estimularão a difusão das informações comerciais, das missões de estudos de mercado, de modo a aproveitar e explorar todas as possibilidades comerciais existentes em seus países.

ARTIGO VI

O presente Acordo não pode conferir qualquer direito nem impor qualquer obrigação

contrários às convenções gerais internacionais de que uma das Partes Contratantes seja ou venha a ser signatária.

Em particular, as disposições do presente Acordo não se aplicarão às vantagens, concessões ou isenções que cada Parte Contratante possa conceder a:

— Países limítrofes, com o objetivo de facilitar o comércio fronteiriço;

— Países com os quais forma uma união aduaneira ou zonas de livre-comércio ou uma associação regional de integração, já estabelecidas ou que poderão vir a ser estabelecidas;

— Países que aderiram ou venham a aderir ao Protocolo que rege as negociações comerciais levadas a efeito no GATT, entre países em desenvolvimento ou a qualquer outro ajuste, em derrogação do Artigo I do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, aprovado pelas Partes Contratantes do GATT;

— Países que venham a participar das negociações para o estabelecimento de um Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), previstas na Declaração de Arusha, de Fevereiro de 1979.

ARTIGO VII

Os pagamentos relativos ao intercâmbio serão realizados conforme as leis e regulamentos em matéria de controle cambial vigente em cada um dos dois países.

ARTIGO VIII

A fim de assegurar a boa execução das disposições do presente Acordo, todas as questões atinentes à aplicação do presente Acordo serão examinadas, no âmbito da Comissão Mista instituída pelo Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre ambos os países, de 18 de fevereiro de 1981.

ARTIGO IX

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, obedecidas as disposições constitucionais vigentes nos dois países.

ARTIGO X

O presente Acordo será válido por um período de um ano e renovado tacitamente por igual período, desde que não seja denunciado por uma das Partes Contratantes, por via diplomática, com antecedência de três meses da data de sua expiração.

ARTIGO XI

A denúncia do presente Acordo não afetará a execução dos contratos já concluídos, nem a validade das garantias concedidas por cada uma das Partes nos contratos no quadro do presente Acordo.

Feito em Brasília, aos sete dias do mês de julho de 1982. Em dois exemplares originais em língua portuguesa e francesa, sendo os dois textos igualmente autênticos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL, CIENTÍFICA E TÉCNICA

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República Popular do Congo,

DESEJOSOS de desenvolver os laços culturais, educacionais, científicos e técnicos entre os dois países, no interesse do desenvolvimento das relações de amizade entre os dois povos;

AMPAFIADOS no respeito aos princípios da soberania e independência nacional, da igualdade no Direito das vantagens recíprocas e da não ingerência nos negócios internos;

CONSIDERANDO o Artigo II do Acordo

de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, firmado entre os dois Governos, em Brasília, aos 18 de fevereiro de 1981;
CONVIERAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes se comprometem a promover, pelos meios apropriados, uma cooperação eficaz nos domínios da cultura, da educação, da ciência, da técnica e do esporte.

ARTIGO II

Cada Parte Contratante se esforçará para favorecer e estimular a cooperação entre as Instituições de Ensino Superior e Técnico, Centros de Pesquisa Científica e Tecnológica, Centros Culturais, Bibliotecas, Museus, Organizações Esportivas e demais instituições Culturais dos dois países com o objetivo de intercambiar informações e experiências nas áreas citadas.

ARTIGO III

1. As duas Partes Contratantes se comprometem a encorajar a troca de informações sobre metodologia de ensino e a favorecer o intercâmbio de missões de estudo nas áreas cultural, educacional, científica, técnica e esportiva. Da mesma forma, elas se dispõem a encorajar o intercâmbio de professores, pesquisadores e especialistas.

2. As modalidades de cooperação nos domínios citados e em outros serão negociadas, a nível técnico entre as instituições especializadas de ambos os países e aprovadas pelas autoridades governamentais competentes.

ARTIGO IV

1. Cada Parte Contratante se compromete a facilitar a nacionais da outra Parte, na medida do possível, o acesso a seus estabelecimentos oficiais de Ensino Superior ou Técnico.

2. Para tanto, cada Parte Contratante dará a conhecer anualmente, por via diplomática, as suas ofertas concernentes às áreas de estudo e ao número de estudantes da outra Parte que poderão ingressar, sem exames de admissão, na série inicial de suas Instituições oficiais de Ensino Superior ou Técnico, isentos de quaisquer taxas escolares e fornecerá, também por via diplomática, particularidades sobre a regulamentação dos respectivos Programas.

ARTIGO V

Cada Parte Contratante se dispõe a reconhecer os diplomas concedidos pelas Instituições de Ensino Superior ou Técnico da outra Parte a seus nacionais.

ARTIGO VI

Ambas as Partes Contratantes estimularão o intercâmbio e a co-produção de material radiofônico e de televisão e incentivarão o intercâmbio no setor do rádio e televisão educativos.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes contribuirão, dentro dos princípios de respeito à sabedoria e à não ingerência nos assuntos internos, ao conhecimento recíproco dos valores culturais de seus povos, pelos seguintes meios:

- intercâmbio de convites a cientistas, pedagogos e artistas;
- organização de exposições artísticas, representações teatrais e coreográficas;
- projeções cinematográficas de caráter educativo e artístico;
- intercâmbio de delegações esportivas.

ARTIGO VIII

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação entre as duas Partes. Terá validade por período de 5 (cinco) anos, e será renovado

por recondução tácita de novos períodos de 5 (cinco) anos a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra por via diplomática e com antecedência de 6 (seis) meses de sua decisão de denunciá-lo.

Feito em Brasília, aos sete dias do mês de julho de 1982, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

convênio de cooperação técnica entre o senai e o ministério da indústria de angola

Convênio de Cooperação Técnica entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Departamento Nacional de Formação de Quadros do Ministério da Indústria de Angola, assinado, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 9 de julho de 1982, pelo diretor do SENAI, Arivaldo Silveira Fontes, e pelo Diretor Nacional da Cooperação da Secretaria de Estado da Cooperação de Angola, Manuel Maria Difaila.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Brasil, e o Departamento Nacional de Formação de Quadros do Ministério da Indústria de Angola (DNFQ/MIND), com o propósito de manter os vínculos de fraternidade ANGOLANO-BRASILEIROS, conscientes da necessidade de facilitar aos Serviços de Formação Profissional, de ambos os países, os meios e elementos indispensáveis para que cumpram cabalmente os objetivos que se expressam a seguir, concordaram celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente CONVÊNIO tem como principais objetivos:

a. o mútuo intercâmbio de experiências, conhecimentos e novos avanços no campo da Formação Profissional e Assessoria às Empresas;

b. a realização de programas de formação de recursos humanos, planejados, coordenados e executados conjuntamente entre o DNFQ/MIND e o SENAI;

c. a realização de programas de formação e atualização de servidores do DNFQ/MIND, no Brasil, para complementar os programas de desenvolvimento de pessoal do Departamento Nacional de Formação de Quadros do Ministério da Indústria.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ambas as Instituições fomentarão a Cooperação Técnica inicialmente, nos seguintes aspectos:

- . planejamento e administração da Formação Profissional;
- . formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos de ambas as entidades;
- . formação profissional permanente, individualizada e modular;
- . programas de formação de técnicos nos diversos ramos do setor industrial, atendidos pelas duas organizações;
- . assistência gerencial à pequena e média empresa;
- . assistência em ações de desenvolvimento da comunidade;
- . metodologia de atendimento às populações marginalizadas.

CLÁUSULA TERCEIRA

As modalidades específicas, mediante as quais se levará a cabo a colaboração entre ambas as Instituições, serão as seguintes:

- . intercâmbio de informação e documentação;
- . intercâmbio de especialistas;
- . intercâmbio de materiais didáticos e manuais técnicos;
- . bolsas e estágios;
- . pesquisas conjuntas;
- . cursos;
- . outras modalidades que possam surgir no desenvolvimento da cooperação, no campo da Formação Profissional.

CLÁUSULA QUARTA

Para a execução dos projetos, que resultem do cumprimento dos objetivos de que trata a Cláusula Primeira, elaborar-se-ão, entre o DNFAQ/MIND e o SENAI, Planos de Operação nos quais serão consignadas as metas de ação a seguir: as contribuições das entidades em peritos, assessores, bolsas, recursos financeiros, instalações e demais elementos, os sistemas de avaliação e os meios administrativos para realizar, satisfatoriamente, tais projetos.

CLÁUSULA QUINTA

O Diretor Geral do SENAI e o Diretor do DNFAQ/MIND manterão estreito contato para o desenvolvimento do presente CONVÊNIO e cada um designará um representante permanente, que sirva de agente de enlace e coordenação para o estabelecimento dos projetos específicos que cheguem a acordar-se. Todas as ações deverão ser aprovadas, previamente, pelos órgãos competentes de ambas as Instituições, que apreciarão as dotações correspondentes a cada projeto, bem como o sistema de avaliação dos resultados.

CLÁUSULA SEXTA

As partes concordam que este CONVÊNIO seja permanente e somente se dará por finalizado mediante o mútuo consentimento dos Subscritores e seus efeitos cessarão 6 (seis) meses depois de feita a denúncia, a qual não afetará os programas e os projetos em execução.

Para constância, firma-se o presente CONVÊNIO em 09 de julho de 1982, na cidade de Brasília.

acordo de longo prazo sobre o trigo e memorando de entendimento para consultas políticas entre brasil e canadá

Acordo de Longo Prazo sobre o trigo e Memorando de Entendimento para Consultas Políticas entre o Brasil e o Canadá, assinados em Ottawa, em 20 de julho de 1982. O Acordo sobre o trigo foi assinado pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, e do Planejamento, Antonio Delfim Netto, e pelo Diretor da Comissão Nacional do Trigo do Canadá, Hazen Arque. O Memorando de Entendimento para Consultas Políticas entre o Brasil e o Canadá foi assinado pelos Chanceleres Saraiva Guerreiro e Mark Macguigan.

ACORDO SOBRE O TRIGO

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, DESEJOSOS de concluir um Acordo de Longo Prazo sobre Trigo, ACORDARAM O SEGUINTE:

ARTIGO I

O Governo da República Federativa do Brasil adquirirá, no Canadá, através da Junta Deliberativa do Trigo da Superintendência Nacional do Abastecimento (daqui por diante denominada Junta) e do Banco do Brasil S.A. — Departamento de Comercialização do trigo (CTRIN), e o Governo do Canadá fornecerá ao Brasil, através da "Canadian Wheat Board" (daqui por diante denominada "BOARD"), a quantidade mínima de 1.000.000 (um milhão) de toneladas até a quantidade máxima de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) toneladas, anualmente, de trigo produzido no Oeste do Canadá, durante os três anos — calendário de 1983 e 1985, inclusive.

ARTIGO II

As modalidades de pagamento aplicáveis a todos os embarques, feitos de acordo com o Artigo I, serão as seguintes:

a) Pagamento à vista contra a apresentação dos documentos de embarque, mediante uma carta de crédito irrevogável aberta pelo Banco do Brasil em favor do Vendedor e a ser encaminhada através de um banco canadense de primeira linha em Montreal, Canadá.

b) ou, à opção do Comprador, declarável antes do início de cada mês de embarque:

Pagamento sob condições de crédito seguintes:

(I) um pagamento à vista de 10% (dez por cento) do valor FOB de cada embarque, na data do conhecimento Marítimo e o saldo pagável: 1/3 do valor FOB 18 (dezoito) meses da data do conhecimento Marítimo; 1/3 do valor FOB 30 (trinta) meses da data do conhecimento Marítimo; 1/3 do valor FOB 36 (trinta e seis) meses da data do Conhecimento Marítimo;

(II) os juros que incidirão sobre os valores remanescentes de cada embarque serão pagáveis semestralmente, a partir da data de cada conhecimento Marítimo. Para os primeiros seis meses, os juros serão calculados à taxa pagável pelo "BOARD" em seus empréstimos feitos a bancos canadenses de primeira linha, na data do Conhecimento Marítimo de cada carregamento. Nos subsequentes períodos de seis meses, os juros serão calculados à base da taxa pagável pelo "BOARD" em seus empréstimos de bancos canadenses de primeira linha, no início de cada período subsequente de seis meses.

c) na eventualidade de que o Comprador utilize a opção do crédito, os seguintes procedimentos de pagamento serão adotados:

(I) à apresentação de cada navio transportador, o Comprador abrirá uma carta de crédito irrevogável, através do Banco do Brasil S.A., em favor do "BOARD", a ser encaminhada através de um banco de primeira linha em Montreal, Canadá, no valor equivalente à 10% (dez por cento) da fatura do valor FOB do trigo.

(II) após o carregamento do trigo, Letras de Câmbio cobrindo 90% (noventa por cento) do valor FOB da fatura citada no subparágrafo (b) (i) acima, serão emitidas e enviadas ao Banco do Brasil para aceite e garantia.

As letras aceitas e garantidas, relativas ao principal e aos juros, deverão ser restituídas ao "BOARD", dentro de 15 dias após sua aceitação pelo Banco do Brasil, de acordo com o procedimento estabelecido no subparágrafo (b) (II), acima.

ARTIGO III

A Junta e o "BOARD" manterão negociações para determinar os períodos de embarque, os tipos de trigo, preços e outras condições comerciais, para as quantidades anuais estipuladas no ARTIGO I. As referidas negociações serão realizadas trimestralmente, aproximadamente, 30 (trinta) dias antes do início do primeiro mês do período de embarque da quantidade a ser negociada. Em decorrência das referidas negociações, as compras de trigo serão feitas pelo Banco do Brasil S.A. — Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN) ao "BOARD", através de contratos específicos. A Junta e o "BOARD", até o dia 30 de novembro de cada ano, discutirão e estabelecerão um programa tentativo de embarques para o ano-calendário seguinte.

ARTIGO IV

Fica entendido que todas as compras com base neste Acordo serão consumo no Brasil e que nenhum carregamento será desviado

para outros destinos, sem prévio consentimento do "BOARD".

ARTIGO V

Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeito a partir de 1 de janeiro de 1983 e terá uma duração de três anos, até 31 de dezembro de 1985.

EM FÉ DO QUE, os signatários, devidamente autorizados para este fim por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo, nele apondo seus respectivos selos.

FEITO em Ottawa, em duas cópias, no dia 20 de julho de 1982, em Português, Inglês e Francês, sendo cada versão igualmente autêntica.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA CONSULTAS POLÍTICAS

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá:

DESEJANDO fortalecer os laços de amizade e entendimento entre os dois países, RECONHECENDO a importância que ambos os países atribuem ao objetivo de alcançar soluções justas e duráveis para as questões internacionais,

ATRIBUINDO particular importância aos benefícios mútuos que poderão advir de estreitas e freqüentes consultas sobre matérias de interesse comum,

CHEGARAM ao seguinte entendimento:

1. Os dois Governos concordam em estabelecer uma Comissão de Consultas sobre Assuntos Políticos, doravante denominada "Comissão".

2. A Comissão reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

a) A Comissão servirá de foro de consultas entre os dois Governos, a respeito de ques-

tões de política internacional ou regional de interesses mútuo.

b) A Comissão, mediante o exame de assuntos de importância internacional ou regional, identificará e passará em revista áreas de particular interesse com o objetivo de fortalecer as relações entre o Brasil e o Canadá.

c) A Comissão será presidida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Canadá, com a participação dos Departamentos e Ministérios responsáveis pelos assuntos em exame. A Comissão poderá, quando acordado, reunir-se em nível de representantes dos dois Ministros.

d) A Comissão poderá estabelecer grupos de trabalho para o exame de questões específicas de interesse comum.

e) A Comissão reunir-se-á periódica e alternadamente no Canadá e no Brasil. Reuniões especiais da Comissão poderão ocorrer, por mútuo consentimento, através da iniciativa de qualquer um dos Governos.

3. Além das consultas no âmbito da Comissão, dar-se-á prosseguimento a consultas numa base contínua por meio dos canais diplomáticos normais. Esses canais serão utilizados na preparação de agenda mutuamente aceitável para os trabalhos da Comissão.

4. O Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até que um dos Governos indique, com seis meses de antecedência e por meio de notificação escrita, sua decisão de suspender o acordo.

Feito em Ottawa, em 20 de julho de 1982, em Português, Inglês e Francês.

brasil e república federal da alemanha assinam dois ajustes ao acordo básico de cooperação técnica

Ajustes ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, para o projeto "Implantação do Sistema de Informações da Região Metropolitana do Recife" e para prorrogação do projeto de cooperação técnica "Adoção da Nova Tecnologia para Bovinocultura em Santa Catarina", assinados, no Palácio do Itamaraty em Brasília, respectivamente em 2 e 23 de agosto de 1982, por troca de Notas entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Franz Joachim Schoeller.

AJUSTE SOBRE O PROJETO "IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE"

A Sua Excelência o Senhor Franz Joachim Schoeller, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/141/624/82, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota (DCOPT/DE-I/31, de 20 de fevereiro de 1981, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal

da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "implantação do Núcleo do Sistema de Informação da Região Metropolitana do Recife"

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil apoiarão conjuntamente, através da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco, a implantação do Núcleo do Sistema de Informações junto à Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), visando a melhorar as pré-condições, a execução e o controle de planejamento na região metropolitana do Recife.

II — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar um técnico em processamento eletrônico de dados/análise de sistemas e um planejador urbano/regional pelo prazo máximo de 24 meses, bem como outros técnicos, especializados em cartografia, planejamento de transporte, saneamento ambiental e uso do solo, por um prazo total máximo de 18 meses;

2. fornecer um mini-computador (até 512 KB), um consolo videográfico, dois discos magnéticos, um "display", um "plotter", uma impressora, um digitalizador, uma unidade de fita magnética e uma unidade de discos magnéticos, bem como o necessário programa de "software";

3. proporcionar estágios de aperfeiçoamentos nas áreas de processamento eletrônico de dados, bem como de planejamento regional e urbano, na República Federal da Alemanha, pelo prazo máximo de 3 meses cada um, para até três técnicos brasileiros, que, após o seu regresso, atuarão no projeto e darão prosseguimento, autonomamente, às tarefas dos técnicos alemães enviados. Bons conhecimentos da língua alemã e/ou inglesa são pré-requisitos indispensáveis à candidatura dos estagiários; e

4. encarregar-se das despesas de transporte e seguro do material, referido no parágrafo 2, deste item, até ao local do projeto, (à exceção dos encargos e das taxas mencionadas no item III, parágrafo 4).

III — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. garantir, através da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante contrato desta com a FIDEM, em Recife, as bases do projeto em termos de recursos financeiros, humanos e administrativos;

2. arcar com as despesas decorrentes do custeio:

- a) do salário de uma secretária bilingüe que apoiará à Missão Técnica Alemã (MTA);
- b) de salas de trabalho equipadas para a Missão Técnica Alemã;
- c) de moradias adequadas e mobiliadas para os integrantes da MTA;
- d) do funcionamento e da manutenção dos equipamentos fornecidos;
- e) da disponibilidade de capacidade de processamento eletrônico de dados;
- f) do sobrevôo da região metropolitana;
- g) da disponibilidade, caso necessário, de um veículo de serviço com motorista;

3. assegurar que a cada técnico alemão enviado corresponda sempre pelo menos um especialista brasileiro, pelo prazo de sua atividade no projeto;

4. isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, tributos de importação e exportação, bem como dos demais encargos fiscais, providenciando seu pronto desembaraço alfandegário;

5. custear as despesas de funcionamento e manutenção do projeto;

6. providenciar que técnicos brasileiros dêem, o mais cedo possível, prosseguimen-

to às tarefas dos técnicos alemães enviados. Se dentro do presente Ajuste, esses técnicos realizarem estágio de formação ou aperfeiçoamento na República Federativa do Brasil, na República Federal da Alemanha ou em outros países, o Governo da República Federativa do Brasil designará, com a devida antecedência e com a participação da representação diplomática alemã ou de técnicos por esta indicados, candidatos em número suficiente para esse estágio. Empenhar-se-á, ainda, em designar apenas candidatos que se comprometam a colaborar no respectivo projeto, após o estágio de formação ou aperfeiçoamento;

7. conceder aos técnicos alemães enviados todo o apoio durante a execução das tarefas que lhes forem confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação necessária e disponível; e

8. assegurar que as contribuições necessárias à execução do projeto sejam realizadas, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não se tiver incumbido delas nos termos dos convênios especiais.

IV — Das atribuições dos técnicos:

1. os técnicos alemães enviados e os seus parceiros brasileiros terão as seguintes atribuições principais:

- a) elaboração de documentação da rede planialtimétrica de pontos de referência, bem como de instrução para a manutenção e a densificação da rede planialtimétrica dos pontos de referência;
- b) teste de técnicas para a elaboração de uma base cartográfica na escala de 1:10.000, introdução de uma técnica para a atualização das cartas na escala de 1:5.000 do cadastro CTM, inclusive compatibilização organizacional com o município;
- c) construção de outras cartas temáticas, aprimoramento da qualidade das cartas temáticas e compilação de um atlas de planejamento;
- d) consolidação e expansão da base de dados;

- e) aproveitamento das potencialidades dos sistemas de programa introduzidos e, eventualmente, preparação para a implantação de novos sistemas;
 - f) desenvolvimento de sistemas de referência para a interligação dos acervos de dados de diferentes sistemas de referência;
 - g) introdução de processos de informação para integrar usuários externos e garantir um acervo de dados atualizado;
 - h) introdução de um digitalizador para a coleta das coordenadas de unidades espaciais;
 - i) introdução da cartografia computerizada para a elaboração de cartas básicas e temáticas;
 - j) introdução do processamento interativo e gráfico de dados;
 - l) aproveitamento das informações já existentes através da sua utilização nos processos de planejamento, sobretudo no planejamento de infra-estrutura, transporte, uso do solo e saneamento ambiental;
 - m) introdução de processos de controle de uso e da ocupação do solo;
 - n) realização de seminários para usuários; e
 - o) levantamento atualizado das necessidades de informações e, a partir destas, dedução de outros componentes necessários ao sistema e acesso à respectiva base de informações.
2. no desempenho das atividades descritas no parágrafo 1 deste item os técnicos enviados estarão agregados, em termos organizacionais, aos chefes do Departamento dos Serviços Metropolitanos (DSM), do Departamento de Estudos e Projetos (DEP) ou do Departamento de Programação e Coordenação (DPC), não sendo afetadas suas relações contratuais com o respectivo empregador alemão.
3. A FIDEM assegurará, através de disposições em termos de organização, o fluxo de informações entre os planejadores e os produtores de dados.
- V — O material fornecido ao projeto, por incumbência do Governo da República Fe-

deral da Alemanha, passará, quando da sua chegada ao Brasil, ao patrimônio da Fundação Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), sob a condição de, que esteja à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados para o exercício das suas funções.

VI — Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco que, por sua vez, mediante contrato, transferirá a responsabilidade pela sua execução à FIDEM.

3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer, conjuntamente, os pormenores da execução do projeto num plano operacional, ou de outra forma adequada, adaptando-os, caso necessário, durante sua implementação.

VII — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência. Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta estima e consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "ADOÇÃO DA NOVA TECNOLOGIA PARA BOVINOCULTURA EM SANTA CATARINA"

A Sua Excelência o Senhor Franz Joachim Schoeller, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445/32/625/82, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE— I/229, de 3 de outubro de 1980, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a prorrogação do projeto de cooperação técnica "Adoção da Nova Tecnologia para Bovinocultura em Santa Catarina — PN 7422215".

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil apoiarão, conjuntamente, até setembro de 1985, a fase de prorrogação do projeto "Adoção de Nova Tecnologia para Bovinocultura em Santa Catarina", que objetiva aumentar a produção de leite e carne, reduzir o custo de produção e diminuir as oscilações estacionais.

II — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. custear a permanência dos especialistas em economia de pastos, que atuam nas estações experimentais de Itajaí e Lages, até setembro de 1982 e setembro de 1983, respectivamente;

2. enviar, a suas expensas:

a) um especialista em economia agrícola por um prazo máximo de 36 homens/mês, e

b) peritos a curto prazo, para o equacionamento de questões específicas, por um prazo máximo de 16 homens/mês;

3. fornecer, a suas expensas, CIF porto de desembarque, material e equipamentos, no valor de até DM 500.000 (quinhentos mil marcos alemães), compreendendo, entre outros, material para o laboratório de forrageiras em Lages, para ensaios de campo, para os sistemas de produção de bovinos de corte e leite e para a área da sanidade animal, bem como equipamentos para completar a tipografia da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (EMPASC), em Florianópolis, e, ainda, livros especializados e sementes de forrageiras;

4. arcar com as despesas decorrentes:

a) de publicações, relatórios, traduções e material de consulta, em quantidade limitada,

b) da realização de doze cursos de aperfeiçoamento de curta duração para técnicos brasileiros na República Federal da Alemanha.

nha, por um prazo total máximo de 36 homens/mês,
c) de seis viagens de informação técnica, e
d) do acompanhamento pós-execução do projeto.

III— Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. isentar o material e equipamentos, referidos no Item II, parágrafo 3, de taxas portuárias, alfandegárias, direitos de importação e demais gravames e encargos fiscais;

2. prover o transporte imediato dos equipamentos do porto de desembarque ao local de destino, arcando com as despesas daí decorrentes;

3. fornecer ao projeto os equipamentos de fabricação brasileira necessários, desde que estes não sejam fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha, conforme o Item II, parágrafo 3, deste Ajuste;

4. designar, em contrapartida aos especialistas alemães, técnicos brasileiros, bem como pessoal técnico e auxiliar qualificado em número suficiente;

5. prestar aos especialistas alemães o indispensável apoio ao cumprimento de suas tarefas, colocando-lhes à disposição todos os documentos pertinentes e necessários;

6. colocar à disposição dos especialistas alemães veículos de serviço, bem como salas e material de escritórios;

7. custear as despesas de manutenção e funcionamento dos veículos de serviço; e

8. arcar com as despesas das viagens a serviço dos especialistas alemães no Brasil, necessárias ao desempenho de suas atividades, pagando-lhes, além das despesas de transporte, diárias adequadas.

IV — Ambos os Governos examinarão, oportunamente e conjuntamente, a possibilidade e a

conveniência de se utilizarem os resultados desse projeto no planejamento e na execução de outros projetos agropecuários bilaterais, regionais ou supra-regionais.

V — Os equipamentos, mencionados no Item II, parágrafo 3, deste Ajuste, passarão, quando de sua chegada ao porto de desembarque no Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, devendo, no entanto, permanecer à inteira disposição dos especialistas alemães, pelo prazo de sua atuação no projeto.

VI — Dos executores do Projeto:

1. O Governo da República Federativa do Brasil continuará a encarregar da implementação do projeto a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de Santa Catarina e a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (EMPASC), com sede em Florianópolis/SC.

2. O Governo da República Federal da Alemanha continuará a encarregar da execução de suas contribuições "Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em Eschborn.

VII — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1983. Inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens I a VII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrito, a qual, juntamente com a presente, passa a consti-

tuir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Implantação do complexo industrial- portuário de suape terá cooperação técnica da grã-bretanha

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, George William Harding, assinaram, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 3 de agosto de 1982, um ajuste — por troca de Notas — complementar ao Acordo sobre Cooperação Técnica, para cooperação a ser desenvolvida na implantação do Complexo Industrial-Portuário de Suape, no Estado de Pernambuco.

A Sua Excelência o Senhor
George William Harding,
Embaixador do Reino Unido da
Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota FPN nº 1 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência às disposições do Acordo sobre Cooperação Técnica, de 18 de janeiro de 1968, celebrado entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência o seguinte Ajuste Complementar sobre a cooperação a ser desenvolvida no âmbito da implantação do Complexo Industrial-Portuário de Suape, no Estado de Pernambuco.

I — O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte apoiarão, conjuntamente, através da Secretaria Extraordinária do Governo do Estado de Pernambuco para Assuntos de Suape, um projeto de cooperação técnica para apoio à implantação do Complexo Industrial-Portuário de Suape.

II — O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte designaram, respectivamente, como entidades executoras do projeto, a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Suape, do Governo do Estado de Pernambuco, e a Davy International Projects Limited, London.

III — O projeto a ser implementado terá uma duração de três anos e abrangerá os seguintes setores:

1. Química do Alcool, através da identificação do etanol específico e dos produtos derivados, cuja produção seja viável em Suape, bem como por meio da assessoria às indústrias de álcool a serem implantadas no Estado de Pernambuco;

2. Engenharia de Sistemas, identificando, como instrumento de planejamento e operação, um modelo matemático que reflita o inter-relacionamento de volumes de tráfego e normas nas diferentes etapas de desenvolvimento de Suape, para que se possam prever as demandas rodoviária e ferroviária de carga, bem como de seu manejo e armazenamento;

3. O Controle da Poluição, com o objetivo de garantir à administração de Suape as informações e o conhecimento que lhe permitam solicitar e obter das entidades de pesquisa e produção dos dois países os mais modernos e práticos métodos e meios de controle da poluição; e

4. Assessoramento Específico para:
a), no âmbito do plano-diretor já existente,

desenvolver e aplicar critérios de uso do solo e da infra-estrutura, visando à instituição de um conjunto completo de normas e procedimentos aplicáveis à construção portuária e às instituições industriais; e
b) divulgação do Complexo Industrial-Portuário de Suape no exterior.

IV — Ao Governo do Reino Unido e da Irlanda do Norte caberá:

1. Colocar à disposição do projeto até 8 técnicos ingleses, os quais, incluídos serviços conexos no Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, totalizarão 100 homens/semana. Esses técnicos, cujos períodos de estada no projeto serão de até seis meses e para cujo custeio a Parte britânica concorrerá com 28.000 (vinte e oito mil) libras, atuarão nos setores da Engenharia Química (especialização em etanol e derivados), do Planejamento Urbano e Industrial, do Planejamento Portuário, da Engenharia de Sistemas, do Planejamento Ambiental e da Engenharia Química (especialização em controle da poluição e proteção ao meio-ambiente); e

2. Prover serviços de consultoria, por um período consecutivo de três anos, às autoridades do Complexo Industrial-Portuário de Suape na promoção do desenvolvimento industrial do Complexo e na sua divulgação no exterior. O custo dessa consultoria não ultrapassará a quantia de 84.000 (oitenta e quatro mil) libras.

V — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Em âmbito federal, através dos setores competentes, isentar de taxas e impostos, previstos pela legislação brasileira, a contrapartida auferida pelos técnicos ingleses durante a sua atuação no projeto, conforme disposição contida na alínea **b)**, do Artigo IV, do Acordo sobre Cooperação Técnica.

2. Em âmbito estadual, através da entidade executora designada no Item II:

a) garantir contrapartes brasileiros para os técnicos ingleses previstos no Item IV.1;

b) contribuir, em cruzeiros, com um montante equivalente a até 72.000 (setenta e duas mil) libras no custeio dos serviços prestados pelos técnicos ingleses referidos no Item IV.1;

c) custear, em cruzeiros, até o montante equivalente a 40.000 (quarenta mil) libras, passagens e diárias adequadas de viagens a serviço, internacionais ou internas no Brasil, dos técnicos ingleses que atuarem no projeto durante a vigência do presente Ajuste.

VI — Da destinação da contrapartida financeira da entidade executora brasileira.

Os dois Governos concordam em que os recursos da contrapartida brasileira, previstos no Item V.2.b), deste Ajuste, não serão transferidos do Brasil.

VII — Da execução do projeto:

As entidades executoras designadas no Item II deste Ajuste, estabelecerão, obedecidas as disposições deste Ajuste, por contrato, os pormenores da implementação do projeto, inclusive quanto à duração de cada consultoria específica.

VIII — Do acompanhamento do projeto:

Às Partes signatárias deste Ajuste, informar-se-ão, periódica e mutuamente, sobre os montantes de contrapartida despendidos, bem como sobre os resultados alcançados na execução do projeto.

IX — Nenhum dos Governos signatários deste Ajuste terá qualquer responsabilidade ou incorrerá em qualquer ônus financeiro, caso as entidades executoras, mencionadas no Item II, decidam não implementar o projeto nos termos ora ajustados.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas conti-

das nos Itens I a IX, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, renovar os protestos da minha mais alta consideração”.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

acordo de cooperação cultural, científica e técnica entre brasil e antígua e barbuda

Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, assinado, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 17 de agosto de 1982, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda Vere Cornwall Bird.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda,

DESEJOSOS de desenvolver os laços culturais, científicos e técnicos entre os dois países, no mútuo interesse do desenvolvimento das relações de amizade entre os dois povos; AMPARADOS no respeito aos princípios da sabedoria e independência nacional, da igualdade do Direito, das vantagens recíprocas e da não ingerência nos negócios internos;

ACORDARAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes se comprometem a promover, pelos meios apropriados, uma cooperação eficaz nos domínios da cultura, da ciência e da técnica.

ARTIGO II

Cada Parte Contratante se esforçará para estimular e favorecer a cooperação entre centros culturais e de pesquisa científica e técnica e outras instituições culturais dos dois países com o objetivo de intercambiar informações e experiências nas áreas citadas.

ARTIGO III

1. As duas Partes Contratantes se comprometem a encorajar a troca de informações e a favorecer o intercâmbio de missões de estudo nas áreas cultural, científica e técnica.

2. As modalidades de cooperação nos domínios citados, serão negociadas, por intermédio dos canais diplomáticos usuais, entre as instituições especializadas de ambos os países e aprovadas pelas autoridades governamentais competentes.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes contribuirão, dentro dos princípios de respeito à soberania e de não ingerência nos assuntos internos, ao conhecimento recíproco dos valores culturais de seus povos, pelos seguintes meios:

- troca de informações culturais, científicas e técnicas;
- intercâmbio de artistas, de cientistas e de técnicos; e
- organização conjunta de eventos de caráter cultural e científico.

ARTIGO V

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação entre as duas Partes. Terá validade por período de 5 (cinco) anos e será renovado por recondução tácita de novos períodos de 5 (cinco) anos a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra, por via diplomática e com antecedência mínima de 6 (seis) meses, de sua decisão de denunciá-lo.

Feito em Brasília, aos 17 dias do mês de agosto de 1982, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

brasil e argentina ratificam o acordo de cooperação técnica e tecnológica

Ata da cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo de Cooperação Técnica e Tecnológica entre o Brasil e a Argentina, assinada, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 18 de agosto de 1982, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari.

Os abaixo assinados, sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e Sua Excelência o Senhor Juan Ramón Aguirre Lanari, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, reuniram-se no Palácio Itamaraty, em Brasília, aos 18 dias do mês de agosto de 1982, para a cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, concluído em Buenos Aires, aos 17 dias de maio de 1980, o qual entra em vigor, na forma do seu Artigo XII, na presente data.

E, tendo sido achados em boa e devida forma os referidos Instrumentos de Ratificação, procederam a sua troca.

Em fé do quê, no lugar e data acima declarados, assinaram a presente Ata, feita em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, e nela apuseram seus selos.

brasil e espanha assinam acordo complementar na área de engenharia de irrigação

Acordo Complementar na área de engenharia de irrigação, assinado, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 25 de agosto de 1982, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador espanhol no Brasil, Francisco Javier Vallaure.

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da Espanha,

ANIMADOS do desejo de desenvolver a cooperação técnica, com base no Artigo I do Convênio Básico de Cooperação Técnica, firmado em Brasília, a 1 de abril de 1971, e RECONHECENDO a importância da cooperação no campo da engenharia de irrigação para otimizar o desenvolvimento agrícola, ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

1. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha apoiarão conjuntamente a cooperação a ser estabelecida entre o Ministério do Interior do Brasil através da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e o Ministério da Agricultura da Espanha, através do Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário (IRYDA), em matéria de Engenharia de Irrigação.

2. Essa Cooperação consistirá na realização de trabalhos conjunto de consultoria e assessoria e na formação de recursos humanos nas áreas indicadas, mediante o intercâmbio de engenheiros e técnicos e, sempre que

possível, no estabelecimento de programas complementares às atividades previstas no presente Acordo, tais como organização de visitas, missões, seminários e estágios de estudos e aperfeiçoamento.

ARTIGO II

Contribuições do Governo da Espanha:

1. Enviar ao Brasil:

a) três engenheiros, por ano, de nível superior, especializados em projetos de irrigação e drenagem, organização de sistemas de irrigação e exploração de zonas irrigadas;

b) um especialista em engenharia de irrigação, por ano, para missões específicas programadas pela SUDESUL, com permanência no Brasil de, no máximo, noventa dias.

2. Receberá na Espanha:

a) cinco técnicos, por ano, da SUDESUL para treinamento na área de projetos de irrigação;

b) um funcionário da SUDESUL, com função de direção, para viagens anuais de observação de até trinta dias de permanência na Espanha.

3. Manterá na Espanha um Coordenador incumbido da preparação e acompanhamento dos programas de treinamento e viagens de pessoal da SUDESUL na Espanha, bem como da supervisão, coordenação e assistência do pessoal do IRYDA no Brasil. O Coordenador poderá deslocar-se ao Brasil uma vez por ano, podendo permanecer até 30 dias, no máximo.

4. Proporcionará aos técnicos brasileiros:

a) uma diária de valor equivalente, em pesetas, a US\$ 100 (cem) dólares aos funcionários da SUDESUL com função de direção, por viagem de serviço fora de seu local de residência;

b) um estipêndio mensal de valor equivalente, em pesetas, a US\$ 1.500 (hum mil e quinhentos) dólares aos técnicos da SUDESUL mencionados no Artigo II, parágrafo 2., letra a);

c) uma diária de valor equivalente, em pesetas, a US\$ 60 (sessenta) dólares aos técnicos da SUDESUL mencionados no Artigo II, parágrafo 2, letra a) por viagem de serviço fora do seu local de residência;

d) cobertura dos gastos de deslocamentos no interior da Espanha relacionados com o desenvolvimento dos programas;

e) assistência médica, farmacêutica e hospitalar, extensível aos seus dependentes legais que com eles permaneçam durante sua estada na Espanha.

5. Proporcionará ao Coordenador da SUDESUL:

a) uma diária de valor equivalente, em pesetas, a US\$ 100 (cem) dólares, por viagem de serviço fora de seu local de residência;

b) transporte interno na Espanha quando em viagem de serviço; e

c) assistência médica, farmacêutica e hospitalar.

6. Proporcionará ao Pessoal do Ministério da Agricultura:

a) o pagamento da totalidade dos vencimentos, na Espanha, dos engenheiros e técnicos mencionados no Artigo II, parágrafo 1., letras a) e b), durante sua permanência no Brasil, além do pagamento das passagens de ida e volta ao Brasil;

b) o pagamento de diárias correspondentes aos técnicos a que se refere a letra b) do Artigo II, parágrafo 1.;

c) o pagamento de passagens de ida e volta aos dependentes do pessoal mencionado na letra a) do Artigo II, parágrafo 1., desde o seu lugar de residência na Espanha ao de destino no Brasil;

d) o pagamento da totalidade dos vencimentos do Coordenador do IRYDA, durante sua permanência no Brasil, bem como das diárias correspondentes;

e) o pagamento das passagens de ida e volta ao Brasil do Coordenador do IRYDA;

f) o pagamento de passagens de ida e volta aos técnicos que, em virtude de permanência no Brasil pelo prazo de 24 meses, tenham direito a férias de trinta dias na Espanha. Esse benefício é extensível aos dependentes do técnico.

7. a) As obrigações financeiras contraídas pelo Governo da Espanha no presente Acordo serão cumpridas:

I) através do IRYDA, organismo autônomo, dependente do Ministério da Agricultura da Espanha, que deverá manter os vencimentos ganhos na Espanha pelos técnicos espanhóis que colaborarão com a SUDESUL no Brasil; os gastos de transportes dos dependentes legais dos aludidos técnicos, desde seu lugar de residência na Espanha até seu lugar de destino no Brasil, com as limitações que se especificam no presente Acordo; os gastos decorrentes da realização dos cursos previstos na Espanha para técnicos da SUDESUL; os derivados da presença do pessoal da Missão Espanhola no Brasil, que não sejam atribuídos ao Governo brasileiros;

II) caberá à Direção Geral de Cooperação Técnica Internacional do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha pagar os gastos de passagens de ida e volta dos técnicos espanhóis que viajarão ao Brasil, assim como os de retribuição mensal e diária, diárias e assistência médica, farmacêutica e hospitalar aos técnicos brasileiros que participarem dos correspondentes programas na Espanha, e seus dependentes legais, com as limitações que se especificam no presente Acordo;

b) ambos os Organismos, acima citados, farão frente às obrigações a que se referem os parágrafos anteriores através dos créditos aprovados nos orçamentos respectivos;

c) no caso em que seja funcionário de carreira do organismo espanhol que presta a colaboração e durante o tempo que dure tal colaboração, o perito estará em situação de ativo em comissão de serviço, em caráter temporário, de conformidade com o disposto no Artigo 20 d) do Estatuto de Pessoal de Organismos Autônomos, entendendo cumpridos todos os trâmites dispostos no citado Estatuto decorrentes de nomeação pela Presidência do IRYDA para o desempenho da missão.

ARTIGO III

Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil:

1. Colocará à disposição do projeto o necessário pessoal científico e técnico de contrapartida.

2. Designará um Coordenador incumbido de estabelecer uma coordenação permanente entre a SUDESUL e o pessoal do IRYDA em atuação no Brasil. O Coordenador poderá viajar à Espanha uma vez por ano, com uma permanência de até trinta dias, no máximo.

3. Proporcionará ao Pessoal do IRYDA:

a) uma diária de valor equivalente, em cruzeiros, a US\$ 100 (cem) dólares aos peritos mencionados na letra b) do Artigo II, parágrafo 1., por viagem de serviço fora do seu local de residência;

b) um estipêndio mensal de valor equivalente, em cruzeiros, a US\$ 2.000 (dois mil) dólares aos engenheiros a que faz referência o Artigo II, parágrafo 1., letra a);

c) uma diária de valor equivalente, em cruzeiros, a US\$ 60 (sessenta) dólares aos engenheiros mencionados na letra a) do Artigo II, parágrafo 1., por viagem de serviço fora do seu local de residência;

d) assistência médica, farmacêutica e hospitalar, extensível aos dependentes legais que com eles permaneçam durante sua estada no Brasil.

4. Proporcionará ao Coordenador do IRYDA:

a) uma diária de valor equivalente, em cruzeiros, a US\$ 100 (cem) dólares por viagem de serviço fora do seu local de residência;

b) transporte interno no Brasil quando em viagem de serviço;

c) assistência médica, farmacêutica e hospitalar.

5. Proporcionará ao Pessoal Brasileiro:

a) o pagamento da totalidade de seus vencimentos no Brasil, durante sua permanência na Espanha;

b) o pagamento de passagens de ida e volta à Espanha em favor dos técnicos mencionados nas letras a) e b) do Artigo II, parágrafo 2.;

c) o pagamento de passagens de ida e volta à Espanha e diárias correspondentes aos funcionários da SUDESUL com função de direção;

d) o pagamento de passagens de ida e volta à Espanha e de diárias correspondentes ao Coordenador da SUDESUL.

ARTIGO IV

1. Os programas de treinamento a que se refere a letra a) do Artigo II, parágrafo 2., desenvolver-se-ão no primeiro semestre de cada ano, com uma duração de seis meses cada.

2. Os locais de residência dos engenheiros a que se refere a letra a) do Artigo II, parágrafo 1., serão indicados de comum acordo com a SUDESUL antes do início dos programas.

3. Os engenheiros a que se referem as letras a) e b) do Artigo II, parágrafo 1., deverão:

a) ter no mínimo trinta anos de idade e cinco anos de experiência profissional nas suas especialidades;

b) permanecer no Brasil pelo prazo mínimo de 12 meses.

4. Tanto o IRYDA como a SUDESUL se reservam o direito de fazer voltar ao seu país de origem qualquer dos técnicos em estágio ou a seu serviço respectivamente, quando tais profissionais sejam julgados inadequados. Neste caso, as referidas pessoas serão avisadas com uma antecipação mínima de 45 dias. Os técnicos espanhóis serão substituídos dentro de prazo suficiente de forma a evitar prejuízos no andamento dos programas.

5. Os valores monetários referidos nos Artigos II e III poderão ser revisados a partir do 18 mês da entrada em vigor do presente Acordo, a fim de adequá-los aos aumentos do custo de vida verificados no período. Para tanto será tomado como base o mês de entrada em vigor do Acordo e como índice de correção o último disponível. Os novos valores vigorarão a partir do primeiro dia do 19º mês a contar da entrada em vigor do Acordo.

ARTIGO V

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma duração de três anos, podendo ser denunciado por qualquer das duas Partes. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da notificação respectiva.

2. Ainda que tenha expirado o presente Acordo, os programas e projetos já iniciados continuarão em execução até sua total conclusão, salvo decisão explícita tomada em contrário pelas Partes.

Feito em Brasília, aos 25 dias do mês de agosto de 1982, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola; sendo ambos os textos igualmente autênticos.

assinado acordo entre brasil e eua para repressão ao tráfico ilícito de drogas que produzem dependência

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América sobre cooperação em matéria de repressão ao tráfico ilícito de drogas que produzem dependência, assinado, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 29 de setembro de 1982, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, e pelo Encarregado de Negócios a.i. dos Estados Unidos da América, Harry Kopp.

Ao Senhor Harry Kopp,
Encarregado de Negócios, a.i.,
dos Estados Unidos da América

Senhor Encarregado de Negócios,

Com referência às recentes negociações entre autoridades do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo dos Estados Unidos da América, sobre cooperação em matéria de repressão ao tráfico ilícito de drogas que produzem dependência, havendo ambos os Governos concordado em colaborar em atividades de repressão ao tráfico ilícito de drogas, tenho a honra de informar Vossa Excelência de que o Governo da República Federativa do Brasil concorda com as seguintes disposições:

ARTIGO I

1. As Partes contratantes decidem continuar a prestar-se cooperação com vistas à repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência e outras substâncias estupefacientes, especialmente cocaína, que possam originar-se do território brasileiro, por ele transitar ou nele ser processadas.

2. A cooperação prevista poderá compreender, entre outras formas a serem acordadas pelas Partes, o fornecimento de equipamentos e contribuições financeiras para cobrir

custos conforme descrito no Anexo. Esses equipamentos e contribuições serão empregados na repressão do tráfico de drogas.

ARTIGO II

O Governo brasileiro designa como entidade responsável pela implementação do presente Acordo o Departamento de Polícia Federal (DPF), do Ministério da Justiça, e o Governo dos Estados Unidos da América designa, com a mesma finalidade, o Bureau International de Assuntos de Narcóticos (INM), do Departamento de Estado, através da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília.

ARTIGO III

1. O INM proporcionará o financiamento de até US\$ 300,000.00 (trezentos mil dólares), no ano fiscal do Governo dos Estados Unidos da América de 1982, em apoio à cooperação descrita no Artigo I, e para os equipamentos específicos e contribuições para cobrir custos relacionados no Anexo ao presente Acordo.

2. As entidades responsáveis pela implementação do presente Acordo decidirão conjuntamente quanto ao número, tipo e composição dos equipamentos acima mencionados a serem fornecidos no quadro do presente Acordo.

3. Excetuado combustível, o INM providenciará a aquisição de bens e equipamentos nos termos do presente Acordo e fará sua doação ao DPF, o qual certificará seu recebimento e os empregará na repressão ao tráfico de drogas. Combustível para os barcos será adquirido diretamente pelo DPF e seu pagamento será feito pelo INM, segundo procedimentos a serem adotados de comum acordo entre o DPF e o INM.

4. A data limite de contribuição para bens e serviços adquiridos nos termos deste

Acordo será 31 de março de 1984. O INM somente fará contribuições, nos termos do presente Acordo, até seis meses após a data limite indicada ou qualquer data de contribuição final fixada posteriormente, a menos que as Partes acordem de outra maneira.

5. Após a data limite fixada no parágrafo 4 acima, o Governo dos Estados Unidos da América somente se obriga a fornecer o total ou o saldo da verba mencionada no parágrafo 1 em caso de disponibilidade de verbas autorizadas pelo Congresso dos Estados Unidos da América para tal fim.

ARTIGO IV

Os eventuais impostos e direitos alfandegários a que possam estar sujeitos os equipamentos fornecidos ao DPF em virtude da aplicação do presente Acordo serão da exclusiva responsabilidade do DPF, que tomará as devidas providências sobre a matéria.

ARTIGO V

1. Para os fins do presente Acordo, o DPF se compromete a:

a) financiar, até por um valor total de US\$ 10,000.00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), as atividades descritas no Anexo;

b) arcar com as despesas eventuais que decorram da implementação do presente Acordo, e que não estejam nele previamente especificadas.

ARTIGO VI

Os equipamentos e contribuições financeiras para cobrir custos fornecidos por uma das entidades referidas no Artigo II à outra, nos termos do presente Acordo, serão destinados exclusivamente à execução das atividades nele previstas. Após o término do

presente Acordo, os referidos equipamentos e contribuições serão utilizados em atividades que complementem os fins visados no Acordo.

ARTIGO VII

Todas as atividades decorrentes do presente Acordo serão desenvolvidas de conformidade com as leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos da América.

ARTIGO VIII

O DPF e o INM realizarão, pelo menos uma vez por ano, uma avaliação conjunta das atividades decorrentes da aplicação do presente Acordo, para o que fornecerão o pessoal qualificado necessário.

ARTIGO IX

Fica acordado que o Anexo é parte integrante do presente Acordo.

ARTIGO X

O presente Acordo poderá ser modificado, revisto ou ampliado, por comum acordo das Partes. As eventuais modificações ou revisões entrarão em vigor por troca de notas diplomáticas.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo entrará em vigor pela presente troca de notas e terá vigência a partir desta data até o dia 31 de março de 1984, a menos que as Partes Contratantes decidam prorrogá-lo. Poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por notificação escrita por qualquer dos dois Governos. A denúncia surtirá efeito trinta dias depois da data de recebimento da notificação respectiva.

2. A denúncia do presente Acordo implicará o cancelamento de todas as obrigações de ambas as Partes, exceto quanto ao pagamento de compromissos não canceláveis que tenham sido assumidos com terceiros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha, mui distinta consideração.

João Clemente Baena Soares

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

A N E X O

AO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DO CONTROLE DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

I – CONTRIBUIÇÃO DO INM:

1 (um) barco de oito metros, equipado com motor diesel de 130 H.P. e equipamento de comunicação para utilização em Foz do Iguaçu US\$ 40,000.00

equipamento de comunicação US\$ 60,000.00

emissor de sinais através de impulsos elétricos ("bird dog bumper beeper") US\$ 6,000.00

veículos com tração nas quatro rodas US\$ 150,000.00

detector de drogas para cocaína US\$ 8,000.00

gravadores cassette US\$ 4,000.00

montante a ser utilizado para apoio operacional e outros custos US\$ 30,000.00

kits para teste de narcótico US\$ 2,000.00

T O T A L US\$ 300,000.00

II – CONTRIBUIÇÃO DO DPF:

– Custos de pessoal

a) Pagamento de viagens e diárias para executar operações US\$ 9,500.00

b) Instalação do equipamento de comunicações US\$ 500.00

T O T A L US\$ 10,000.00

a visita do ministro do comércio e de cooperativas da indonésia, radius prawiro

Em 27 de agosto de 1982, o Ministério das Relações Exteriores divulgou, em Brasília, o seguinte Comunicado de imprensa, a propósito da visita do Ministro do Comércio e de Cooperativas da Indonésia, Radius Prawiro:

A convite do Governo brasileiro, uma missão econômica da Indonésia, chefiada por Sua Excelência o Senhor Radius Prawiro, Ministro do Comércio e de Cooperativas, visitou o Brasil no período de 22 a 27 de agosto de 1982.

A visita teve como objetivo identificar as possibilidades de expansão do relacionamento econômico bilateral, especialmente nas áreas do comércio, da tecnologia e da cooperação industrial.

Em Brasília, Sua Excelência o Senhor Radius Prawiro entrevistou-se com Suas Excelências o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores, os Senhores Ernane Galvêas, Ministro da Fazenda, João Camilo Penna, Ministro da Indústria e Comércio, Angelo Amaury Stábile, Ministro da Agricultura e Arnaldo Rodrigues Barbalho, Ministro interino das Minas e Energia.

Sua Excelência o Senhor Radius Prawiro entregou a Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro uma carta dirigida pelo Presidente da Indonésia ao Presidente do Brasil.

No Rio de Janeiro, Sua Excelência o Senhor Radius Prawiro reuniu-se com os Presidentes interinos da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás e com o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

governo brasileiro condena massacre de sabra e chátila, no líbano

Nota oficial do Governo brasileiro, divulgada pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 20 de setembro de 1982:

O Brasil condena com a maior veemência o bárbaro massacre de refugiados palestinos nos campos de Sabra e Chátila. Essa matança indiscriminada de velhos, mulheres e crianças ficará inscrita na História como uma das suas páginas mais vergonhosas, exemplo do grau de barbárie a que podem chegar mentes deformadas pelo ódio.

brasil envia mensagem de apoio ao líbano

Carta do Presidente João Figueiredo
ao Presidente do Líbano, Elias Sarkis, enviada
em 19 de julho de 1982:

A Sua Excelência o Senhor ELIAS SARKIS,
Presidente da República do Líbano.

Senhor Presidente,

Com viva emoção recebi sua mensagem de 28 do corrente mês sobre a ameaça de destruição geral que se abate sobre a cidade de Beirute e coloca em perigo fatal o seu patrimônio cultural e humano.

Vossa Excelência terá presente os termos da comunicação que lhe enviei tão logo informado da invasão militar do território libanês em que reiterei a expressão da solidariedade do povo e do Governo brasileiros e o apoio do Brasil à independência, integridade e soberania do Líbano.

Os acontecimentos das últimas semanas no Líbano — país tão caro ao Brasil e a todos os brasileiros, a que nos sentimos ligados por muitos laços culturais e históricos e por uma fraterna amizade — causam-me profunda consternação.

A Nação brasileira acompanha com angústia a tragédia de Beirute. Nas Nações Unidas manifestamos nosso repúdio à agressão e a preocupação com os sotrimentos das populações libanesa e palestina. Somamos nossa voz à da quase totalidade das nações

que conosco compartilham os sentimentos de pena e repulsa.

Estou dando conhecimento desta minha resposta ao Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas pedindo-lhe que a transforme em documento oficial da Organização, para que a palavra de solidariedade e conforto do povo e do Governo brasileiros tenha ressonância internacional, e para que, por todos os meios ao nosso alcance, possamos contribuir para que Beirute continue a existir como centro de civilização, ponto de encontro de povos e religiões em convívio harmonioso e encruzilhada econômica e comercial.

O Governo brasileiro se empenhará, dentro do limite de suas possibilidades, em prestar o auxílio humanitário que as populações atingidas requeiram.

Estou certo de que encontrarei na opinião pública brasileira o mais amplo e generoso respaldo para a causa da defesa do patrimônio humano e cultural da nação libanesa e de todos aqueles que nela se abrigaram.

Queira aceitar, Excelência, os protestos de minha mais alta consideração.

João Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil

o seminário sobre publicações para a disseminação da informação comercial

Foi realizado em Brasília, no período de 19 a 23 de julho, o Seminário sobre Publicações para a Disseminação da Informação Comercial, sob os auspícios do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT e do Governo brasileiro.

O evento tem como objetivo a capacitação de pessoal dos serviços de informação comercial que se ocupam da produção de publicações destinadas a usuários internos e externos.

Participaram do encontro responsáveis de setores de publicações de informação comercial de, aproximadamente, vinte instituições de promoção comercial da América Latina, além de um número igual de representantes brasileiros.

a reunião do grupo de trabalho da área básica sobre recursos hídricos dos países da bacia do prata

De 27 a 29 de julho, realizou-se, em Brasília, uma Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica sobre Recursos Hídricos e Outros Recursos Naturais dos Países da Bacia do Prata, convocada pelo Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata (CIC).

O citado Grupo, que desde 1976 vem reunindo, em Brasília, representantes dos paí-

ses membros do Tratado da Bacia do Prata, ou seja, além do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, examinou a implementação de Resoluções aprovadas no âmbito das Reuniões de Chanceleres dos Países da região. Nesse sentido, foram abordados temas sobre conservação de solos, controle de inundações fluviais, hidrometeorologia e qualidade das águas.

o encontro brasileiro-peruano de cooperação amazônica

Sob o patrocínio da Universidade Federal do Acre, e com o apoio do CNPq e do Itamaraty, realizou-se na cidade de Rio Branco, de 1º a 7 de agosto de 1982, o I Encontro Brasileiro-Peruano de Cooperação Amazônica.

O referido encontro representa o resultado de um esforço desenvolvido nos últimos três anos pela Universidade do Acre no sentido de promover programas de cooperação científica e técnica com Universidades e instituições peruanas, destinados especificamente a encontrar soluções para os problemas gerados pelas condições amazônicas em junho de 1981, durante a visita do Presidente Figueiredo ao Peru, foi assinado Ajuste Complementar ao Acordo de Intercâmbio Cultural, pelo qual a Universidade do Acre e seis Universidades peruanas foram consideradas entidades executoras de programa amazônico de cooperação Universitária.

Recentemente, através de contatos mantidos pela Universidade do Acre em Lima,

e com apoio financeiro do CNPq, o programa expandiu-se, englobando, do lado peruano, cerca de quinze Universidades e entidades de pesquisa e investigação vinculadas à Amazônia peruana e, do lado brasileiro, inúmeras Universidades e organismos da Amazônia brasileira. Do encontro, participaram Representantes dessas diversas entidades com o objetivo de delinear programas concretos de cooperação.

A iniciativa da Universidade Federal do Acre, por sua importância e caráter pioneiro, poderá servir de modelo para programas semelhantes com outros países do Tratado de Cooperação Amazônica.

Itamaraty promove, na África, quatro seminários sobre “tecnologia brasileira para o desenvolvimento”

Na primeira quinzena de agosto, o Itamaraty realizou uma série de quatro seminários na África sobre “Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento”, com o objetivo de apresentar informações sobre o grau de desenvolvimento tecnológico do Brasil e demonstrar a capacidade das empresas nacionais atenderem à demanda de bens e serviços de países em desenvolvimento.

Os seminários, que contaram com o patrocínio do Banco do Brasil/VIPIN, SEPLAN/CNPq e Ministério da Agricultura/CINGRA, reuniram autoridades e representantes de órgãos governamentais afetos às áreas dos temas escolhidos, das associações e entidades de classe, dos institutos de pesquisas, do meio empresarial e da imprensa especializada, além de funcionários de entidades internacionais financiadoras de projetos em países em desenvolvimento. Os participantes são pessoas de nível técnico-empresarial ligadas a entidades que poderão ter interesse em adquirir produtos e serviços brasileiros.

Os seminários tiveram duração de um dia, com duas palestras pela manhã e duas à tarde, obedecendo ao seguinte roteiro: dia 3 de agosto: Lagos (Nigéria); 6 de agosto: Lomé (Togo); 9 de agosto: Abidjan (Costa do Marfim) e 12 de agosto: Nairobi (Quênia). Os temas escolhidos foram: agricultura, pecuária, hidreletricidade, e fontes renováveis de energia/reflorestamento. Cada tema foi abordado por três conferencistas: um representante de empresa governamental e dois representantes de firmas privadas.

organização pan-americana da saúde

elege médico brasileiro para diretor-geral

A XXI Conferência Pan-americana da Saúde, que em Washington, de 20 a 29 de setembro de 1982, elegeu, no dia 22, o Doutor Carlyle Guerra de Macedo para o cargo de Diretor Geral da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS). Dos 37 países-membros, 20 votaram em favor do candidato brasileiro. Será a primeira vez que um brasileiro ocupará cargo diretivo naquele Organismo especializado da Organização dos Estados Americanos.

A eleição em apreço reafirma a presença e o interesse político brasileiros no relacionamento interamericano, já que a OPAS pode e deve constituir-se num dos principais instrumentos de promoção e apoio da cooperação entre os países do hemisfério, no campo da saúde.

embaixador brasileiro eleito presidente da comissão da assembléia geral das nações unidas

O Embaixador Carlos Calero Rodrigues foi eleito presidente de uma das sete comissões que se reúnem durante a Assembléia

Geral das Nações Unidas. Trata-se da III Comissão, a que são distribuídos os itens da agenda relativos à proteção dos direitos humanos, à abolição da discriminação racial e do apartheid, promoção dos direitos da mulher, dos velhos, dos deficientes, dos jovens, proteção e atendimento a refugiados.

O Embaixador Calero Rodrigues é uma personalidade conhecida nos círculos internacionais de proteção aos direitos humanos como representante do Brasil na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas desde 1978; nesse órgão está sendo apresentado a sua candidatura para um terceiro mandato. O Embaixador Calero Rodrigues foi presidente da 37ª sessão da Comissão de Direitos Humanos em 1981. Além de suas funções como representante do Brasil na Comissão de Direitos Humanos, o Embaixador Calero Rodrigues é o Chefe da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.

despedidas de embaixadores estrangeiros

— O Embaixador do **Reino dos Países Baixos**, Hein Theo Shaapveld, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, que o condecorou com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 12 de agosto de 1982.

— O Embaixador da **Guatemala** no Brasil, José Arturo Ponciado Samayoa, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 30 de agosto de 1982, tendo, na mesma solenidade, sido agraciado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

— O Embaixador da **Romênia** no Brasil, Nicola Ghenea, deixou suas funções em

Brasília e foi homenageado com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de setembro de 1982, recebendo do Chanceler Saraiva Guerreiro, na mesma solenidade, a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

reuniões de comissões mistas

julho

— I reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, em Brasília, de 7 a 9.

— VIII reunião da Comissão Intergovernamental Brasileiro-Soviética para a Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica, em Brasília, de 16 a 20.

— II reunião da Comissão Mista Brasil-Trinidad e Tobago, em Port-of-Spain, de 22 a 24.

agosto

— XI reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, em Munique, dias 26 e 27.

setembro

— III reunião da Comissão Mista Brasil-Dinamarca para Cooperação Econômica e Industrial, em Copenhague, de 8 a 10.

— V reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, em Brasília, de 13 a 15.

— X sessão de Sub-Grupo de Comércio Brasil-Estados Unidos da América, em Washington, dias 20 e 21.

visitas ao Brasil

julho

— Vice-Ministro do Comércio Exterior da **Bulgária**, Atanas Guinev, dias 5 e 6.

— Ministro dos Petróleos e da Energia de **Angola**, Pedro de Castro Van-Dunen, de 6 a 16.

— Presidente da República Popular do **Congo**, Denis Sassau-Nguesso, de 5 a 7.

agosto

— Ministro das Relações Exteriores do **Chile**, René Rojas Galdames, de 2 a 5.

— Ministro dos Negócios Estrangeiros da **Itália**, Emílio Colombo, de 5 a 8.

— Primeiro-Ministro de **Antígua e Barbuda**, Vere Cornwall Bird, de 15 a 21.

— Ministro das Relações Exteriores e Culto da **Argentina**, Juan Ramón Aguirre Lanari, de 17 a 19.

— Ministro do Comércio e de Cooperativas da **Indonésia**, Radius Prawiro, de 22 a 27

setembro

— Vice-Presidente do **National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference** e Presidente da **China International Trust and Investment Corporation** (CITIC), Rong Yiren, de 11 a 23.

— Ministro da Justiça da **Guiné-Bissau**, Fidélis Cabral d'Almada, de 16 a 26.

— Presidente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), Wila Mung'Omba, de 17 a 22.

presidente figueiredo abre a xxxvii sessão da assembléia geral da onu

discurso do presidente joão figueiredo, em nova york, por ocasião da abertura da XXXVII sessão da assembléia geral da organização das nações unidas 3

secretário-geral da onu homenageia o presidente joão figueiredo

discurso do presidente joão figueiredo, em nova york, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo secretário-geral da onu, javier pérez de cuellar 11

presidente brasileiro participa da reunião do grupo latino-americano da onu, em nova york

discurso do presidente joão figueiredo, em nova york, durante a sessão solene do grupo latino-americano da onu 12

a viagem do presidente joão figueiredo ao Canadá

discurso do governador-geral de ottawa, edward schreyer, e do presidente joão figueiredo, em ottawa, logo após a chegada do presidente brasileiro ao Canadá 15

figueiredo no Canadá: "o povo do meu país vem realizando notável esforço de construção de um brasil mais moderno"

discursos do governador-geral de ottawa, edward schreyer, e do presidente joão figueiredo, em ottawa, por ocasião de jantar oferecido ao presidente brasileiro 16

brasil assina acordo comercial e memorando de consultas políticas com o Canadá

discursos do primeiro-ministro do Canadá, pierre trudeau, e do presidente joão figueiredo, em ottawa, por ocasião da cerimônia de assinatura do acordo de longo prazo sobre o trigo e do memorando de entendimento para consultas políticas entre o brasil e o Canadá 19

comunicado de imprensa relata os entendimentos do presidente figueiredo no Canadá

comunicado de imprensa brasil-canadá, divulgado em ottawa, ao final da visita oficial do presidente joão figueiredo ao Canadá

21

a visita do presidente do congo, denis sassou-nguesso

discurso do presidente joão figueiredo, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao presidente da república popular do congo, denis sassou-nguesso

25

comunicado conjunto destaca a cooperação brasileiro-congolesa

comunicado conjunto brasil-congo, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do presidente da república popular do congo, denis sassou-nguesso

27

saraiva guerreiro abre a primeira reunião da comissão mista brasil-angola

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira reunião da comissão mista brasil-angola, que contou com a participação do ministro angolano de petróleo e energia, pedro de castro van-dunen

29

comissão mista transforma em realidade concreta a vontade mútua de aproximação entre brasil e angola

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro de petróleo de angola, pedro de castro van-dunen

31

a VIII reunião da comissão intergovernamental brasileiro-soviética para cooperação comercial, econômica, científica e tecnológica

discurso do secretário-geral das relações exteriores, joão clemente baena soares, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da VIII reunião da comissão intergovernamental brasileiro-soviética para cooperação comercial, econômica, científica e tecnológica

33

chanceler brasileiro visita trinidad e tobago

discurso do chanceler saraiva guerreiro, em port-of-spain, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros de trinidad e tobago, basil ince

37

saraiva guerreiro abre a II reunião da comissão mista brasil-trinidade e tobago

discurso do chanceler saraiva guerreiro, em port-of-spain, por ocasião da abertura da II reunião da comissão mista brasil-trinidade e tobago, que contou com a presença do ministro dos negócios estrangeiros daquele país, basil ince

39

no brasil, o ministro das relações exteriores do chile

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro das relações exteriores do Chile, René Rojas Galdames

41

comunicado conjunto Brasil-Chile

comunicado conjunto Brasil-Chile, divulgado pelo palácio do Itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro das relações exteriores do Chile, René Rojas Galdames

43

ministro dos negócios estrangeiros da Itália visita o Brasil

discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do ministro dos negócios estrangeiros da Itália, Emilio Colombo, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido pelo chanceler brasileiro ao chanceler italiano

47

comunicado de imprensa Brasil-Itália

comunicado de imprensa Brasil-Itália, divulgado pelo palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião da visita do ministro dos negócios estrangeiros da Itália, Emilio Colombo

52

a visita do primeiro-ministro de Antígua e Barbuda

discurso do presidente João Figueiredo, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao primeiro-ministro de Antígua e Barbuda, Vere Cornwall Bird.

55

no comunicado de imprensa, os entendimentos do primeiro-ministro de Antígua e Barbuda no Brasil

comunicado de imprensa, divulgado pelo palácio do Itamaraty em Brasília, a propósito da visita ao Brasil do primeiro-ministro de Antígua e Barbuda, Vere Cornwall Bird

56

em Brasília, o chanceler argentino Juan Ramón Aguirre Lanari

discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do ministro das relações exteriores e culto da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao chanceler argentino

59

127

comunicado de imprensa brasil-argentina

comunicado de imprensa brasil-argentina, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro das relações exteriores e culto da argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari

64

saraiva guerreiro expõe, na esg, as linhas da política externa brasileira

conferência do ministro de estado das relações exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na escola superior de guerra, no Rio de Janeiro

67

no Brasil, o presidente da “China International Trust and Investment Corporation”

discursos do ministro de estado das relações exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do presidente da **China International Trust and Investment Corporation**, Rong Yiren, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido àquele executivo chinês

83

Brasília recebe o presidente do Conselho Político Nacional do Suriname

discursos do ministro-chefe do estado maior das forças armadas (emfa), General Alacyr Frederico Werner, e do comandante-em-chefe das forças armadas e presidente do conselho político nacional do Suriname, tenente-coronel Desire Bouterse, durante almoço no palácio do Itamaraty em Brasília, que contou com a participação do chanceler Saraiva Guerreiro e do ministro de recursos naturais e energia do Suriname, Eric Tjon Kie Sim

87

Saraiva Guerreiro ao grupo latino-americano da ONU: precisamos buscar um novo caminho

discurso do chanceler Saraiva Guerreiro, em Nova York, por ocasião de almoço oferecido ao grupo latino-americano da organização das Nações Unidas

91

relações diplomáticas

Brasil e Birmânia estabelecem relações diplomáticas

93

designação de embaixadores brasileiros

93

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

93

tratados, acordos, convênios

os acordos entre o Brasil e a República Popular do Congo

acordo comercial,

95

acordo de cooperação cultural, educacional, científica e técnica

96

convênio de cooperação técnica entre o senai e o ministério da indústria de angola

convênio de cooperação técnica entre o serviço nacional de aprendizagem industrial (senai) e o departamento nacional de formação de quadros do ministro da indústria de angola, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo diretor do senai, arivaldo silveira fontes, e pelo diretor nacional da cooperação da secretaria de estado da cooperação de angola, manuel maria difuila

98

acordo de longo prazo sobre o trigo e memorando de entendimento para consultas políticas entre brasil e canadá

acordo sobre o trigo

99

e memorando de entendimento para as consultas políticas

101

brasil e república federal da alemanha assinam dois ajustes ao acordo básico de cooperação técnica

ajuste sobre o projeto "implantação do núcleo do sistema de informações da região metropolitana do recife,

102

ajuste sobre a prorrogação do projeto de cooperação técnica "adoção da nova tecnologia para bovinocultura em santa catarina"

105

implantação do complexo industrial-portuário de suape terá cooperação técnica da grã-bretanha

ajuste – por troca de notas – complementar ao acordo sobre cooperação técnica, para cooperação a ser desenvolvida na implantação do complexo industrial-portuário de suape, em pernambuco, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro, e pelo embaixador do reino unido da grã-bretanha e Irlanda do norte, george william harding

107

acordo de cooperação cultural, científica e técnica entre o brasil e antiga e barbuda

acordo de cooperação cultural, científica e técnica entre o brasil e o governo de antiga e barbuda, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo primeiro-ministro de antiga e barbuda, vere cornwall bird

109

brasil e argentina ratificam o acordo de cooperação técnica e tecnológica

ata da cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação do acordo de cooperação técnica e tecnológica entre brasil e argentina, assinada, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo ministro das relações exteriores e culto da argentina, juan ramón anguirre lanari

110

brasil e espanha assinam acordo complementar na área de engenharia de irrigação

acordo complementar na área de engenharia de irrigação, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro, e pelo embaixador espanhol francisco javier vallaure

110

129

assinado acordo entre brasil e eua para repressão ao tráfico ilícito de drogas que produzem dependência

acordo, por troca de notas, entre o brasil e os estados unidos da américa sobre cooperação em matéria de repressão ao tráfico ilícito de drogas que produzem dependência, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo ministro de estado, interino, das relações exteriores, João Clemente Baena Soares, e pelo encarregado de negócios a. i. dos estados unidos da américa, Harry Koop

114

comunicados e notas

a visita do ministro do comércio e de cooperativas da indonésia, Radius Prawiro

117

governo brasileiro condena massacre de Sabra e Chátila, no Líbano

117

mensagens

Brasil envia mensagem de apoio ao Líbano

119

notícias

o seminário sobre publicações para a disseminação da informação comercial

121

a reunião do grupo de trabalho da área básica sobre recursos hídricos dos países da bacia do prata

121

I encontro brasileiro-peruano de cooperação amazônica

121

Itamaraty promove, na África, quatro seminários sobre "tecnologia brasileira para o desenvolvimento"

122

organização pan-americana da saúde elege médico brasileiro para diretor-geral

122

embaixador brasileiro eleito presidente da III comissão da assembleia geral das nações unidas

122

despedidas de embaixadores estrangeiros

123

reuniões de comissões mistas

123

visitas ao Brasil

123

130